



CADERNOS
DE COOPERAÇÃO
DO EIXO
ATLÂNTICO

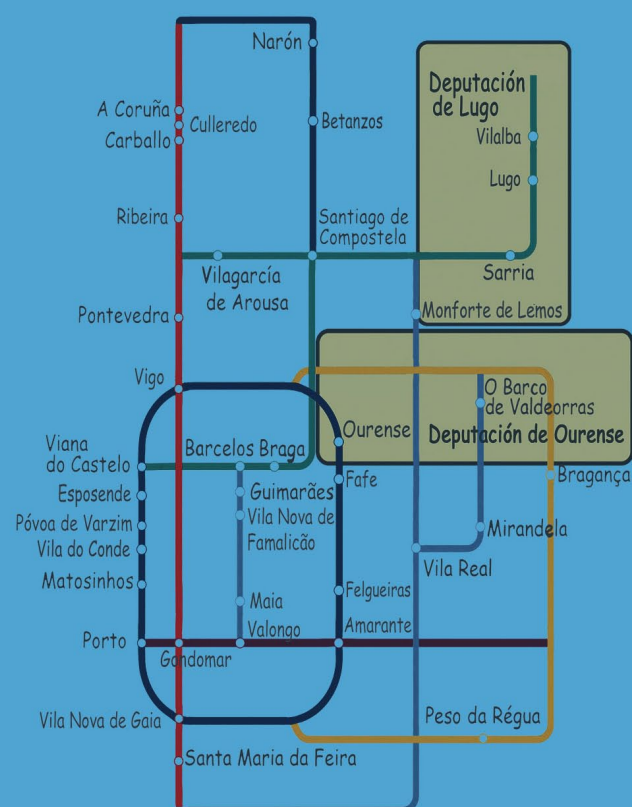
RELATÓRIO SOCIOECONÓMICO DO EIXO ATLÂNTICO 2024

ABASTECIMENTO
E SEGURANÇA
ALIMENTAR

INFORME SOCIOECONÓMICO DO EIXO ATLÂNTICO 2024

ABASTECIMENTO
E SEGURIDADE
DE ALIMENTOS

FERNANDO CONZÁLEZ LAXE
ARLINDO CUNHA



Interreg
Espanña – Portugal



Cofinanciado por
la Unión Europea
Cofinanciado pela
União Europeia



Programa Interreg España-Portugal (POCTEP) 2021-2027

**CADERNOS DE COOPERAÇÃO
DO EIXO ATLÂNTICO**

RELATÓRIO SOCIOECONÓMICO DO EIXO ATLÂNTICO 2024

ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR

INFORME SOCIOECONÓMICO DO EIXO ATLÂNTICO 2024

ABASTECIMENTO E SEGURIDADE DE ALIMENTOS

COLECÇÃO:
Cadernos de Cooperação do Eixo Atlântico

EDITA:
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

DIRETOR:
Xoán Vázquez Mao

AUTORES:
Fernando González Laxe
Catedrático Emérito de Economía Aplicada. Universidade da Coruña
Ex presidente de la Xunta de Galicia y ex senador del Reino de España

Arlindo Cunha
Profesor de Economía. Universidade Católica de Porto
Ex Ministro de Agricultura del Gobierno de Portugal y exparlamentario europeo

IMPRESSÃO:
Rodi Artes Gráficas, S.L.

MAQUETAÇÃO:
María Llauger

ISBN:
Versão impressa: 978-989-9266-19-3
Versão digital: 978-989-9266-20-9

Ano de edição: 2025

Este relatório foi cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP). As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos autores que as emitem.

Esta publicación foi cofinanciada polo Fondo Europeo de Desenvolvemento Rexional (FEDER) a través do Programa Operacional de Cooperación Transfronteiriza España-Portugal (POCTEP). As opinións son de exclusiva responsabilidade dos autores que as emiten.

NOTA PRÉVIA

A presente edição dos Cadernos de Cooperação do Eixo Atlântico aborda a temática da alimentação, com especial foco na organização das nossas sociedades para garantir a segurança alimentar, que, no conceito da FAO e como se explicará mais adiante, pressupõe, para os cidadãos, “...a todo o momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã”.

Trata-se de uma prioridade que está no topo da agenda política da União Europeia, que tem uma atualidade e prioridade universais, mas que assumiu importância destacada em anos recentes, especialmente com as perturbações nas cadeias de abastecimento durante a crise do COVID e, mais recentemente, com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia.

Têm sido, conseqüentemente, definidas estratégias e planos de ação ao nível da União Europeia, que se têm complementado com instrumentos idênticos nos Estados Membros, assim como nos territórios que os integram, designadamente nas regiões e nos municípios.

Com este relatório pretende-se, assim, fornecer informação seletiva sobre as iniciativas tomadas na U.E., assim como em Espanha e Portugal, que se pretende seja útil para a ação que, neste domínio da governação, os Municípios do Eixo Atlântico terão que desenvolver nos seus territórios.

Como é por demais sabido, a alimentação humana inclui os produtos de origem agrícola (vegetais e animais), assim como os produtos da pesca e da aquacultura, naturais e transformados – ambos necessários a uma dieta equilibrada e fazendo parte dos nossos hábitos alimentares. Sucede, porém, que, apesar de ambas as tipologias se integrarem no ato final de consumir, elas têm especificidades técnicas muito diferenciadas. Daí que, por razões de facilidade analítica e de consulta de fontes de informação estatística, se tenha optado por tratar em duas partes distintas os bens provenientes das duas origens dos produtos alimentares.

Fica, assim, este Caderno estruturado em duas partes distintas, abordando-se na primeira a alimentação e a segurança alimentar relacionada com os produtos de origem agrícola e na segunda a relacionada com os produtos da pesca e da aquacultura.

Importa, por fim, sublinhar, que frequentemente, os mesmos problemas surgem tanto no setor agroalimentar como no setor pesqueiro, embora as soluções para os resolver não sejam necessariamente as mesmas. E importa ainda mais sublinhar que é a partir de uma perspectiva local que se devem analisar os problemas e se observam os sinais de inovação socioeconómica, dentro de um quadro amplo de sustentabilidade ambiental e com garantias de sustentabilidade económica e social. Atingir esse objetivo não dependerá da economia ou da tecnologia; dependerá da vontade das pessoas que contribuem para reforçar a confiança nessas atividades.

PARTE I

ABASTECIMENTO E SEGURANÇA AGROALIMENTAR

ÍNDICE

01. INTRODUÇÃO. CONTEXTO E OBJETIVOS	11
02. ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR	15
2.1. Conceitos diferentes para exprimir as mesmas preocupações	15
2.2. Situação do abastecimento alimentar a nível mundial	18
03. A BALANÇA AGROALIMENTAR NA U.E.	23
3.1. Balança comercial e taxas de autoaprovisionamento	23
3.2. Balança comercial e taxas de autoaprovisionamento	36
04. O ABASTECIMENTO E A SEGURANÇA ALIMENTAR NA U.E. PASSADO, PRESENTE E FUTURO	41
4.1. A PAC e o abastecimento alimentar na U.E.	41
4.2. O abastecimento alimentar em tempos de crise: medidas preventivas e de minimização de riscos	43
4.3. A segurança higiosanitária dos alimentos na U.E.	53
4.4. A visão sobre o futuro da agricultura e da alimentação no horizonte 2040	55
4.4.1. A importância estratégica do setor agroalimentar	55
4.4.2. Visão e linhas de orientação prioritárias	56
4.4.3. A inovação e o conhecimento no centro da estratégia de valorização do setor agroalimentar	61
4.4.4. Corrigir os erros do passado e acertar o passo com o futuro	63
05. ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR. MARGEM DE INTERVENÇÃO DOS GOVERNOS LOCAIS	67
5.1. Sistemas de Proteção Civil de Emergência	68
5.2. Cuidados Nutricionais e Apoio a Grupos Vulneráveis	69
5.3. Segurança, Resiliência e Bom Funcionamento da Cadeia Alimentar	71
5.3.1. Circuitos Curtos Agroalimentares	71
5.3.2. Reduzir o Desperdício Alimentar	73
5.3.3. Fomentar a Economia Circular	76
06. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES. CONTRIBUTOS PARA A ROBUSTEZ DE ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR A NÍVEL MUNICIPAL OU INTERMUNICIPAL	81

01

**INTRODUÇÃO.
CONTEXTO E OBJETIVOS**

01

01

INTRODUÇÃO. CONTEXTO E OBJETIVOS

A primeira de todas as preocupações do ser humano e das sociedades organizadas foi, sempre, garantir a sua alimentação. Não só como base de sobrevivência imediata, mas também como garante da sua independência e soberania. Trata-se de uma realidade que percorreu a história da humanidade até aos nossos dias e que teve graus muito diferentes de sucesso, consoante as circunstâncias: climáticas, tecnológicas, ou organizacionais das sociedades; e que se revestia de particular acuidade em tempos de instabilidade geopolítica ou de conflitos bélicos. De facto, a história revela que atingir alvos de produção, transformação, comercialização ou armazenagem de alimentos do inimigo fez sempre parte das estratégias militares, procurando enfraquecê-lo na sua resistência e, em última instância, submetê-lo pela fome.

Nos tempos modernos, foi a sensibilidade da questão alimentar que levou os Estados contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1947 ou da Zona Europeia de Livre Comércio (EFTA) em 1961 a decidirem excluir as transações de bens agroalimentares das regras de liberalização comercial, para não terem qualquer tipo de restrições externas à sua plena soberania em matéria de políticas de produção alimentar e de proteção das suas agriculturas. E foi preciso esperar até à Ronda do Uruguai de 1994, em que o GATT se transformou em Organização Mundial do Comércio (OMC), para tal integração ocorrer, em linha com as dinâmicas de liberalização e globalização prevalecentes à época.

Foi a situação de penúria alimentar da Europa Ocidental do pós-Segunda Guerra Mundial que levou os Estados fundadores da Comunidade Económica Europeia (CEE) a criar a Política Agrícola Comum (PAC), com o objetivo principal de assegurar a regularidade dos abastecimentos, estabilizar os mercados e garantir preços razoáveis aos consumidores¹.

¹ Os objetivos para a PAC foram estabelecidos no Art. 39 do Tratado de Roma, que dedicou os Arts. 38 a 46 a esta política, à qual atribuiu a maior das prioridades. As sucessivas revisões do Tratado de Roma mantiveram incólumes os objetivos e a importância estratégica da PAC, conforme os Arts. 38 a 44 do atual Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

A segunda metade do século XX e a primeira década deste milénio foram tempos de um enorme progresso tecnológico, que levou as sociedades mais desenvolvidas a produzir alimentos em excesso dos seus consumos internos e a desenvolver as exportações destes produtos para mercados externos. Tal facto, aliado à ausência de conflitos relevantes, levou a que se desvalorizasse a importância da agricultura e da alimentação nestas sociedades, dando-se como adquirido que a segurança alimentar estava garantida para todos e para sempre. Porém, o que aconteceu nos anos subsequentes veio demonstrar que estavam errados os que assim pensavam. Primeiro veio a crise do *Prime Rate* de 2008, que coincidiu com crises agudas de abastecimento em vários mercados mundiais, especialmente em 2009 e 2010, com vários países de tradição exportadora a proibir ou restringir a exportação de certos bens alimentares estratégicos. Seguiu-se a crise do COVID19, que revelou vulnerabilidades de abastecimento em vários países, mas que não criou grandes problemas na União Europeia (U.E.), graças à PAC e ao pleno funcionamento do Mercado Único.

A instabilidade criada pela invasão da Ucrânia em 2022 veio novamente fazer detonar os alarmes relativos à importância da segurança alimentar, tendo sido objeto de disposições especiais da NATO na sua componente de defesa civil e da própria U.E., que veio a reforçar as suas políticas nesta matéria, tendo criado um plano de contingência para garantir o abastecimento e a segurança alimentares em tempo de crises. Plano esse que criou uma estrutura especial para lidar com este tipo de situações – o Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Situações de Crise Alimentar (EFSCM) – e que obriga a Comissão Europeia à elaboração de relatórios periódicos sobre a situação do abastecimento alimentar no território da União.

Em consonância com esta iniciativa comum, os Estados Membros da U.E. têm também criado as suas próprias estratégias nacionais de segurança alimentar e estruturas internas para prevenir situações de perturbações nas cadeias de abastecimento e preparar as suas respostas. Estas estruturas integram, por norma, representantes da cadeia alimentar, da comunidade científica e das administrações públicas, incluído as autarquias locais e os sistemas de proteção civil. Assim, a parte I deste trabalho, conforme referido na nota metodológica inicial, trata da problemática da segurança agroalimentar, ou seja dos produtos primários e transformados de origem agrícola – vegetais e animais, visando:

- Contextualizar a importância do tema e clarificar conceitos a ele associados.
- Analisar a situação do equilíbrio da balança alimentar em setores mais estratégicos, quer na U.E., quer nos Estados Membros, com especial atenção aos dois países ibéricos.
- Analisar a forma como a U.E. se tem vindo a organizar no sentido de assegurar o abastecimento e a segurança alimentares, quer em termos estruturais da produção de alimentos, quer no quadro de situações de crise, quer ainda numa ótica prospetiva face ao futuro.
- Refletir sobre as responsabilidades que os governos locais podem assumir nesta matéria e analisar formas possíveis de intervenção e ação.
- Retirar conclusões e fazer algumas recomendações já que, como está comprovado pela realidade dos factos, a segurança e regularidade dos abastecimentos alimentares continua a ser uma questão de primeira linha na governação das sociedades.

02

**ABASTECIMENTO E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

02

02

ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR

2.1

CONCEITOS DIFERENTES PARA EXPRESSAR AS MESMAS PREOCUPAÇÕES

As análises da problemática alimentar são normalmente feitas tomando como base os países, tendo em conta que são os governos respetivos os principais responsáveis por estabelecer políticas que assegurem a alimentação dos seus cidadãos. No entanto, importa considerar que estamos perante uma preocupação que é, compreensivelmente, transversal às sociedades, independentemente da organização política dos Estados. Envolve normalmente diferentes níveis de governação, tendo como matriz envolvente as políticas agroalimentares de nível nacional, mas integrando níveis subnacionais de governo e de administração, assim como entidades com diferentes tipologias de responsabilidades, da produção à transformação e à distribuição dos alimentos, à saúde, à ciência, ou à proteção civil.

Existem diferentes conceitos associados à análise e avaliação da capacidade das sociedades para assegurar a sua alimentação e, naturalmente, às escolhas das políticas que os diferentes países consideram como mais adequadas à resolução das suas situações específicas. Destacamos três tipologias: as mais restritivas, as intermédias e as mais liberais (Diniz, 2026).

A **soberania alimentar** (por vezes também designada de **autarcia alimentar**) corresponde a uma situação em que todas as necessidades alimentares dos cidadãos têm que ser asseguradas pela produção interna/nacional. Ou seja, é uma política de fronteiras fechadas, que estabelece as necessárias medidas protecionistas para impedir importações. Segundo esta ótica, o que importa é que a produção interna abasteça o consumo interno, independentemente da lógica da competitividade, ou seja, sem ter em consideração o montante de recursos que é preciso sacrificar para a produção dos bens que são necessários.

Como facilmente se poderá concluir, não é uma opção que respeite regras mínimas de racionalidade económica, sendo apenas compreensível em sociedades absolutamente isoladas, que têm de adaptar as suas necessidades alimentares à capacidade de produção dos seus territórios. Ou então em estados párias, excluídos do convívio internacional. É o mais restritivo de todos os conceitos e políticas a ele associadas.

A **segurança dos abastecimentos alimentares** traduz-se num cenário em que as necessidades dos consumidores são satisfeitas quer pela produção nacional, quer pelas importações, independentemente de as exportações do setor alimentar serem ou não suficientes para financiar as importações de alimentos. É um cenário que corresponde às políticas mais liberais, porquanto é assumido que o financiamento para as importações agroalimentares seja assegurado pelo saldo da balança comercial geral, ou por qualquer outro tipo de contrapartida financeira.

O **autoaprovisionamento alimentar** (também designado de **autossuficiência alimentar**) corresponde a uma situação em que as necessidades alimentares dos consumidores podem ser satisfeitas quer pela produção nacional, quer pelas importações financiadas pelas exportações do mesmo setor alimentar. Ou seja, admite-se recurso às importações, mas exige-se uma balança comercial agroalimentar positiva, sem um contributo negativo para a balança comercial externa do país. Apesar de ser este um conceito intermédio entre os dois anteriores, a sua plena aplicação implicaria políticas orientadas para a substituição de importações, que nem sempre se pautam pelos princípios da racionalidade económica.

Grau de autoaprovisionamento alimentar

Porque se trata de um conceito politicamente bastante apelativo, os diferentes países procuram estabelecer políticas que os levem o mais longe possível na capacidade de abastecimento interno. Daí que seja prática corrente na gestão dos sistemas alimentares, quer da U.E. como um todo, quer dos Estados Membros, o cálculo periódico de taxas ou graus de autoaprovisionamento alimentar², que podem ser setoriais por produtos ou agregadas, como se verá no capítulo 3.

Apesar de constituir um indicador de manifesta utilidade para a gestão das políticas agrícolas e comerciais e dos sistemas alimentares, em geral, a taxa de autoaprovisionamento agregada tem que ser analisada de forma crítica, pois que, mesmo sendo superior a 100%, não revela o grau de dependência externa em matéria de fatores de produção, como máquinas, fertilizantes, combustíveis ou bens intermédios. Por outro lado, a taxa de aprovisionamento alimentar agregada de um dado país, tem que ser analisada em paralelo com as taxas setoriais, por produto. Existindo situações em que as taxas de autoaprovisionamento são criticamente baixas para determinados bens considerados essenciais, alguns países estabelecem programas especiais de apoio ao encorajamento da produção interna, para minorar tais situações. É, em especial, o caso de Portugal com os cereais, em que a taxa de autoaprovisionamento anda pelos 20% no conjunto deste subsector e apenas pelos 5% no caso de um bem tão essencial como o trigo.

² As taxas de autoaprovisionamento são calculadas, em valor, da seguinte forma: produção interna/produção interna + importações – exportações; ou seja produção/ consumo aparente x 100. Esta taxa é normalmente apresentada sob a forma de taxa de autoaprovisionamento corrigida, que deduz das produções finais os bens intermédios incorporados na produção daquelas.

Reserva alimentar estratégica

Por outro lado, é também comum o conceito de reserva estratégica, que é prática corrente em muitos países para fazerem face a situações de disrupções temporárias nas cadeias de abastecimento, motivadas quer por falta de oferta, quer por situações anómalas de subidas de preços, quer ainda por conflitos bélicos.

A segurança alimentar na prática

Para além destes conceitos, associados quer a análises académicas, quer a opções de políticas alimentares a nível territorial, o conceito hoje consagrado ao nível mundial é o da segurança alimentar³. Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), a segurança alimentar existe numa sociedade **“...quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável”**⁴.

Ou seja, trata-se de uma matriz de referência para as entidades responsáveis pela governação para encontrar as melhores soluções para, no âmbito dos seus territórios e esferas de responsabilidade, assegurar às suas populações:

- A quantidade e diversidade de alimentos necessários.
- Respeitando as escolhas e preferências dos consumidores e as necessidades calóricas da sua dieta.
- Sem roturas, descontinuidades ou irregularidades de abastecimento.
- Em boas condições higiossanitárias (*food safety*).
- A preços acessíveis a todos os estratos sociais da população.

É na base destes requisitos que diferentes organizações internacionais, com destaque para a FAO e a OCDE, fazem as suas análises e estimativas sobre as necessidades alimentares do planeta, conforme será analisado na secção seguinte.

³ Trata-se aqui da segurança alimentar no sentido de segurança dos abastecimentos ou *food security*, em contraste com o conceito de *food safety*, que corresponde à segurança higiossanitária dos alimentos.

⁴ **Declaração de Roma** sobre a Segurança Alimentar Mundial, aprovada no quadro da Cimeira Mundial da Alimentação, organizada pela FAO em novembro de 1996, em Roma.

2.2

SITUAÇÃO DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR A NÍVEL MUNDIAL

Em sucessivas publicações a FAO e a OCDE têm produzido estudos e estimativas com o objetivo de alertar os responsáveis políticos para os desafios que temos pela frente no próximo futuro em matéria de alimentação da humanidade, face às perspetivas de evolução demográfica (FAO 2022-a; FAO 2022-b; OCDE-FAO 2022). O quadro de análise tem apontado para:

- Mais 2.000 milhões de pessoas até 2050 para alimentar (de 8 para 10 mil milhões).
- 10% da população mundial em 2022 a passar fome e 29% em situação de insegurança alimentar grave (12%) ou moderada (17%).
- 3.100 milhões de pessoas não podiam adquirir uma dieta saudável, devido à subida dos preços subsequente à pandemia do COVID.
- Meta *Fome Zero em 2030*, lançada em 2015 pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável comprometida pelos impactos das guerras e pelas consequências das alterações climáticas. Seria necessário aumentar a produtividade em 28% até lá, o que equivaleria ao triplo da conseguida na última década.
- Necessidade de aumentar a oferta alimentar em 50% até 2050.

Em paralelo com estas situações do lado da procura, haverá que considerar as limitações do lado da oferta, como é em especial o caso da variável de mobilização de novos solos, cuja disponibilidade está limitada na maior parte do planeta, sob pena de se colocar em risco o equilíbrio dos ecossistemas. Ou ainda da variável água, cuja utilização na agricultura deve aumentar, num cenário de sustentabilidade, em cerca de 30%, embora se recomende que as utilizações totais não ultrapassem um teto máximo de 20% dos recursos totais disponíveis (FAO, 2018).

E ainda, de forma incontornável, as crescentes restrições impostas pelas políticas ambientais e climáticas, de que se destacam:

- O Acordo de Paris de 2015 sobre as alterações climáticas, no quadro da ONU.
- O Pacto Ecológico Europeu/*Green Deal* da U.E., visando a neutralidade carbónica em 2050, a redução em 55% das emissões de GEE até 2030 e as Estratégias do Prado ao Prato e da Biodiversidade, analisadas mais abaixo.

Face às previsões de aumento da procura de alimentos para alimentar as populações futuras e à vasta gama de condicionantes físicos e ambientais ao aumento da produção, a garantia da segurança alimentar terá que passar necessariamente por um *mix* de soluções como:

- Novas tecnologias de produção, mais sustentáveis, mas capazes de conseguir aumentos de produção sem redução do rendimento dos agricultores. Agricultura de precisão para reduzir a pegada carbónica e baixar custos de produção, novas técnicas genómicas, materiais vegetativos mais resilientes às pragas, doenças e seca, uso eficiente da água, são alguns exemplos dos caminhos a seguir.
- Incentivar a entrada de jovens na agricultura, como forma de acelerar a transição tecnológica, energética e digital.
- Melhor organização económica da produção, com reforço das cadeias curtas de comercialização, incentivando a produção local, melhorando os rendimentos, reduzindo a pegada carbónica e aumentando a resiliência dos sistemas agroalimentares, tornando-os, designadamente, menos vulneráveis a perturbações nas cadeias de abastecimento.
- Redução das perdas e desperdício de alimentos, que, segundo a FAO representam cerca de 1/3 da produção alimentar mundial e na União Europeia cerca de 20%. (<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/food-waste/>)
- Reforço da economia circular, incentivando o aproveitamento para a alimentação de desperdícios e resíduos do setor.
- Luta contra a fraude alimentar ao longo da cadeia de abastecimento alimentar.
- Pedagogia do consumo responsável e transição para novos regimes alimentares saudáveis e sustentáveis, alternativos ou complementares.

Para além das condicionantes acima referidas, importa considerar que a garantia da segurança alimentar pode ser também ameaçada por fatores de outra ordem, como sejam as guerras e conflitos geopolíticos, as consequências das alterações climáticas, as migrações, ou outros tipos de disrupções nas cadeias de abastecimento, como catástrofes naturais ou excessiva volatilidade dos preços.

Em recente publicação conjunta, a OCDE e a FAO (OCDE-FAO 2025) estimam um aumento de 13%, em termos reais, do consumo de alimentos entre 2025 e 2034, sendo que, nos países de médio rendimento, metade desse aumento do consumo se deve ao crescimento do rendimento per capita, enquanto que, nos países de rendimento per capita baixo, dois terços do aumento do consumo serão uma consequência do aumento da respetiva população.

Em contrapartida, estima também que a produção aumente em 14%, também em termos reais e que este aumento ocorra principalmente em países de médio rendimento per capita. Estima-se também que este aumento da produção agrícola e pesqueira se deva a aumentos de produtividade por melhoria tecnológica, ainda que em países da África e do Sudeste Asiático, onde o acesso a tecnologias modernas é mais limitado, esses aumentos resultem de uma expansão das áreas cultivadas e dos efetivos pecuários.

Em consequência, a OCDE e a FAO estimam uma melhoria relativa da situação alimentar mundial nos próximos 10 anos, no pressuposto de que não ocorram situações graves que afetem as previsões.

03

**A BALANÇA
AGROALIMENTAR
NA U.E.**

03

03

A BALANÇA AGROALIMENTAR NA U.E.

3.1

BALANÇA COMERCIAL E TAXAS DE AUTOAPROVISIONAMENTO

A União Europeia (U.E.) é uma das maiores importadores e exportadores de produtos agroalimentares, alternando a liderança mundial com os Estados Unidos da América (EUA), consoante os anos. Tem sistematicamente uma balança comercial positiva no conjunto destes produtos, conforme revela o gráfico 1, relativo a valores mensais entre junho de 2022 e junho de 2025. Em 2024 o saldo da balança comercial agroalimentar ultrapassou os 63 mil milhões de euros, resultante de 235 mil milhões de euros de exportações e de 172 mil milhões de importações, conforme o quadro 1 abaixo.

Em termos setoriais, conforme ressalta da análise do mesmo quadro, a União tem uma balança comercial⁵ positiva na generalidade dos produtos de grande consumo e simultaneamente mais indispensáveis à alimentação humana, como carnes, cereais, frutas e legumes, azeite e ainda outros produtos como vinho e preparados alimentares diversos. Em contraste, é deficitária nos produtos tropicais e subtropicais, como café, cacau ou bananas, assim como em frutas, oleaginosas e proteínas vegetais, especialmente destinadas à alimentação animal.

Muito importante na análise do risco na segurança alimentar é a origem geográfica dessas importações de países terceiros. Pelo quadro 2 pode verificar-se a relativa diversificação das fontes de abastecimento, com uma maior importância no Mercosul (Brasil e Argentina), Reino Unido, Estados Unidos, Ucrânia e China.

⁵ Trata-se do comércio com países terceiros (extra-U.E.), já que as compras e vendas entre Estados Membros não são consideradas importações ou exportações, mas expedições.

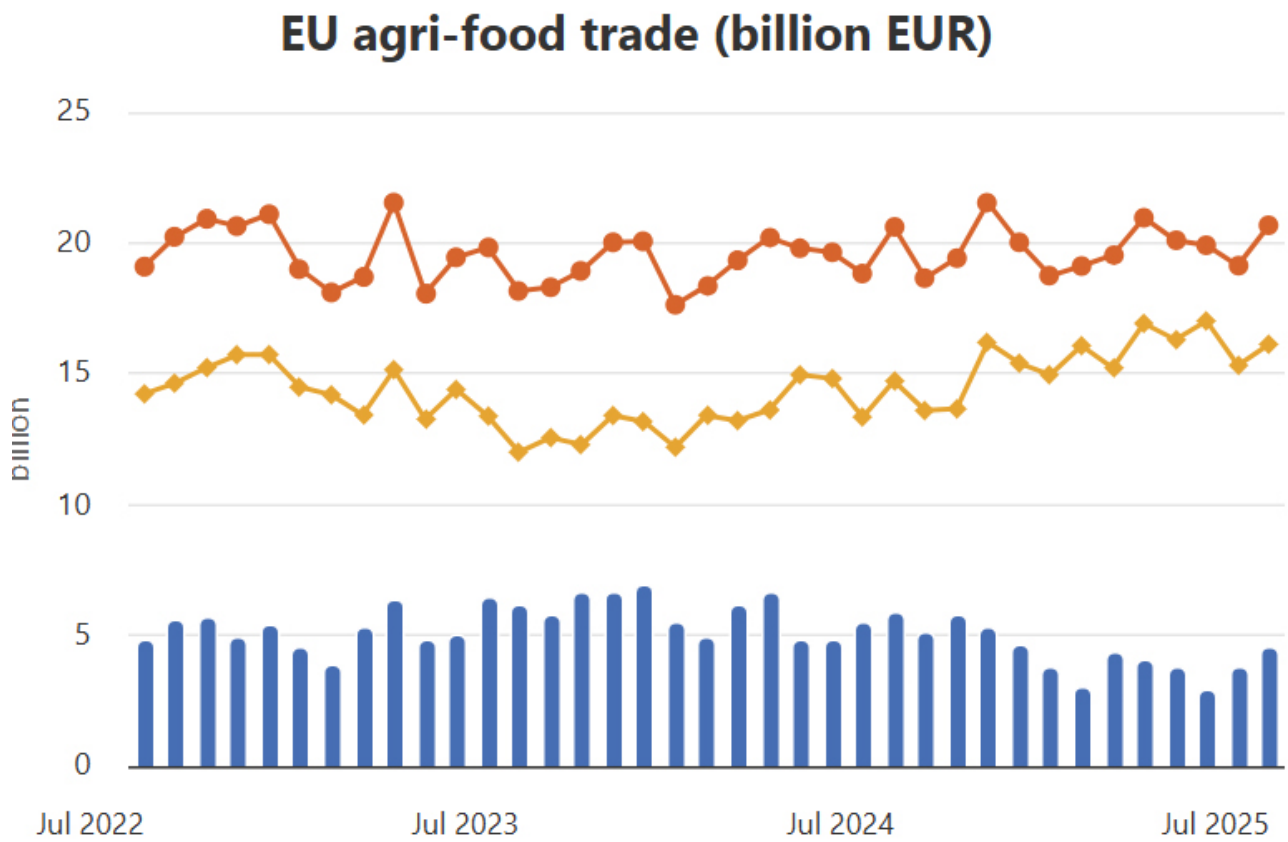


Gráfico 1.

Balança Comercial Agroalimentar U.E.-valores globais mensais.

Fonte: https://agriculture.ec.europa.eu/international/agricultural-trade/trade-and-international-policy-analysis_en#monitoringeuagrifoodtrade

EU AGRI-FOOD TRADE BALANCE (million EUR)

AGRI-FOOD CATEGORIES/PERIOD	EXPORTS	IMPORTS	TRADE BALANCE		
	2024		2023	2024	Difference
	million EUR				
TOTAL Agrifood	235 400	171 810	69 364	63 589	-5 775
Cereal preparations and milling products	24 756	5 222	19 495	19 534	40
Dairy products	19 713	2 264	17 423	17 449	26
Wine and wine based products	17 383	1 542	15 999	15 842	- 158
Pigmeat	12 366	362	11 861	12 004	143
Mixed food preparations and Ingredients	15 573	6 536	8 470	9 037	568
Confectionery and chocolate	11 803	2 904	8 373	8 899	525
Beer, cider and other beverages	10 922	2 575	8 394	8 347	- 47
Olives and olive oil	7 199	1 753	3 885	5 446	1 560
Pet food and forage crops	8 449	3 409	5 160	5 040	- 120
Preparations of fruit, nuts and vegetables	12 892	7 587	5 649	5 305	- 343
Spirits and liqueurs	8 855	4 384	4 552	4 471	- 81
Poultry and eggs	6 137	2 417	3 680	3 720	41
Other animal products	8 300	5 067	2 908	3 233	325
Vegetables	9 280	6 172	2 942	3 109	167
Tobacco, cigars and cigarettes	7 768	5 091	2 292	2 677	386
Horticulture	4 561	2 203	2 392	2 358	- 35
Beef and veal	4 891	2 634	2 192	2 257	65
Cereals	11 715	9 732	2 920	1 983	- 937
Unspecified	1 143	278	624	864	241
Sugar and Isoglucose	2 372	1 743	-1 113	629	1 742
Sheep and goat	676	1 293	- 587	- 617	- 30
Margarine and other oils and fats (vegetable)	2 220	4 169	-1 769	-1 949	- 180
Vegetable oils (oilseeds and palm)	2 631	7 568	-4 174	-4 937	- 763
Non-edible for technical use	4 587	9 607	-4 945	-5 021	- 76
Oilseeds and protein crops	2 110	20 039	-18 635	-17 930	705
Fruit and nuts	6 367	24 937	-16 197	-18 569	-2 372
Coffee, tea, cocoa and spices	10 732	30 326	-12 428	-19 594	-7 166
<i>For info: fish and fish products</i>	<i>7 757</i>	<i>29 778</i>	<i>-22 448</i>	<i>-22 021</i>	<i>427</i>
<i>Total agrifood and fish</i>	<i>243 157</i>	<i>201 588</i>	<i>46 916</i>	<i>41 568</i>	<i>-5 348</i>

Quadro 1.

Balança Comercial Agroalimentar U.E.-valores por produtos.
Fonte: EU 2025 Monitoring EU Agri-food Trade Developments in 2024, p. 16).

EU AGRI-FOOD IMPORTS - TOP 15 IMPORT COUNTRIES (million EUR)

TRADE PARTNERS	2022	2023	2024	Share 2024	Difference 2024-2023	
TOTAL AGRIFOOD	171 759	159 430	171 810	100%	12 380	8%
Brazil	20 179	17 215	17 426	10%	210	1%
United Kingdom	15 268	15 517	15 389	9%	- 128	-1%
Ukraine	13 215	11 839	13 093	8%	1 254	11%
United States	12 264	11 683	11 943	7%	260	2%
China	9 789	8 347	9 149	5%	802	10%
Türkiye	5 627	6 627	7 311	4%	684	10%
Côte d'Ivoire	3 482	4 055	6 761	4%	2 706	67%
Argentina	6 934	4 663	5 558	3%	895	19%
Indonesia	6 724	5 474	5 223	3%	- 252	-5%
Switzerland	4 847	4 859	5 048	3%	189	4%
India	3 657	3 302	3 972	2%	670	20%
Viet Nam	3 446	3 216	3 836	2%	620	19%
Peru	3 403	3 089	3 770	2%	682	22%
Morocco	3 261	3 182	3 447	2%	265	8%
Malaysia	3 422	2 947	3 258	2%	312	11%
Other countries	56 243	53 416	56 626	33%	3 210	6%

Quadro 2.

Origem das Importações da U.E.
Fonte: EU 2025, ib. p.14.

Apesar de a situação geral da União ser bastante confortável em matéria de comércio externo agroalimentar, existem diferenças bastante consideráveis entre os seus Estados Membros, conforme se pode concluir pelo gráfico 2, que integra também produtos da pesca e da aquacultura. Constatase que os países com balanças comerciais mais positivas, que são simultaneamente os maiores exportadores destes bens, são, por ordem decrescente: Holanda, Espanha, Polónia, França, Bélgica e Irlanda; e que, em contrapartida, os mais deficitários são, por esta ordem: Alemanha, Suécia, Portugal, Finlândia, Roménia, Chéquia e Eslováquia.

Relacionada com esta análise está o grau de autoaprovisionamento alimentar que, conforme acima referido, exprime a capacidade de um país ou, neste caso a União Europeia, se abastecer a partir da sua produção própria, assim como das importações financiadas pelas exportações agroalimentares. Como se pode observar pelo gráfico 3, na U.E. a taxa é superior a 100% para os principais produtos da dieta alimentar dos europeus e deficitária num conjunto relativamente restrito de produtos, embora, conforme acima se referiu, a dependência externa em oleaginosas, proteínas de origem vegetal e alguns cereais como o milho e o sorgo, seja importante, especialmente por estar na base de importantes fileiras pecuárias, como a produção de carne suína, de aves e ovos ou leite de vaca. Para além destas produções, que correspondem em larga medida a bens intermédios incorporados na produção da U.E., importa também considerar uma dependência externa significativa quanto a combustíveis e fertilizantes.

Trade balance for agricultural, fisheries and food and beverage products

(€ billion, 2022)

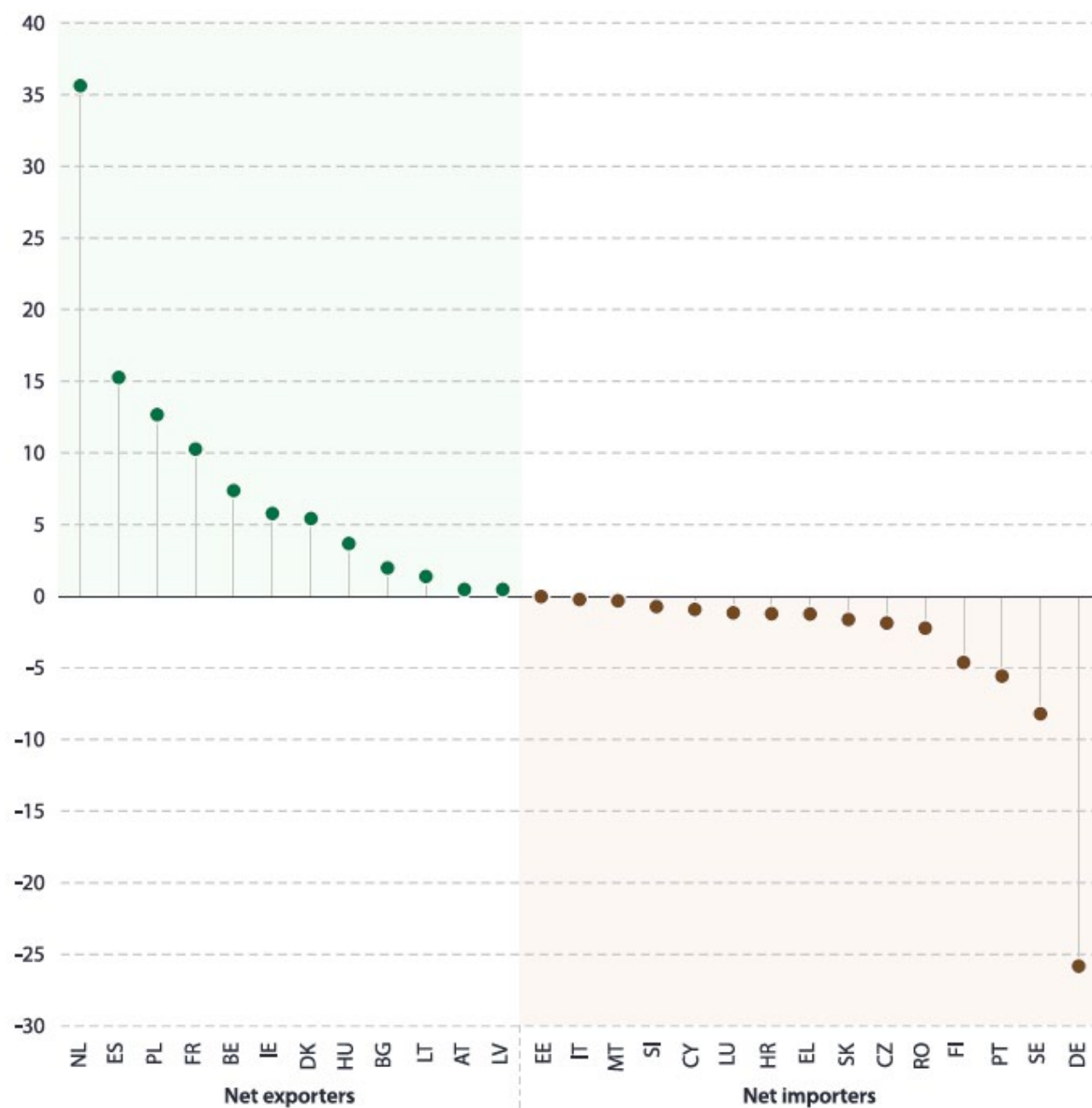


Gráfico 2.

Balança Comercial Agroalimentar Global por Estados Membros da U.E.

Fonte: EU 2025, p.61.

Os preços também podem constituir um fator de risco: os dos produtos e os dos fatores de produção. Conforme se conclui pela leitura dos relatórios sobre a segurança alimentar [EU (2024)] a pandemia do COVID não afetou, no essencial, a segurança alimentar na União. Porém, a interrupção de cadeias de abastecimento verificada em múltiplas situações, assim como a eclosão do conflito na Ucrânia, criou dificuldades no fornecimento de certos fatores de produção e bens intermédios, cujos preços subiram em flecha, com destaque para aqueles que constituem as maiores vulnerabilidades da U.E.: fertilizantes, combustíveis e alimentos compostos para a alimentação animal. Os gráficos 4 e 5 mostram esta situação, assim como a reação dos preços dos produtos finais, que tiveram que ser ajustados a níveis superiores aos prevalecentes antes da pandemia. Em consequência, entre 2020 e 2025 o aumento médio dos preços dos produtos agrícolas foi de 37,3%, contribuído para um considerável aumento da inflação e de redução do rendimento disponível das famílias (<https://euranetplus-inside.eu/how-much-have-agricultural-prices-risen-in-the-eu/>).

Self-sufficiency in agricultural commodities (%, EU, 2022)

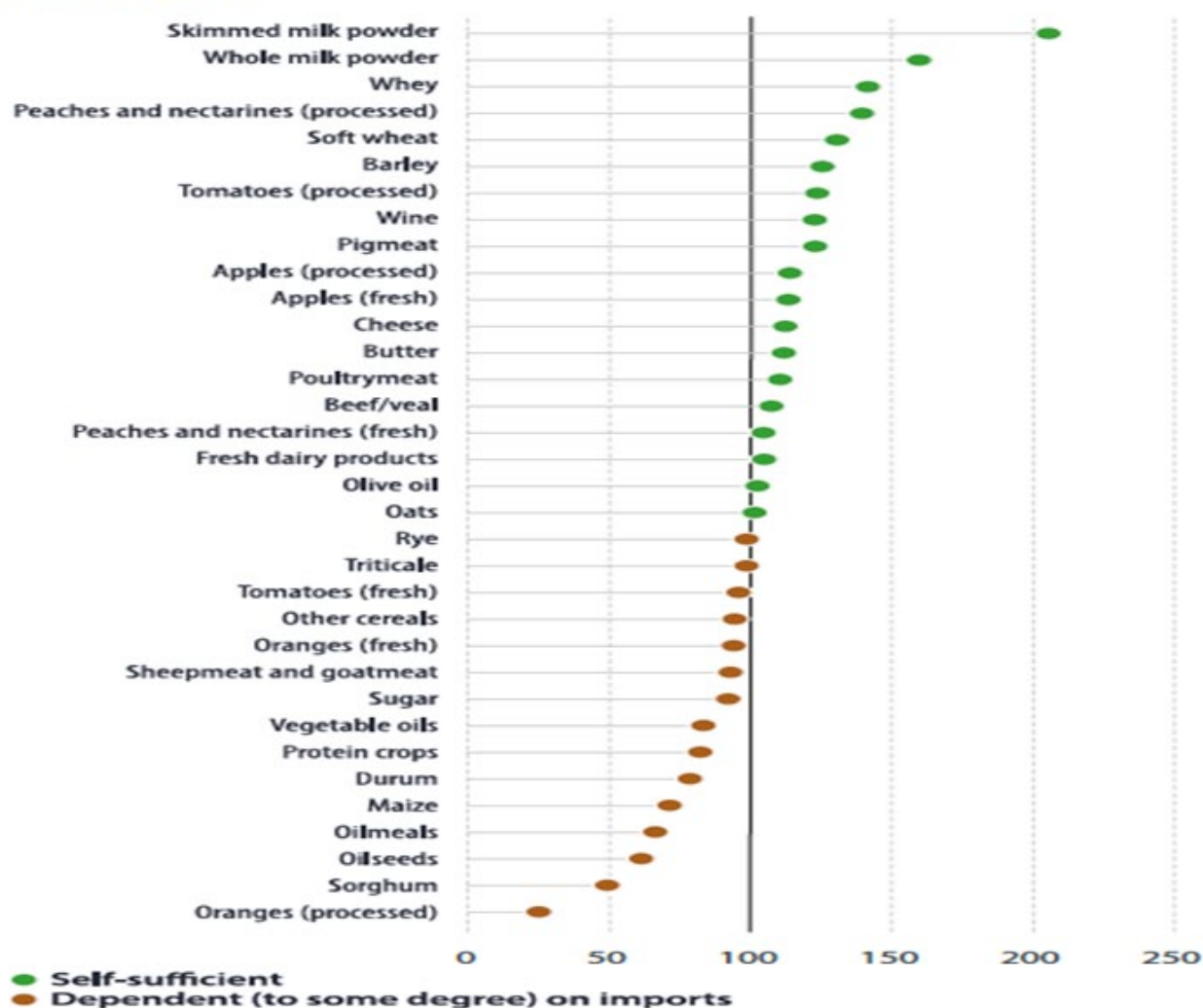


Gráfico 3.

Grau de Autoaprovisionamento U.E. por produtos.
Fonte: EU 2023, p.67.

Índice de preços de compra de meios de produção agrícola (2020=100)

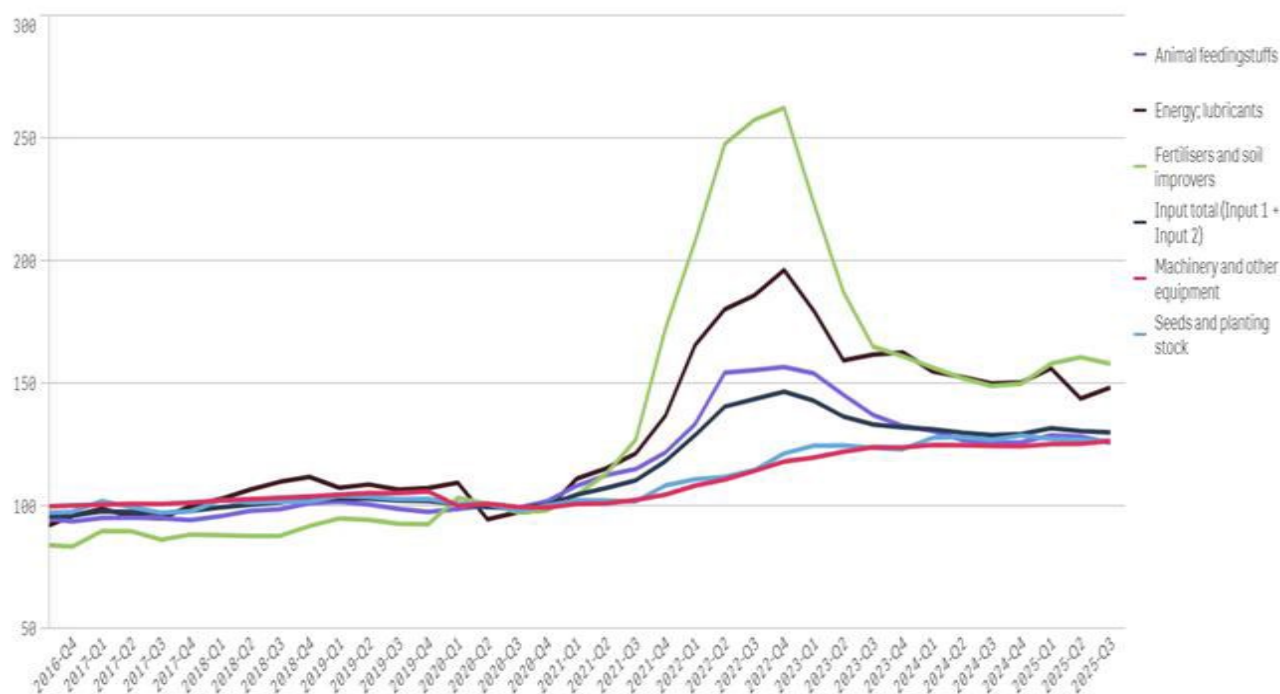


Gráfico 4.

Evolução dos preços de fatores de produção e bens intermédios.

Fonte: <https://agridata.ec.europa.eu/extensions/DashboardFoodChain/InputPriceIndices.html>

Transmissão de preços ao longo da cadeia alimentar (2015=100)

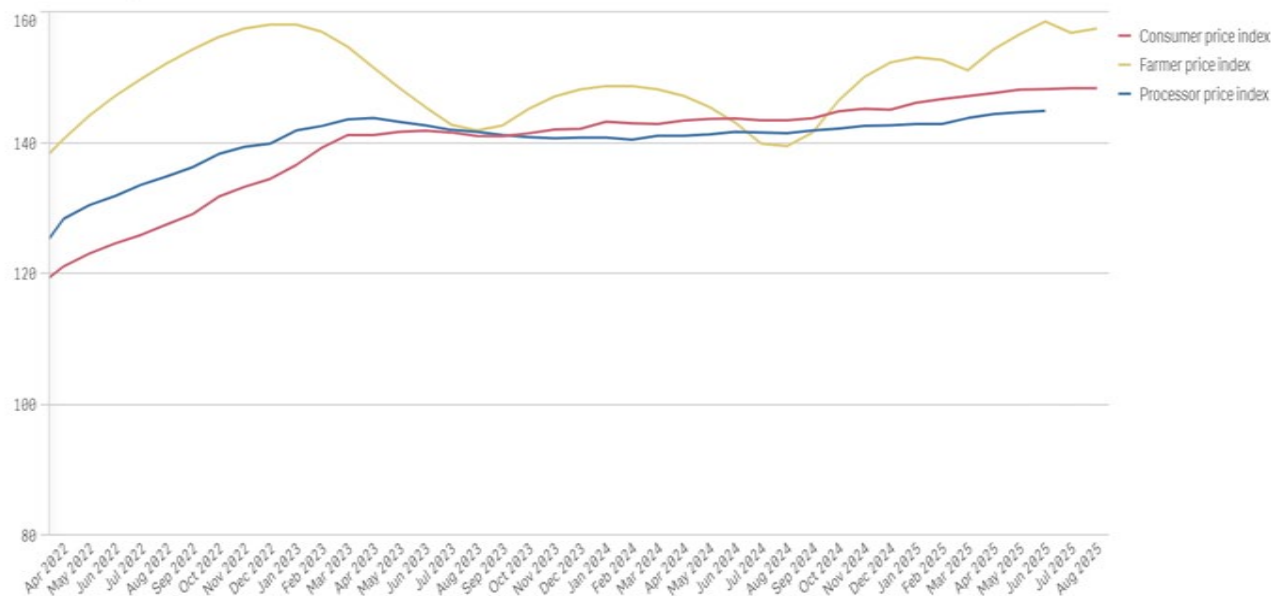


Gráfico 5.

Evolução dos preços dos bens alimentares na produção, agroindústria e consumo.

Fonte: <https://agridata.ec.europa.eu/extensions/DashboardFoodChain/InputPriceIndices.html>

Portugal tem um défice crónico no setor agroalimentar em geral, que se tem agravado desde o início do milénio, quer para produtos agrícolas em natureza, quer para produtos transformados (indústrias agroalimentares e de bebidas), quer ainda para os produtos de pescado, conforme se pode concluir pela análise do gráfico 6 e dos quadros 3 a 6.

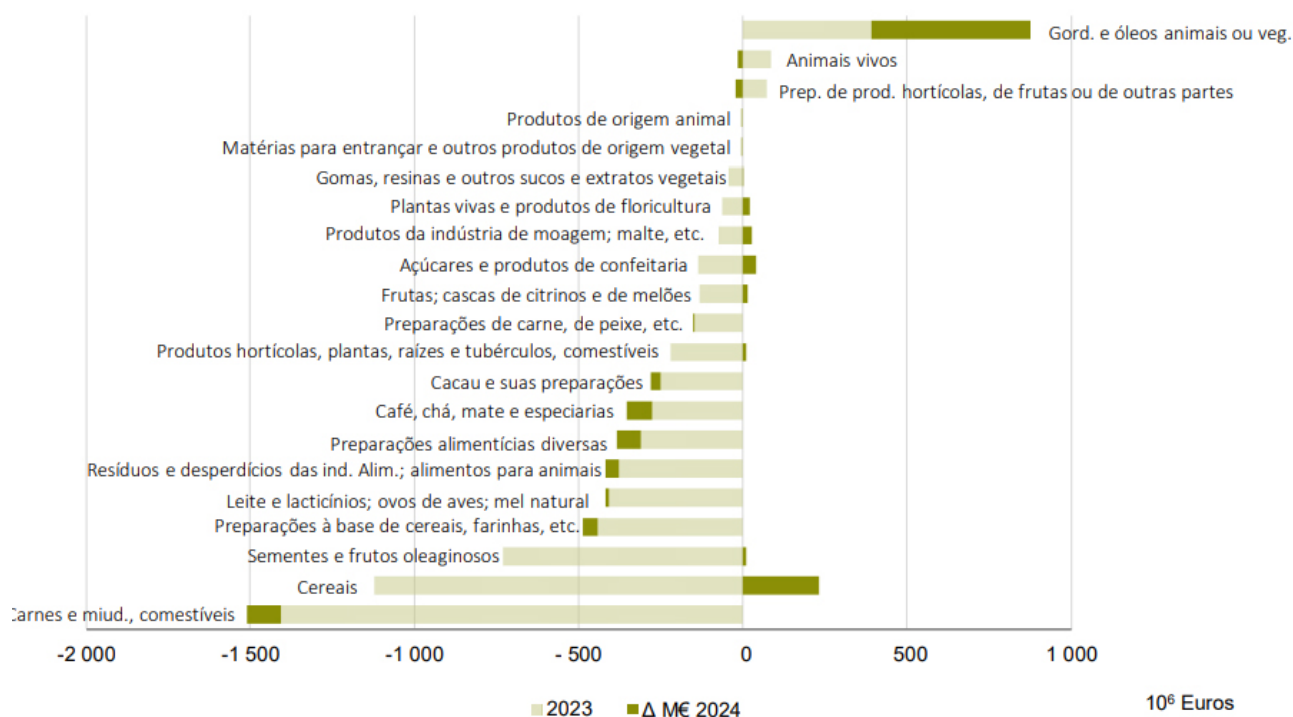


Gráfico 6.

Balança Comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares, 2023 e 2024 - Portugal.
Fonte: INE Estatísticas Agrícolas, 2024.

Apesar do aumento do défice comercial, tem havido uma tendência muito ligeira de melhoria do índice agregado de autoaprovisionamento bruto, conforme mostra o quadro 4. Porém, como acima se registou, é o índice (ou grau) de aprovisionamento corrigido que deve ser considerada a referência mais sólida para análise. Trata-se de um ponto particularmente relevante, tendo em conta que o valor deste índice corrigido já deduz os bens intermédios que são incorporados na produção final; e que em Portugal a produção animal (especialmente de leite de vaca, carne suína, carne bovina, carne de aves e ovos), está consideravelmente dependente da importação de matérias primas para a produção de alimentos compostos para animais. Verifica-se, pois, uma relativa estagnação neste indicador corrigido ao longo do primeiro quarto de século deste milénio, em termos agregados do setor agroalimentar, oscilando entre valores mínimos de 71,4% em 2011 e 78,5% em 2020, para atingir o valor de 74,9% em 2023, o último ano para o qual se dispõe deste indicador agregado.

Em termos setoriais, conforme evidencia o quadro 5, verifica-se que Portugal tem taxas autoaprovisionamento superiores a 100% em importantes setores exportadores como o vinho, o azeite e as frutas e hortícolas, assim como no arroz e um nível bastante confortável em setores como os produtos lácteos e as carnes no seu conjunto, apesar da atrás referida dependência destes setores em relação a matérias primas importadas que são integradas como bens intermédios na sua produção. importados.

Em contraste, apresenta um nível muito baixo de autoaprovisionamento para cereais (18% no conjunto e menos de 5% para o trigo mole), carne bovina (51%), leguminosas fundamentais para a nossa alimentação como o feijão e o grão de bico (12,5%) e mesmo vários tipos de frutas, com destaque para os citrinos (34%).

O quadro 6, extraído da informação disponível no GPP (Gabinete de Planeamento e Políticas, do Ministério da Agricultura), mostra a estrutura das importações e das exportações para 2024 onde sobressai, no que respeita às primeiras, o peso dos cereais e preparados à base de cereais (12%), das carnes (10,6%), dos óleos e gorduras (9,5%) e das frutas (6,9%). Os produtos de pescado, a analisar na segunda parte deste relatório, são a componente mais significativa, com 13,6% to total das importações alimentares.

Do lado das exportações, pode verificar-se, pelo mesmo quadro, a importância do azeite (13,5%), frutas (9,1%), vinho (8,2%), hortícolas (5%) e tabaco (8,8%), que é um produto cuja matéria prima é totalmente importada, transformada e reexportada.

	2000	2010	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023p
Economia	-14182	-13731	1329	2214	2107	1270	1148	-4014	-6011	-5857	2466
Complexo Agroalimentar e Pescas	-3503	-3937	-3220	-3382	-3765	-3957	-3988	-3394	-3736	-5427	-5708
- Agricultura	-1586	-1837	-1759	-1800	-1819	-1897	-1750	-3394	-2056	-2730	-2568
- Pescas	-34	-109	-158	-156	-172	-192	-174	-198	-140	-254	-222
- IABT (1)	-1884	-1991	-1304	-1426	-1774	-1868	-2064	-1457	-1540	-2443	-2918
Complexo Florestal	1001	1374	1939	1858	1858	1928	1942	1786	1972	2438	2016
Complexo Agroflorestal e Pescas	-2502	-2563	-1282	-1282	-1931	-2028	-2045	-1608	-1764	-2990	-3691

(1) Indústrias Alimentares, Bebidas e Tabaco

Quadro 3.

Saldo da Balança Comercial Alimentar de Portugal (milhões de euros).
Fonte GPP2024.

	2000	2010	2012	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Grau Auto-aprovisio-namento	83,4	83,4	85,0	86,9	85,7	85,6	85,5	85,1	85,5	86,7	86,9	84,9
Grau corrigido Auto-aprovisio-namento		72,9	73,9	77,9	77,9	76,7	76,5	76,0	76,9	78,5	78,8	74,9

Quadro 4.
Grau de Autoaproveitamento Agregado – Portugal (%).
Fonte: <https://www.gpp.pt/index.php/estatisticas-do-cafe-setores/indicadores-do-complexo-agroflorestal-e-pescas>

	%				
	2015	2018	2019	2021	2024 F
Total de sementes e frutos oleaginosos	53,8	54,5	66,4	76,0	n.d.
Girassol	12,3	6,2	4,7	6,0	n.d.
Azeitona	103,7	102,3	101,6	101,2	n.d.
Total de carnes	72,2	74,5	74,9	81,0	75,2
Carne de bovinos	53,8	53,1	50,5	60,6	50,9
Carne de suínos	68,8	69,3	72,2	78,6	72,8
Carne de ovinos e caprinos	79,2	80,8	92,0	87,5	100,0
Carne de equídeos	185,0	80,7	52,2	108,0	94,4
Carne de animais de capoeira	87,2	85,7	85,1	88,9	85,4
Total de gorduras e óleos vegetais	26,8	35,6	42,6	68,8	n.d.
Óleo de Girassol	9,6	5,3	3,8	3,5	n.d.
Azeite	133,8	152,9	190,0	264,8	n.d.
Leites e produtos lácteos	97,1	94,2	91,3	95,9	90,1
Leite	112,6	107,4	104,2	111,2	108,9
Leites acidificados (iogurtes)	47,0	54,9	52,5	54,7	52,5
Manteiga	152,4	140,9	136,4	147,6	140,0
Queijo	65,6	62,3	62,5	63,6	58,1
Ovos	107,8	101,4	100,7	106,7	98,7

	2015/2016	2017/2018	2018/2019	2020/2021	2023/2024
Vinho	136,9	122,4	104,2	115,0	117,4
Mel	100,0	100,0	83,3	100,0	81,8
Total de leguminosas secas	17,5	13,6	15,9	18,3	15,3
Feijão seco	6,5	6,5	10,0	10,7	12,5
Grão-de-bico	9,1	11,1	9,5	16,7	12,5
Açúcar	0,6	3,3	0,6	0,3	0,3
Hortícolas	155,3*	155,3*	155,3*	155,3*	155,3*
Batata	47,8	50,4	43,6	42,9	30,9
Total de tomate	175,0*	175,0*	175,0*	175,0*	175,0*
Tomate fresco	100,7*	100,7*	100,7*	100,7*	100,7*
Tomate industrializado	1015,9*	1015,9*	1015,9*	1015,9*	1015,9*
Total de Cereais	22,7	18,9	19,9	19,2	17,9
Trigo	5,5	4,0	4,7	6,1	2,2
Centeio	35,7	34,1	44,7	45,9	30,6
Aveia	68,1	70,8	78,9	61,8	23,0
Cevada	13,3	16,1	19,0	15,7	6,1
Milho	30,6	24,3	25,0	23,7	28,0
Arroz branqueado e semi-branqueado	103,1	112,6	104,2	115,0	117,4
Frutos	72,4	80,0	76,9	70,5	68,8
Frutos frescos (exc. Citrinos)	68,3	77,5	69,4	62,1	61,5
Frutos de casca rijas	98,0	81,7	75,7	108,2	139,2
Frutos secos	25,0	33,3	22,2	25,0	22,2
Citrinos	80,9	86,4	94,5	82,5	77,0
Maçã ^{a)}	101,2	111,9	95,7	87,5	95,7
Pêra ^{a)}	188,0	252,5	194,0	154,1	129,7
Pêssego fresco ^{a)}	48,5	47,2	46,2	66,0	38,0
Uva de Mesa ^{a)}	42,2	45,8	40,0	34,6	34,0
Laranja ^{a)}	94,9	100,0	107,3	102,9	94,3

*Dados relativos a 2003/2004

a) Balanços de mercado

Fonte: Balanços de aprovisionamento, INE

Quadro 5.

Grau de Autoaprovisionamento por produtos - Portugal.
Fonte: <https://www.gpp.pt/index.php/produtos/produtos>

Estrutura do Comércio Internacional Agroalimentar e das Pescas por produto - 2024

Importações

	%
Peixes, Crustáceos e Moluscos	13,6
Carne	10,6
Bovino	5,5
Suíno	2,3
Frutos	6,9
Citrínos	1,1
Banana	0,9
Gorduras e Óleos Vegetais e Animais	6,7
Azeite	3,5
Preparações à base de cereais	6,0
Produtos de Padaria e Pastelaria	3,9
Cereais	6,0
Milho	2,4
Trigo	1,9
Leite e Lacticínios	4,9
Queijo	2,4
Iogurte e quefir	1,4
Sementes e frutos oleaginosos	4,9
Soja	2,8
Produtos Hortícolas	4,6
Batata (inc. batata semente)	1,2
Preparações Alimentícias	4,5
Bebidas, líquidos alcoólicos	4,0
Águas e Refrigerantes	1,4
Vinhos e mostos	0,9
Resíduos Indúst. Alim./Alimentos Animais	3,8
Conservas Produtos Horto-frutícolas	3,7
Preparações de Carne e Peixe	3,4
Enchidos/Conservas Carne, miudezas ou sang	1,6
Café, Chá, Especiarias	2,9
Tabaco	2,7
Cacau e Chocolate	2,3
Açúcares e Prod. Confeitaria	2,1
Animais Vivos	1,4
Plantas Vivas e Prod.da Floricultura	1,1
Outros	4,0
Total do Agroalimentar e das Pescas	100,0

Exportações

	%
Gorduras e Óleos Vegetais e Animais	17,4
Azeite	13,5
Bebidas, líquidos alcoólicos	12,0
Vinho e Mosto	8,2
Águas e Refrigerantes	1,8
Cerveja	1,4
Frutos	9,1
Frutos de Pequena Baga	2,9
Citrínos	1,5
Peixes, Crustáceos e Moluscos	8,8
Tabaco	8,2
Cigarros e Cigarilhas	7,4
Conservas Produtos Horto-frutícolas	5,9
Tomate preparado ou conservado	3,3
Produtos Hortícolas	5,0
Tomate Fresco	1,1
Preparações à base de cereais	4,7
Produtos de Padaria e Pastelaria	3,3
Preparações de Carne e Peixe	3,8
Conservas de Peixe	3,0
Leite e Lacticínios	3,5
Leite e nata	1,4
Preparações Alimentícias	3,4
Animais vivos	2,7
Bovinos	1,0
Carne	2,6
Carne de bovino	0,8
Carne de suíno	0,7
Açúcares e Produtos de Confeitaria	2,2
Resíduos Indúst. Alim./Alimentos Animais	2,0
Café, Chá, Especiarias	1,2
Plantas Vivas e Prod.da Floricultura	1,2
Cereais	1,2
Sementes e frutos oleaginosos	1,0
Ovos e ovoprodutos	0,7
Outros	3,3
Total do Agroalimentar e das Pescas	100,0

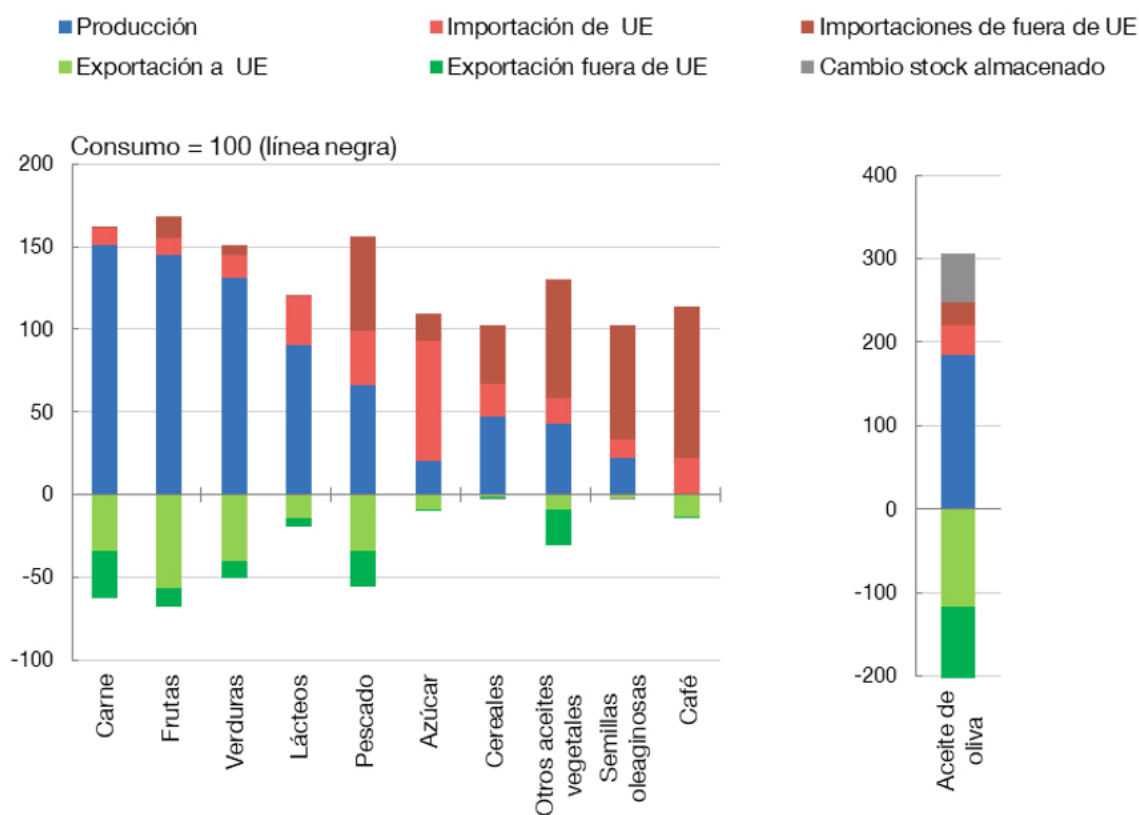
Fonte: GPP, a partir de Estatísticas do Comércio Internacional, INE (dados preliminares)

Quadro 6.

Comércio Externo Alimentar de Portugal.

Fonte: <https://www.gpp.pt/index.php/produtos/produtos>

Em contraste com Portugal e conforme se viu acima, a **Espanha** é uma das principais potências exportadoras de produtos agroalimentares da União Europeia, apresentando a segunda maior balança comercial neste setor depois da Holanda. O quadro 7 mostra uma situação excecional para o azeite, onde a Espanha é o primeiro produtor mundial, mas também situações positivas para o setor das carnes, frutas e legumes, para além dos produtos da pesca. Embora em graus não tão graves como Portugal, também se apresenta deficitária nos cereais e oleaginosas, para além, como seria compreensível nos produtos tropicais e subtropicais.



Quadro 7.
Comércio Alimentar de Espanha com a U.E. e Países Terceiros.

O quadro 8 mostra que o comércio agroalimentar entre os dois países assume uma enorme importância, sendo a Espanha o primeiro destino das exportações portuguesas destes produtos e simultaneamente a principal origem das suas importações. E mostra também um saldo negativo para Portugal de 2.600 milhões de euros na média dos anos de 2020 a 2024 para os bens agroalimentares, correspondendo, assim, a cerca de 20% do défice comercial total do comércio entre os dois países e a quase metade do défice agroalimentar total de Portugal.

Portugal exporta sobretudo azeite, produtos de tabaco e produtos à base de açúcar e importa azeite, carne bovina e derivados de cereais.

Saldo da Balança Comercial	2020	2021	2022	2023	2024	média 2020-2024
Total Economia (bens e serviços)	-8 365	-9 988	-13 907	-14 796	-14 223	-12 256
Total de Bens Transacionáveis*	-8 453	-10 284	-14 416	-15 626	-14 973	-12 750
Agrícola e Agroalimentar (AA)	-2 050	-2 178	-2 720	-3 145	-3 114	-2 641
Mar (M)	-354	-346	-416	-414	-381	-382
Florestas (F)	-129	-106	-103	-140	+15	-93
AA + M + F	-2 534	-2 629	-3 239	-3 699	-3 479	-3 116

milhões de euros *exclui serviços

Quadro 8.

Saldos da Balança Comercial Alimentar Portugal e Espanha 2020-2024.
Fonte: <https://www.gpp.pt/index.php/mercados/mercados>

3.2

MERCADO ÚNICO E RISCOS INTERNOS E EXTERNOS

A avaliação da problemática da segurança alimentar tem que ser, naturalmente, enquadrada no contexto geopolítico de cada país, por forma a se poderem avaliar e graduar os riscos de rotura de abastecimentos ou de escalada de preços, em determinadas circunstâncias, assim como a preparação das respostas que é necessário preparar. Considerando a realidade do Mercado Único, instituída pelos Tratados que regem a União Europeia (U.E.), é nesse quadro alargado que, em condições normais, os seus Estados Membros têm que conceber, implementar e monitorizar as suas políticas de segurança alimentar.

Podem, porém, surgir de um momento para outro, circunstâncias excecionais que perturbem o funcionamento da liberdade de comércio ou da regularidade dos abastecimentos, como sejam catástrofes ou desastres naturais, crises climáticas ou sanitárias, já para não referir cenários mais drásticos, como embargos económicos ou mesmo conflitos bélicos. É por tais razões que os Estados Membros da U.E. não dispensam as suas próprias políticas e dispositivos internos para assegurarem uma situação de segurança alimentar às suas populações e garantir a regularidade dos abastecimentos em situações anómalas.

Da análise precedente é possível concluir que a União Europeia se encontra numa situação bastante confortável no que respeita à segurança alimentar, seja qual for o conceito utilizado para análise da problemática. Não está, porém, isenta de riscos, como será visto no capítulo seguinte. De qualquer forma, a recente crise do Covid e o conflito da Ucrânia permitiram tirar algumas ilações sobre duas situações de particular relevância.

A primeira é que precisamos de uma política pública robusta no setor agroalimentar. Ou seja, não podemos prescindir de uma Política Agrícola Comum (PAC) que mantenha o quadro atual de apoio aos agricultores, incluindo os instrumentos de gestão dos mercados. Por definição, os mercados são uma realidade volátil e consideravelmente imprevisível. Daí a necessidade de estarmos sempre preparados com instrumentos adequados, como, por exemplo, as operações de intervenção pública, a armazenagem privada, ou outras modalidades baseadas em organizações de produtores ou cadeias curtas de abastecimento.

A segunda evidência desta crise é a de que deveremos dar um outro lugar aos mercados locais na organização das cadeias de abastecimento agroalimentar. Desde os anos noventa do século passado que a globalização dos mercados agroalimentares surgiu de mão dada com a emergência das grandes e médias superfícies comerciais, funcionando como um rolo compressor que destruiu as estruturas tradicionais e formatou um novo modelo de distribuição que, no quadro da U.E., representa mais de três quartos de toda a oferta alimentar. Numa população maioritária e crescentemente urbana criou-se a ilusão de que o abastecimento das suas mesas estava sempre e definitivamente garantido: a globalização e as novas estruturas de distribuição estariam sempre prontas para fazer chegar os alimentos a qualquer parte do mundo, não importando absolutamente nada a sua origem.

Ora, a crise mostrou-nos que não é assim. Por um lado, verificámos que as restrições à mobilidade interromperam ou perturbaram seriamente muitos desses circuitos de distribuição. Por outro, alguns países, face ao cenário de terem de enfrentar situações de escassez, apressaram-se a impor restrições às exportações de alguns bens essenciais, criando perturbações no abastecimento dos mercados mundiais que costumavam fornecer, como foi oportunamente denunciado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Sobressai a conclusão, em ambas as situações, de que precisamos de repensar a forma como temos vindo a organizar os mercados agroalimentares desde que o comércio deste tipo de bens ficou submetido às regras da globalização, a partir da Ronda do Uruguai da OMC, em 1994. Não está em causa a internacionalização da economia, que a todos beneficia, mas o facto de termos criado um gigante com pés de barro, que sucumbe na hora das grandes crises.

Sobressai, assim, a necessidade de robustecer o papel que nessas cadeias terão de desempenhar as produções de proximidade. Neste aspeto, a PAC terá que criar instrumentos e orçamento bem mais poderosos do que a simples gaveta das cadeias curtas, que tem uma expressão marginal no quadro do atual PEPAC (Programa Estratégico da PAC).

Não se trata, naturalmente, de criar autarcias confinadas a territórios determinados, mas de integrar nas políticas públicas instrumentos que incentivem uma incorporação da oferta local. Não apenas no quadro da PAC, como também no da Política Comum de Concorrência, que tem necessariamente a ver com as condições de operação das grandes cadeias de distribuição. Só assim, assegurando espaço para uma bolsa de abastecimento de proximidade, estaremos preparados para reduzir os riscos de uma globalização excessiva.

Sem esquecer, obviamente, o contributo que uma evolução desta natureza tem para a descarbonização da economia. Voltaremos a este tema, de forma mais desenvolvida, no capítulo 5.

Com uma PAC robusta e consistente e uma organização equilibrada da produção para o consumo numa base territorial, a União Europeia e os seus Estados Membros estarão sem dúvida mais preparados para assegurar uma melhor resiliência dos sistemas agroalimentares e defrontar situações imprevisíveis que possam voltar a surgir.

04

**O ABASTECIMENTO
E A SEGURANÇA
ALIMENTAR NA U.E.
PASSADO, PRESENTE
E FUTURO**

04

04

O ABASTECIMENTO E A SEGURANÇA ALIMENTAR NA U.E. PASSADO, PRESENTE E FUTURO

4.1

A PAC E O ABASTECIMENTO ALIMENTAR NA U.E.

Foi precisamente pela agricultura que começou a concretização da União Aduaneira, que consubstanciava naquela época a essência do projeto da Comunidade Económica Europeia (CEE). Não é difícil entender tal prioridade numa Europa que tinha o seu aparelho produtivo agrícola em grande parte destruído pela guerra, que tinha que recorrer sistematicamente às importações e à ajuda alimentar americana para assegurar a sobrevivência das suas populações, e que tinha mais de um quarto da sua população ativa no sector.

Como também não é difícil compreender porque é que numa sociedade tão deficitária em bens alimentares a PAC nasceu sob o signo protecionista, pois precisava de encorajar rapidamente a sua produção num contexto de relativa ineficiência estrutural. Os seus grandes objetivos eram assegurar a produção de alimentos, estabilizar os mercados e garantir a segurança dos abastecimentos, a preços razoáveis aos consumidores.

Por tais razões, a PAC que começou a operar em 1962 consistia numa política de preços de garantia para os principais produtos agrícolas - sempre que estes não conseguissem escoamento no mercado interno a preços razoáveis - e num elevado nível de proteção na fronteira. Os agricultores retiravam, assim, os seus rendimentos da venda dos seus produtos no mercado - mas num mercado condicionado pela proteção externa. O problema é que, com tão generosas condições que quase eliminavam o risco inerente à atividade produtiva, pouco mais de 10 anos após o seu funcionamento, a PAC começou a gerar produções que o mercado interno não conseguia absorver.

Depois de muitas tentativas falhadas para alterar a PAC, os seus custos continuavam a subir e a Europa continuava excedentária em bens essenciais como cereais, carnes ou leite e laticínios. Assim, no início da década de 1990, a PAC gastava cerca de metade do seu orçamento comprar produções excedentárias que o mercado não escoava, em operações de intervenção pública, e outros 50% a livrar-se desses excedentes, subsidiando a sua exportação para países terceiros.

Como seria previsível, chegou o momento em que o dinheiro não chegava para sustentar tamanha generosidade. E foi então que em 1992 se fez em a primeira grande reforma da PAC desde o seu início, que se traduziu numa mudança radical de modelo: reduzir drasticamente os preços de garantia dos produtos que causavam mais desequilíbrios, baixar proporcionalmente a proteção na fronteira e compensar essa redução de preços com pagamentos diretos aos produtores, que eram baseadas nas superfícies cultivadas e no respetivo efetivo pecuário. Esta reforma foi aprofundada em 1999 e 2003 e continuou a ser ajustada cada 7 anos, em sincronia com o calendário dos Quadros Financeiros Plurianuais (QFP).

Em consequência das sucessivas reformas, acabaram-se os excedentes, os subsídios à exportação e as compras públicas quase terminaram, a produção e as exportações aumentaram, o rendimento dos agricultores subiu e, finalmente foi possível ter preços razoáveis para os consumidores – já que o velho modelo protecionista não permitia que estes beneficiassem da evolução tecnológica da agricultura.

A PAC da atualidade tem muito pouco a ver com a que se iniciou em 1962, com cerca de dois terços do seu orçamento a ser destinado a pagamentos diretos aos agricultores e a gestão do mercado e um terço ao apoio à modernização estrutural e ao desenvolvimento rural.

A agricultura continua a ser um pilar central do projeto europeu, quer para garantir um povoamento ordenado do território, quer para preservar paisagens, valores e património construído e ambiental, quer para continuar a garantir a segurança e regularidade dos abastecimentos agroalimentares, quer ainda para contribuir mais para colmatar o défice alimentar mundial. Ou seja, os instrumentos foram sendo ajustados ao longo do tempo, mas os objetivos continuam os mesmos.

Desde o quadro financeiro plurianual de 2020-2027 que a aplicação da PAC é feita em moldes semelhantes aos da Política de Desenvolvimento Regional e Coesão. Cada Estado Membro elabora e aplica, após aprovação da Comissão Europeia, o seu Plano Estratégico da PAC, que integra os seus dois pilares:

- O primeiro pilar, relativo aos pagamentos diretos e gestão do mercado, principalmente financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA).
- O segundo pilar, destinado a apoiar medidas de investimento para transformação e modernização das estruturas produtivas, medidas de natureza ambiental e climática, medidas destinadas às zonas agrícolas mais desfavorecidas e, em geral a apoiar medidas de desenvolvimento rural, incluindo investimentos não agrícolas de diversificação de rendimentos nas explorações agrícolas.

É também no âmbito deste segundo pilar da PAC que é financiado o Programa LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento Rural) que financia ações diversas de desenvolvimento rural, desde que integradas nas estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), geridas pelos Grupos de Ação Local (GAL) que, por norma regulamentar, têm que integrar a maior diversidade possível de atores locais do desenvolvimento, dos setores público, privado ou social.

Um pouco por toda a Europa, mas com especial relevo em Portugal e Espanha, os municípios são entidades motoras da organização destes GAL e do sucesso da sua ação. Como se verá mais adiante, podem ser incluídos nestes programas ações relacionadas com a segurança alimentar local, podendo ser também beneficiários de financiamento neste âmbito.

A forma como os PEPAC são estruturados reflete a organização administrativa de cada país. Em Portugal existem três programas (<https://www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027>): um para o Continente e um para cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, cujas entidades gestoras são o Ministério da Agricultura no primeiro caso e as Secretarias Regionais responsáveis pela agricultura, nos outros casos. Em Espanha O PEPAC (<https://www.mapa.gob.es/es/pac/pac-2023-2027/plan-estrategico-pac>) foi elaborado em concertação entre as administrações central e regionais, está estruturado a nível nacional, mas descentralizado por subprogramas de ações em 17 Comunidades Autónomas, com uma autoridade de gestão em cada uma e uma autoridade central sediada no Ministério da Agricultura, em Madrid.

4.2

O ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM TEMPOS DE CRISE: MEDIDAS PREVENTIVAS E DE MINIMIZAÇÃO DE RISCOS

Conforme acima referido, a segurança dos abastecimentos alimentares continua a ser um objetivo essencial da PAC, agora consagrado no Art. 39 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). Como todas as políticas comuns, tem o seu atual ciclo de implementação para o período de 2021-2027 e estando enquadrada, tal como elas, pelo Pacto Ecológico Europeu⁶ e pelos seus instrumentos de aplicação na agricultura, como sejam as estratégias para a biodiversidade e, designadamente, a *Estratégia do Prado ao Prato* (EPP).

⁶ Trata-se de uma estratégia de ação política que tem como objetivo final uma mudança de paradigma na utilização dos recursos naturais, acelerando a transição de uma economia baseada nas energias fósseis para energias renováveis [COM(2019) 640 final].

A formalização da Comunicação EPP (COM (2020) 381 final) foi adiada devido ao surgimento da crise do Corona Virus, tendo sido recontextualizada e justificada pela evidência, revelada pela crise, da *“importância de dispormos de um sistema alimentar sólido e resiliente, capaz de funcionar em todas as circunstâncias, com alimentos seguros, suficientes e a preços acessíveis”*. Evidência esta que é reforçada pela ocorrência, cada vez mais frequente, de secas, inundações, incêndios e novas pragas, que *“constituem um aviso constante de que o nosso sistema alimentar está ameaçado e deve tornar-se mais sustentável e resiliente”*.

Com esta justificação, a Comissão parte do pressuposto de que o atual sistema alimentar da União Europeia (U.E.) não é sustentável a longo prazo. Daí que estabeleça como grandes objetivos a atingir no curso da implementação da Estratégia⁷:

- Reduzir em 50 % a utilização de pesticidas químicos e o risco deles decorrente; e em 50 % a utilização dos pesticidas mais perigosos até 2030.
- Reduzir as perdas de nutrientes em, pelo menos, 50 %, garantindo simultaneamente que não há deterioração da fertilidade dos solos, o que reduzirá a utilização de fertilizantes em, pelo menos, 20 % até 2030.
- Reduzir em 50 % as vendas de agentes antimicrobianos para animais de criação e de aquicultura até 2030.
- Estender a agricultura biológica a 25 % das terras agrícolas até 2030.
- Dotar todas as zonas rurais de banda larga rápida até 2025, a fim de permitir a inovação digital.

No seguimento da apresentação desta estratégia, a Comissão Europeia apresentou em finais de 2021 a Comunicação *“Plano de Contingência para Garantir o Abastecimento Alimentar e a Segurança Alimentar em Tempos de Crise”* [COM(2021) 689 final] que, conforme sugere o próprio título, propõe a criação de um vasto conjunto de ações que permitam não só uma melhor prevenção das crises, como uma resposta mais célere e eficaz no caso de estas surgirem. Estabelece um roteiro de ações para que a União possa melhorar a resiliência do seu sistema alimentar e agilizar a resposta às crises. O quadro 9, anexo à Comunicação, sintetiza essa linha de rumo, sendo de destacar:

- A necessidade de melhorar a comunicação entre entidades, públicas e privadas, aos diferentes níveis.
- A criação de um mecanismo europeu de preparação e resposta a crises de segurança alimentar.

⁷ Estes objetivos foram parcialmente ajustados na sequência dos grandes protestos dos agricultores europeus na primavera de 2024 e do *Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura na U.E.* (https://commission.europa.eu/topics/agriculture-and-rural-development/strategic-dialogue-future-eu-agriculture_pt), a que se lhe seguiu a apresentação da Comunicação Visão sobre o Futuro da Agricultura e do Setor Alimentar [COM(2025) 75 final]

- Inventariar riscos e vulnerabilidades na cadeia alimentar, incluindo fontes de abastecimento de matérias-primas e determinadas infraestruturas críticas para situações de resposta mais rápida.
- Elaboração de relatórios periódicos sobre a situação da segurança alimentar na União, estabelecer mecanismos de monitorização e produzir recomendações sobre as questões mais relevantes neste domínio.

O documento conclui que: *“Não há soluções prontas a servir para sanar uma crise futura e imprevisível. A melhor solução consiste em melhorar os conhecimentos e em atenuar, na medida do possível, as vulnerabilidades e os riscos, bem como em criar e manter a capacidade processual para reagir de forma rápida, coordenada e cooperativa, tendo por base uma combinação de políticas da UE que apoiam a resiliência do sistema e oferecem instrumentos de gestão de crises”*.

É no contexto deste plano de contingência que é criado o *Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar* (EFSCM), integrando a Comissão Europeia e representantes dos Estados Membros, assim como os setores mais relacionados com os sistemas alimentares, como a produção agropecuária, as pescas e aquacultura, a segurança higiosanitária, a mão de obra, a saúde ou os transportes. A que se seguiu, em complemento operacional, a criação *Grupo de Peritos* sobre o Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar [Decisão da Comissão (2021/C 461 I/01)].

Posteriormente ao início da guerra na Ucrânia a Comissão emitiu novas orientações complementares [*Preservar a Segurança Alimentar e Reforçar a Resiliência dos Sistemas Alimentares* - COM(2022) 133 final], destacando, como recomendações, dois níveis de ação por parte dos Estados Membros. Por um lado, darem prioridade a investimentos que reduzam a dependência externa em fatores de produção, como a energia, os fertilizantes inorgânicos ou os pesticidas. E, por outro, implementarem uma boa rede de proteção social e de acesso a serviços essenciais para apoiar as pessoas mais carenciadas.

AÇÕES	INTERVENIENTES PROPOSTOS	CALENDÁRIO
1. Criar um mecanismo europeu permanente de preparação e resposta a situações de crise no domínio da segurança alimentar, incluindo um grupo específico de peritos em que participem autoridades públicas dos Estados - Membros e de países terceiros, bem como as partes interessadas, e elaborar o seu regulamento interno.	COM	2º trimestre de 2022
2. Criar uma rede de correspondentes das organizações do setor privado pertinentes.	COM / partes interessadas	4º trimestre de 2022
3. Apresentar relatórios periódicos sobre o estado de preparação e as atividades do grupo de peritos a outras instituições da UE e ao público em geral.	COM	Frequência anual, a partir do final de 2022
4. Convocar o grupo de peritos regularmente e numa base <i>ad hoc</i> em caso de crise que ameace o abastecimento alimentar e a segurança alimentar na UE.	COM	Pelo menos uma vez por ano a partir do 2º trimestre de 2022
5. Estabelecer a plataforma digital adequada para apoiar o mecanismo europeu de preparação e resposta a situações de crise no domínio da segurança alimentar no respeitante ao intercâmbio de informações.	COM	4º trimestre de 2022
6. Inventariar os riscos e vulnerabilidades, incluindo os problemas estruturais, da cadeia de abastecimento alimentar da UE e das suas infraestruturas críticas, nomeadamente através de um estudo específico.	COM	4º trimestre de 2023
7. Desenvolver painéis específicos para a monitorização do abastecimento e segurança alimentares.	COM	4º trimestre de 2022
8. Realizar um estudo sobre o papel das tecnologias da informação para melhorar a transparência do mercado, em especial em tempos de crise.	COM	4º trimestre de 2024
9. Elaborar recomendações:	Grupo de peritos (COM, Estados - Membros, partes interessadas)	
- Relativas ao modo de reforçar a diversidade das fontes de abastecimento entre as cadeias de abastecimento alimentar mais curtas e mais longas.		2º trimestre de 2023
- Relativas a orientações para a comunicação de crise sobre o abastecimento e a segurança alimentares		2º trimestre de 2023
- Relativas aos meios de fazer face ou atenuar os riscos e vulnerabilidades, incluindo os problemas estruturais que colocam em risco as cadeias de abastecimento alimentar.		2º trimestre de 2024

Quadro 9.

Ações do Plano de contingência para garantir o abastecimento alimentar e a segurança alimentar em tempos de crise.
Fonte COM(2021) 689 final; {SWD(2021) 317 final} - {SWD(2021) 318 final}.

Associada a esta preocupação de reduzir as vulnerabilidades existentes e melhorar a resiliência da segurança alimentar da U.E., a Comissão patrocinou a realização de um estudo (Joint Research Center 2023) de identificação das principais debilidades do nosso sistema alimentar. Tais riscos e vulnerabilidades são agrupados em 6 tipologias (pg. 31):

- Biofísicos e ambientais, relacionados com as alterações climáticas, desastres naturais, degradação dos solos e da água, pragas e doenças, ou espécies invasoras.
- Económicos e de mercado, associados à instabilidade dos preços dos produtos ou de fatores de produção, a crises financeiras ou a problemas de mão de obra.
- Sócio culturais e demográficos, associados a mudanças nas preferências dos consumidores, problemas sanitários das populações, crescimento demográfico e migrações, instabilidade social ou ainda a capacidade do setor agroalimentar para atrair pessoas e se renovar.
- Geopolíticos e institucionais, como sejam situações de conflitos bélicos, terrorismo, barreiras ao comércio, distorção de concorrência ou alteração de políticas ou normas regulamentares.
- Desempenho da cadeia alimentar, como contaminação ou desperdício alimentares, falhas na logística em matéria de infraestruturas ou transporte, ou ainda disrupções nos mercados a montante.
- Informação e tecnologia, relacionados com a falta de conhecimento, inovação e novas tecnologias, ou ainda os riscos relacionados com a internet, como os ataques cibernéticos.

É neste quadro que tem sido publicado desde 2023 o relatório sobre o estado da segurança alimentar na U.E., que publica duas vezes por ano a avaliação de um grupo alargado de especialistas, incluindo os peritos que integram o acima referido painel de peritos do Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar e outras entidades envolvidas no mecanismo, como académicos, especialistas e responsáveis por diferentes fileiras do setor alimentar, da distribuição ao retalho, à transformação ou ao abastecimento em fatores de produção. A última edição deste relatório (EU 2025), publicada na Primavera de 2025, indicava uma avaliação relativamente confortável da situação de segurança alimentar na União.

Conforme referido no capítulo 2 deste trabalho, o conceito de segurança alimentar implica a facilidade de acesso físico e económico dos consumidores aos bens, em contraste com o conceito de oferta alimentar, que se limita a indicar a disponibilidade de bens, independentemente da capacidade de acesso a eles. O que o gráfico 7 indica é que das entidades responsáveis por avaliar a situação da segurança alimentar na U.E., 49% consideram que existe um risco moderado e 35% um risco baixo a moderado. O primeiro corresponde a uma avaliação de que podem ocorrer perturbações no sistema de segurança alimentar ou no processo de oferta alimentar, que podem resultar em perturbações pontuais de mercado; e o segundo nível de avaliação considera que, podendo ocorrer algumas situações de perturbação, elas poderão ser resolvidas sem haver consequências para a segurança alimentar.

Figure 4 Distribution of answers assessing the current risk level for EU food supply and food security

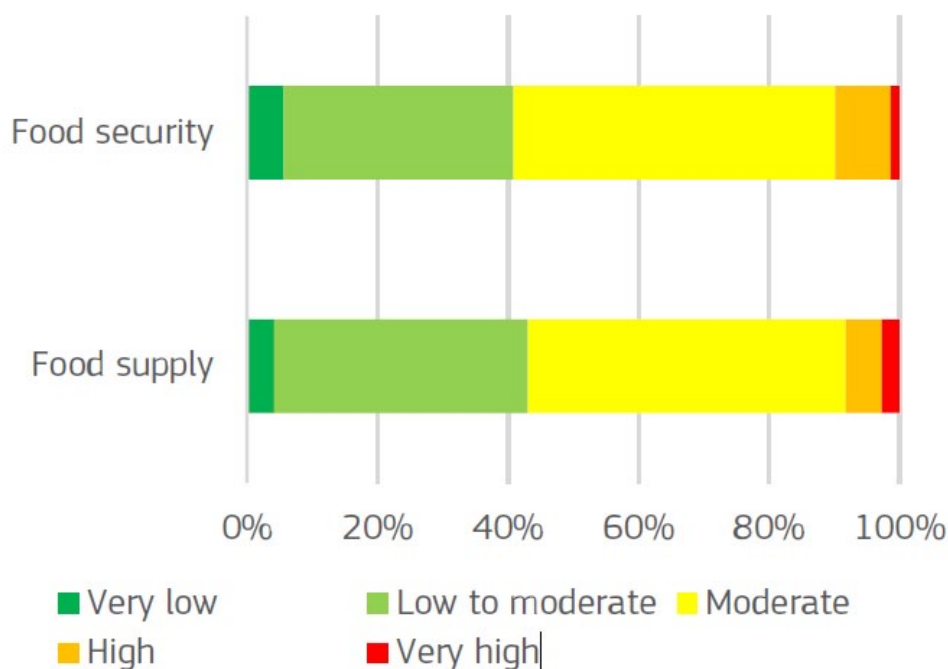


Gráfico 7.

Avaliação do Painel de Peritos do EFSCM sobre Risco de Segurança Alimentar.
Fonte: EU (2025-b).

Apesar do tom relativamente otimista do painel dos peritos, emanam deste relatório duas importantes conclusões. A primeira é que, apesar de baixo, esse risco existe, podendo existir perturbações no mercado; pelo que os Estados Membros deverão estar preparados para as resolver. E a segunda é que, apesar disso, ainda existem na U.E. quase 9% de cidadãos que não são capazes de pagar uma refeição normal em cada dois dias. Espanha, com cerca de 6% e Portugal, com cerca de 3%, estão manifestamente abaixo desta percentagem média da população em risco de segurança alimentar. No entanto, se, segundo a mesma fonte, considerarmos, não a o total, mas a população em risco de pobreza⁸, essa percentagem é de 22% na média da U.E e de cerca de 14% e 6%, em Espanha e Portugal, respetivamente. Daí a importância da existência da organização de redes sociais para proteção dos grupos mais vulneráveis, a que acima se fez referência.

⁸ A taxa de risco de pobreza é a proporção de pessoas com um rendimento disponível *per capita* equivalente (após transferências sociais) abaixo do limiar de risco de pobreza, que é fixado em 60% da mediana nacional do rendimento disponível equivalente. (https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:At-risk-of-poverty_rate)

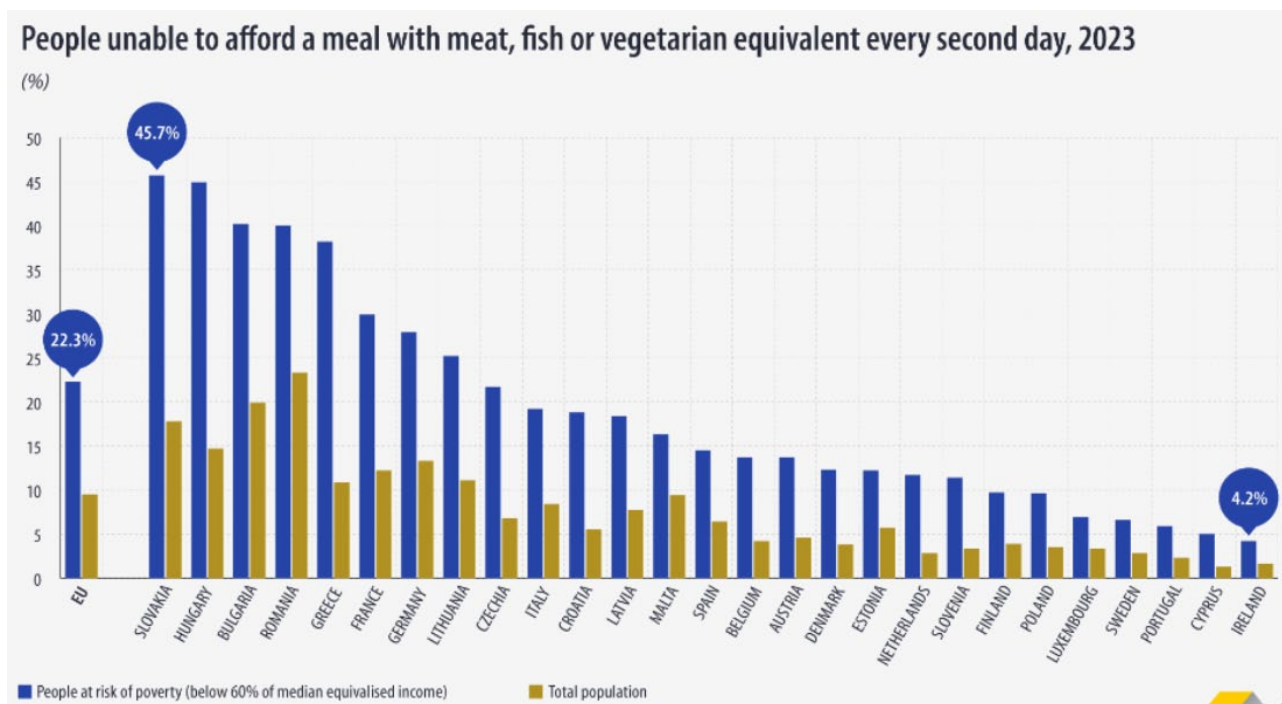


Gráfico 8.

% de cidadãos por Estado Membro que não são capazes de pagar uma refeição normal em cada dois dias.

Fonte: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20240712-1>

Em aprofundamento das orientações que a U.E. tem emitido desde 2021, a Comissão Europeia publicou, em julho de 2024, um conjunto de recomendações, aprovadas pelo Grupo de Peritos do Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar (EU2025-b), visando reduzir ainda mais os riscos e as vulnerabilidades na cadeia de abastecimento alimentar da U.E.. Das 18 medidas recomendadas (agrupadas em princípios gerais, medidas estruturais e preparação para crises), são de destacar (https://agriculture.ec.europa.eu/media/news/proofing-eu-food-supply-chain-against-crises-new-set-recommendations-published-2024-07-23_en):

- Princípios gerais

- Partilhar informação e reforçar a colaboração entre entidades, quer sejam de países da U.E., quer de fora, atendendo à natureza interligada dos riscos.
- Identificar riscos e definir planos e estratégias de gestão de crises, envolvendo responsáveis políticos, organizações sociais, económicas, académicos ou grupos de reflexão.

- Medidas Estruturais

- Melhorar a resiliência da cadeia de abastecimento alimentar, especialmente na produção primária, acautelando a sustentabilidade da agricultura nas suas dimensões económica, social e ambiental, sem descurar a importância da transformação (agroindústria) e a capacidade para produzirmos os fatores de produção e as tecnologias de que precisamos.

- Promover a economia circular e práticas sustentáveis ao longo da cadeia de abastecimento, através de boa gestão dos recursos, redução de resíduos e desperdícios e da promoção de dietas saudáveis e sustentáveis.
 - Diversificação de fontes de abastecimento, quer de produtos quer de fatores de produção.
 - Modernização e manutenção de redes de transportes e infraestruturas de transformação e armazenagem, melhorando a resiliência e a capacidade de resposta perante situações de desastres naturais ou choques externos.
 - Assegurar o bom funcionamento do Mercado Único e das Organizações Comuns de Mercado da PAC, por forma a não haver restrições injustificadas à circulação de bens no interior da U.E. e melhorando assim a gestão de situações de perturbações de mercado.
 - Melhorar os instrumentos financeiros de gestão de risco, como sistemas de seguros ou de mutualidades, destinados a compensar os prejuízos decorrentes de ocorrências inesperadas.
- Preparação para as Crises
 - Estabelecer planos de contingência robustos, não apenas ao nível global da União, como também planos nacionais, regionais, setoriais ou multissetoriais, com recursos suficientes para responder às crises e também para assegurar uma boa coordenação no interior da U.E.
 - Desenvolver estudos e análises de riscos, preparar exercícios de simulação de crises, criar sistemas de monitorização e acompanhamento, incluindo sistemas de deteção e aviso precoces.
 - Investir em campanhas de comunicação e informação sobre preparação para crises, dirigidas a todo o tipo de entidades e atores envolvidos, incluindo os consumidores.

O documento termina com a conclusão de que *“os sistemas alimentares na U.E. operam hoje em dia num enquadramento onde a volatilidade, a incerteza e a fadiga da crise se transformaram num novo normal”*. Daí a necessidade de estarmos todos preparados com estratégias, planos de ação e políticas para podermos agir a qualquer momento.

Planos de contingência para prevenção e resposta às crises em Portugal e Espanha

Em cumprimento desta estratégia, os Estados Membros da U.E. têm elaborado as suas estratégias e planos de segurança alimentar e também de contingência.

No que respeita a **Portugal**, em 2018 foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSANP (RCM 103/2018) e, em sequência, a RCM 132/2021 aprovou a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP), que compreende 4 eixos (<https://www.gpp.pt/index.php/ensanp/ensanp>):

- Eixo 1 - Integração das políticas e governança, promovendo uma abordagem intersectorial, visando eliminar sobreposições, aumentar sinergias.

- Eixo 2 - Grupos vulneráveis, saúde e nutrição, definindo medidas que concorrem para a melhoria das condições de saúde e nutrição das populações, *tendo em particular atenção as populações mais vulneráveis e as questões de privação alimentar que lhes estão associadas* e estabelecendo indicadores de monitorização.
- Eixo 3 - Bom funcionamento da cadeia alimentar, que estabelece e define um vasto conjunto de medidas já previstas em diferentes estratégias, que importa acautela.
- Eixo 4 - Comunicação, assegurando uma boa sintonia entre todos os atores envolvidos, assim como fazendo chegar aos consumidores mensagens e os resultados da monitorização.

Sendo importantes todos os seus componentes, sem dúvida que o bom funcionamento da cadeia alimentar constitui o pilar central do funcionamento e implementação de toda a estratégia. É neste ponto que se evidenciam as medidas mais importantes a implementar no quadro das diferentes estratégias e políticas relacionadas com as problemáticas nutricional e de segurança alimentar:

- Manutenção da atividade agrícola em todo o território, assegurando a resiliência dos sistemas produtivos, a organização económica da produção e a vitalidade das economias rurais.
- Aplicação de boas práticas na cadeia alimentar, por forma a assegurar um equilíbrio entre os seus diferentes elos e, especialmente, defender a posição dos agricultores na cadeia de valor, sem cuja melhoria será impossível atrair jovens para a atividade e assegurar a sustentabilidade futura do setor.
- Redução do desperdício alimentar, conforme a Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar.
- Melhoria do reaproveitamento e da reciclagem, com particular foco na circularidade dos sistemas produtivos.
- Promoção de *iniciativas Km0*, visando estimular a economia local, aproximando produtores e consumidores. Trata-se de organizar os mercados locais através de cadeias curtas de distribuição, envolvendo todos os atores locais, desde as entidades públicas, às IPSS, aos produtores, comércio e distribuição e feiras locais. Conseguir-se-á assim contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos endógenos, para o robustecimento da circularidade das economias locais, para a viabilidade das explorações agrícolas e ainda para a redução da pegada carbónica. Este ponto será desenvolvido no capítulo 5.

O quadro 10 estabelece as entidades responsáveis pelos controlos oficiais, designadamente: Ministério da Agricultura e Pescas (Direções Regionais de Agricultura e Pescas – DRAPs; Direção Geral de Agricultura e Veterinária – DGAV; Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária); Ministério da Saúde (Direção Geral de Saúde - DGS); Ministério da Economia (Agência para a Segurança Alimentar e Económica - ASAE); e Municípios, através dos médicos veterinários municipais.

AUTORIDADE COMPETENTE	ÁREA GOVERNATIVA
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)	METD
DGS	Saúde
Direção - Geral de Alimentação Veterinária (DGAV)	MA
Direções Regionais de Agricultura e Pescas	MA
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária I.P.	MA
Direção - Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)	Mar
Instituto Português do Mar e da Atmosfera I.P. (IPMA, I.P.)	Mar
Médicos Veterinários Municipais	Municípios

Quadro 10.
Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
Fonte: RCM 132/2021

Em **Espanha** existe o Plano Nacional de Controlo Oficial da Cadeia Alimentar - PNCOCA (https://www.aesan.gob.es/AECOSAN/docs/documentos/seguridad_alimentaria/pncoca/PNCOCA_2021_2025_V5_Rev_Espana.pdf) que, para o período 2021-2025, estabelece quatro objetivos de controle de alto nível de segurança alimentar:

- Controlo na produção dos bens primários, coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação (MAPA).
- Controlo nos estabelecimentos que comercializam bens alimentares, a cargo da Agência de Segurança Alimentar e Nutrição (AESAN).
- Controlo sobre a qualidade e fraude alimentares, a cargo do MAPA e do Ministério dos Direitos Sociais, Consumo e Agenda 2030 (MDSCA).
- Controlo na fronteira, a cargo do MAPA e do Ministério da Economia, Comércio e Empresas (MECE).

O plano é coordenado ao nível nacional pela Agência de Segurança Alimentar e Nutrição (ASEAN), que funciona no âmbito do Ministério dos Direitos Sociais, Consumo e Agenda 2030.

Compete-lhe fornecer todo o tipo de informações relacionadas com o tema, incluindo uma rede de avisos e alertas e assegurar a coordenação da política de segurança alimentar, a três níveis:

- A nível nacional, coordenando a ação dos ministérios responsáveis pela aplicação do plano: Agricultura, Pescas e Alimentação; Saúde; Economia e Empresas; além do ministério coordenador.
- Ao nível da coordenação com as Comunidades Autónomas, às quais compete a realização dos controlos oficiais e a posterior adoção de medidas em casos de incumprimentos nos territórios respetivos.
- Ao nível da articulação com as entidades da Comissão Europeia competentes na matéria.

A ASEAN publica anualmente um relatório com informação detalhada sobre a implementação da política de segurança alimentar em todos os elos da cadeia.

4.3

A SEGURANÇA HIGIOSANITÁRIA DOS ALIMENTOS NA U.E.

Uma das dimensões da segurança alimentar, além da acessibilidade física e económica, conforme a definição da FAO apresentada no capítulo 2, é que os bens alimentares estejam em boas condições higiosanitárias⁹. Consiste num conjunto de imposições legislativas que visam assegurar as boas condições de higiene e sanidade dos bens alimentares e que devem ser respeitados por toda a cadeia alimentar. Está estruturada em quatro áreas principais (https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/food-safety_pt):

- Higiene dos produtos alimentares – as empresas do setor alimentar, das explorações agrícolas aos restaurantes, devem respeitar a legislação alimentar da UE, incluindo as que importam produtos alimentares para a UE.
- Saúde animal – controlos e medidas sanitárias aplicáveis a animais de companhia, animais de criação e animais selvagens permitem monitorizar e gerir as doenças e acompanhar as movimentações dos animais de criação.
- Fitossanidade – deteção e erradicação de pragas numa fase inicial para impedir a sua disseminação e garantir sementes saudáveis.

⁹ Designada de *food safety* em inglês, em contraste com ao conceito de *food security*, mais envolvente e correspondente ao de segurança alimentar.

- Contaminantes e resíduos – vigilância para proteger os alimentos para consumo humano e animal de contaminantes, aplicação de limites máximos aceitáveis aos alimentos para consumo humano e animal produzidos na UE e importados.

As medidas aprovadas pelos órgãos políticos da U.E. têm normalmente a sua origem em estudos ou propostas de carácter técnico-científico apresentadas pela Autoridade Europeia de Segurança dos Alimentos (EFSA).

A política de segurança higiosanitária dos alimentos integra uma vasta área de temas, que vão da sanidade animal e vegetal, ao bem estar dos animais, aos aditivos alimentares, conservantes, agentes antimicrobianos, materiais de contacto com os alimentos, modificações genéticas (Organismos Geneticamente Modificados (OGM), Novas Técnicas Genómicas (NTG) ou outras técnicas), pesticidas, fertilizantes químicos ou ainda práticas agrícolas ou pecuárias. É no quadro da PAC que se situa a maioria destas exigências regulamentares, apesar de envolverem também outras normas no domínio das políticas de saúde, alimentação, nutrição ou ambiente.

Apesar da sua especificidade, a segurança higiosanitária dos alimentos é considerada parte integrante da política europeia de segurança alimentar que, em sentido lato, abrange todos os elos da cadeia alimentar, da produção, à transformação, conservação e comercialização, até ao consumidor final. Integra, assim, as preocupações tecnológicas dos processos produtivos e seus impactos, a sustentabilidade ambiental, económica e social, a resiliência dos sistemas de produção de alimentos, a redução de desperdícios, as questões de saúde e nutricionais e ainda a capacidade de resposta a situações de crise.

Como vimos acima, em **Espanha** responsabilidade da aplicação desta política recai sobre a Agencia Espanhola de Segurança Alimentar y Nutrição, que por sua vez se articula com os serviços competentes das administrações das comunidades autónomas. (AESAN).

Em **Portugal**, a tutela compete à Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), integrada no Ministério da Agricultura, em articulação com outras entidades da área da saúde, do ambiente ou dos municípios.

4.4

A VISÃO SOBRE O FUTURO DA AGRICULTURA E DA ALIMENTAÇÃO

Em fevereiro de 2025 a Comissão Europeia apresentou a Comunicação ao Parlamento, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões *Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar - construir juntos uma agricultura e um setor alimentar da UE atrativos para as gerações futuras* [COM(2025)75final], que se insere na estratégia de se apresentarem habitualmente as grandes linhas orientadoras dos ajustamentos que se pretendem introduzir na PAC no contexto dos debates sobre futuros Quadros Financeiros Plurianuais (QFP) – neste caso o QFP 2028-2034.

Esta comunicação está estruturada em cinco partes: a primeira faz uma introdução sobre a importância do setor agroalimentar (incluindo as pescas) na U.E.; a segunda estabelece a Visão e objetivos para o horizonte 2040; a terceira desenvolve estes objetivos, associados às respostas que é preciso encontrar para caminharmos no sentido da visão; na quarta destaca-se a importância especial da investigação, inovação e conhecimento na preparação do futuro (IDI&IDE); e na última são alinhadas algumas conclusões gerais.

Porque se trata de um documento de plena atualidade, que será discutido e aprovado antes do fim do atual ciclo de programação financeira em 2027 e que irá orientar as políticas agrícola e alimentar até 2034, importa analisar os seus pontos mais relevantes.

4.4.1 A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO SETOR AGROALIMENTAR

Na introdução ao documento são sublinhados os seguintes aspetos sobre a importância estratégica do setor agroalimentar na U.E.:

- Importância estratégica da agricultura como setor crítico na alimentação dos 450 milhões de europeus e na prestação de serviços essenciais aos cidadãos, assim sintetizada: “a segurança, proteção e soberania alimentares dos europeus não são negociáveis”.
- Importância económica, empregando cerca de 30 milhões de pessoas (15% do emprego total), gerando um VAB de 900 mil milhões de euros e um saldo comercial positivo de 70 mil milhões.
- Importância territorial, com as zonas rurais a representarem $\frac{3}{4}$ da superfície e $\frac{1}{4}$ da população da União, garantindo o povoamento e o ordenamento, a preservação da natureza e da identidade europeia.

Porém, após a expressão destes ativos estratégicos, é dado alerta sobre um conjunto de riscos que podem ameaçar o setor no futuro, razão que leva à afirmação de que *não devemos nunca considerar a soberania alimentar* ¹⁰ com um dado adquirido, destacando:

- Incertezas decorrentes de tensões geopolíticas, da crise do Covid e das alterações climáticas.
- Rendimento por ativo inferior ao resto da economia (=60% dos salários médios da U.E.), o que desencoraja o investimento e a entrada no setor.
- Envelhecimento, com apenas 12% dos agricultores com menos de 40 anos (em Espanha esta percentagem é de 9% e em Portugal é inferior a 4%).
- Elevada carga burocrática na administração da PAC, especialmente das componentes regulamentares relativas à segurança alimentar, ao bem-estar animal, ao ambiente e ao clima.
- Desigualdade estrutural, com inerente desigualdade de respostas da PAC às diferentes tipologias de agricultura, especialmente em desfavor das explorações mais pequenas.
- Desigualdade de poder na cadeia de valor, com os agricultores numa posição marginal e repartição desigual dos custos de transição tecnológica.
- Elevada dependência do abastecimento exterior em fatores de produção como fertilizantes e combustíveis e algumas matérias primas.

4.4.2 VISÃO E LINHAS DE ORIENTAÇÃO PRIORITÁRIAS

A Visão para 2040 é antecedida desta pergunta: “*como construir um sistema agroalimentar que seja económica, social e ambientalmente sustentável, e, por conseguinte, atrativo, competitivo, preparado para o futuro e justo tanto para a geração atual como para as gerações vindouras?*”.

E exprime-se nestes termos: “*a União de 2040 tem de ser um lugar em que a agricultura e a produção alimentar prosperam à escala do nosso continente e em toda a sua diversidade, um lugar onde a agricultura é atrativa para as gerações vindouras, com um setor agroalimentar competitivo, resiliente, preparado para o futuro e justo*”.

Trata-se de encontrar as **respostas** mais necessárias à preparação desse futuro, que são agrupadas em 4 conjuntos de questões:

- Construir um setor atrativo, capaz de garantir um rendimento equitativo aos agricultores.

¹⁰ Embora se utiliza na Comunicação da Comissão a expressão *soberania* (e *sovereignty* na versão inglesa), consideramos que no contexto da abordagem da problemática em apreço na U.E., a expressão será aqui utilizada mais na aceção da *segurança alimentar*, segundo a definição da FAO. Ou seja, a capacidade de disponibilizar alimentos às populações em quantidade, qualidade e a preços acessíveis, sejam produzidos internamente na U.E., sejam importados através dos ganhos gerados pelas exportações realizadas ou por outros meios.

- Construir um setor competitivo e resiliente face aos desafios mundiais.
- Preparar o setor agroalimentar para o futuro, de mãos dadas com a natureza.
- Valorizar o setor alimentar e promover condições de vida e de trabalho dignas em zonas rurais dinâmicas.

4. 4. 2. I. CONSTRUIR UM SETOR ATRATIVO E GARANTIR UM NÍVEL DE VIDA EQUITATIVO AOS AGRICULTORES

Trata-se de cumprir um dos objetivos básicos da PAC, expresso desde o Artº 39 do Tratado de Roma, já que os rendimentos agrícolas continuam inferiores aos do resto da economia, conforme assinala a própria comunicação. Para isso, deverão ser maximizadas as receitas provenientes do mercado, dos apoios públicos, designadamente da PAC e de outras fontes diversificadas e complementares. São indicadas como principais **linhas de ação**:

- **Conseguir uma cadeia alimentar justa e equilibrada:** a Comissão reitera a ideia de que não serão toleradas práticas comerciais injustas e assume o compromisso de proceder a uma avaliação exaustiva das práticas existentes e apresentar propostas concretas, quer no quadro da Diretiva das PCD (práticas comerciais desleais), quer da OCM Única, no âmbito da PAC pós 2027. Deverá para isso ser devidamente utilizado o **Observatório da Cadeia Agroalimentar**, cuja criação foi anunciada na Primavera de 2024, na ressaca dos protestos dos agricultores.
- **Melhorar o foco e a distribuição dos apoios da PAC**, que representam em média 23% das receitas dos agricultores europeus. Assume-se que o apoio direto ao rendimento deverá continuar, mas deverá ser mais ambicioso, equitativo e equilibrado. Deverá ser mais simplificado, deverá assegurar-se uma maior equidade na distribuição dos apoios, direcionando-os para quem mais precisa deles, através do reforço da degressividade e do plafonamento e alargar a utilização de instrumentos simplificados de apoio ao rendimento, especialmente aos pequenos e médios agricultores.

São ainda avançadas três importantes intenções: conseguir-se um melhor equilíbrio entre as imposições regulamentares e os apoios aos agricultores; direcionar os apoios para os agricultores com contributo efetivo na produção alimentar e ambiental; e a possibilidade de dar prioridade aos produtos agrícolas essenciais para a autonomia estratégica e a resiliência da U.E.¹¹.

¹¹ Abrir a possibilidade de distinguir entre produções agrícolas mais e menos essenciais do ponto de vista da segurança alimentar não deixa de constituir matéria de considerável sensibilidade política no contexto de uma U.E., atendendo à enorme diversidade climática e, consequentemente, produtiva, existente no espaço da União. Será, assim, um debate que terá que ser feito.

- **Fomentar práticas inovadoras:** avançam-se vários exemplos como: desenvolver a economia circular; a bioeconomia; a agricultura biológica e as práticas agroecológicas; criar valor com o aproveitamento dos resíduos e dos produtos primários, encontrando soluções concretas e comercializáveis; desenvolver a agricultura de baixo carbono, encontrando aí novas fontes de rendimento para os agricultores; melhorar os solos; reforçar a segurança energética com o desenvolvimento de energias renováveis, quer numa ótica de autoconsumo, quer de venda no mercado; e desenvolver a digitalização, reforçando o comércio eletrónico e a agricultura de precisão. É ainda referido que será apresentada uma Estratégia para a Bioeconomia no curso de 2025.
- **Novas soluções de financiamento:** é assumido que o setor agrícola tem um défice de financiamento da ordem dos 62 mil milhões de euros, com especiais dificuldades de acesso ao crédito por parte dos jovens. Daí que se proponha: conjugar o financiamento público e o investimento privado de forma eficiente, por forma a reduzir o risco e os custos; trabalhar novas linhas de financiamento, incluindo regimes de seguros de risco, a articular com o Banco Europeu de Investimentos (BEI) e o sistema bancário.
- **Desenvolver o empreendedorismo como estratégia de renovação geracional:** neste capítulo a Comissão propõe-se: i) eliminar os obstáculos à renovação geracional, em especial o acesso à terra, aos investimentos e às competências, sendo para isso necessária uma estratégia que extravase o âmbito da PAC, envolvendo outras políticas e níveis de governação; e ii) pressionar os Estados Membros para implementarem instrumentos que facilitem a mobilidade fundiária, utilizando, entre outros, instrumentos fiscais. É ainda proposto o Observatório para as Terras Agrícolas, na sequência de anterior Resolução do Parlamento Europeu.

4. 4. 2. 2. CONSTRUIR UM SETOR COMPETITIVO E RESILIENTE FACE AOS DESAFIOS

Considerando que as guerras e os conflitos são a principal fonte de insegurança alimentar, frequentemente utilizada como arma política e militar, é assumido que *a segurança alimentar mundial e a soberania alimentar europeia continuarão a fazer parte integrante da agenda global da UE em matéria de segurança, competitividade e sustentabilidade*. Recomenda-se, designadamente:

- **Diversificar as cadeias de abastecimento** para garantir a *soberania alimentar*, reduzindo a dependência externa de fatores de produção ou de bens intermédios, como adubos, combustíveis e alimentos para animais, que são importados em grande escala e de um número reduzido de países. A Comissão promete, neste contexto, apresentar um Plano de Aprovisionamento em Proteínas, atendendo ao elevado défice em proteínas vegetais.

- **Criar condições para uma concorrência mundial mais justa:** propõe-se, designadamente: i) procurar, no respeito das regras internacionais, um maior alinhamento das normas de produção internas com as aplicadas aos produtos importados, nomeadamente quanto aos pesticidas e ao bem-estar animal; ii) proibir a entrada de produtos cuja produção incorpore pesticidas que estão proibidos na U.E.; iii) conseguir acordos bilaterais (face à impossibilidade de acordos ao nível mundial) que façam convergir regras de concorrência em matérias sensíveis como os fitofármacos ou o bem estar animal; iv) desenvolver a diplomacia económica agroalimentar, estabelecendo compromissos com os diferentes parceiros comerciais agroalimentares; v) criar grupo de trabalho com os EM para garantir um melhor controle das importações; vi) desenvolver com o Banco Europeu de Investimento (BEI) linhas de apoio às exportações agroalimentares; vii) desenvolver regras de rotulagem que destaquem a origem geográfica dos produtos.

A Comissão promete ainda apresentar um programa para se alcançar a reciprocidade no comércio internacional e irá trabalhar com a FAO para que seja desenvolvido um programa de trabalhos que conduza a uma abordagem comum a nível global.

- **Prevenir riscos:** neste capítulo o objetivo é preparar respostas para um mundo de incertezas em que vivemos, como as seguintes: i) reforçar os apoios destinados a reduzir as vulnerabilidades, assim como à partilha de riscos, através de incentivos às OP e Cooperativas; ii) adaptar as políticas às necessidades do território – regional e local; iii) elaborar e adaptar, neste âmbito, o Plano Europeu de Adaptação às Alterações Climáticas e a Estratégia de Resiliência Hídrica; iv) reforçar as medidas e os apoios aos investimentos que mais contribuam para reduzir estas vulnerabilidades naturais; v) reavaliar a *Reserva de Crises*¹², preparando-a para poder responder a crises de grandes dimensões, incluindo crises de mercado; vi) reforçar os dispositivos da segurança alimentar em toda a cadeia do abastecimento e ajustar o Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Situações de Crise no domínio da Segurança Alimentar (EFSCM).
- **Apoiar a resiliência dos mercados agrícolas:** este desafio é exemplificando com o vinho e a pecuária. No primeiro caso o documento remete para as conclusões do Grupo Alto Nível encarregado de estudar e propor à Comissão medidas adequadas às dificuldades por que passa atualmente o setor. E no segundo promete a elaboração de uma linha de ação que aborde de forma integrada as dimensões mais sensíveis da produção animal.
- **Reduzir a carga burocrática:** neste âmbito, é assumido que *os agricultores devem ser empreendedores e prestadores de serviços, mas sem arcar com uma carga burocrática ou regulamentar desnecessária*. Chama-se a atenção para o potencial desburocratizante das novas tecnologias e é prometido um pacote de medidas de simplificação do quadro legislativo em vigor no domínio agrícola.

¹² Trata-se de um Fundo constituído no âmbito do orçamento da PAC e financiado por redução das dotações para pagamentos, com um valor médio anual de cerca de €450 milhões, destinado a ajudar os agricultores a defrontar crises graves, como as decorrentes da instabilidade de preços dos produtos, dos fatores de produção, ou crises de mercado.

4. 4. 2. 3. PREPARAR O FUTURO DE MÃOS DADAS COM A NATUREZA

Reitera-se que a produção alimentar assenta na natureza e nos ecossistemas, de que é inseparável. Assume-se neste domínio que a **transição ecológica** deve: i) ser compatível com a dimensão económica; ii) deve ser socialmente justa em termos sociais; e iii) deve reconhecer as especificidades da agricultura em relação a outros setores. Assim:

- A descarbonização tem que andar de mãos dadas com a competitividade.
- A futura PAC deverá criar condições para ajudar os agricultores a reduzir ainda mais as emissões de GEE.
- A sustentabilidade ambiental deve estar sempre associada à produção de alimentos e matérias primas.
- Deve pôr-se termo ao amontoado de normas de sustentabilidade, certificações e requisitos de comunicação de informações por parte dos intervenientes na cadeia alimentar, que criou confusão nos agricultores, gerou *custos de transação* e práticas de *ecomaquilhagem*.
- Será elaborada uma Bússola para a Sustentabilidade, *que deverá funcionar como um balcão único, que racionaliza a comunicação de informações e reduz a carga administrativa dos agricultores e permite a monitorização e o registo dos dados sobre sustentabilidade de uma só vez.*
- Adequar práticas agrícolas e natureza.

É aqui assumido que os agricultores têm tido um calendário exigente em matéria de produtos fitofármacos, mas que *a introdução de alternativas, sob a forma de produtos fitofarmacêuticos biológicos ou inovadores de baixo risco, não seguiu o mesmo ritmo que a retirada de substâncias ativas do mercado da UE*. É prometido que, no âmbito do pacote da simplificação, serão tomadas medidas para acelerar a introdução destes produtos alternativos. É também prometida a reavaliação para este ano da Diretiva Nitratos, no sentido de abordagens mais territoriais e incentivadoras da economia circular e da bioeconomia.

4. 4. 2. 4. VALORIZAR O SETOR ALIMENTAR E AS ZONAS RURAIS

Exprimem-se aqui um conjunto de preocupações relacionadas com as dinâmicas socioeconómicas dos territórios rurais, designadamente:

- Elaborar um Plano de Ação para as Zonas Rurais, que reforce sinergias e complementaridades no sentido de as dinamizar. É estimado, neste âmbito que entre a economia circular e a bioeconomia possam ser criados 400.000 novos empregos até 2035 e 700.000 até 2050.

- Reforçar a iniciativa LEADER, assim como outras abordagens integradas, como as aldeias inteligentes, com o objetivo prioritário de melhorar a acessibilidade a serviços essenciais nas zonas rurais.
- Valorizar o setor alimentar e aproximar os consumidores da produção, importando para isso *regressar às origens e reatar os laços existentes entre os alimentos, o território, a sazonalidade e as culturas e tradições locais*.
- Assegurar informações fiáveis aos consumidores, por forma a corrigir publicidade enganoso e auxiliar na escolha.
- Envolver os governos locais na sensibilização e promoção da defesa do setor agroalimentar, organizando diálogos regulares com os diferentes intervenientes na cadeia alimentar.
- Rever as regras da contratação pública para fomentar cadeias curtas de abastecimento alimentar.
- Melhorar os regimes de distribuição de alimentos nas escolas.
- Envolver ativamente a indústria alimentar, por forma a implementar uma abordagem abrangente para incentivar os investimentos na competitividade, inovação, resiliência e sustentabilidade e transformação, distribuição e venda de produtos alimentares, colmatar lacunas e enfrentar os desafios que atualmente se colocam. Neste âmbito, será dinamizada a adesão ao **Código de Conduta da UE sobre práticas empresariais e comerciais responsáveis no setor alimentar**.
- Deverão ser reforçadas as medidas para **reduzir as perdas e desperdícios alimentares**.

4.4.3 COLOCAR A INOVAÇÃO E O CONHECIMENTO NO CENTRO DA ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DO SETOR AGROALIMENTAR

Avisão sobre a Agricultura e o setor Alimentar começa por assumir *que as novas tecnologias implicam custos elevados, e que o défice de competências digitais e de confiança, a inexistência de soluções adaptadas e os problemas de conectividade, contam-se entre as principais razões pelas quais os agricultores não estão a aproveitar plenamente a vaga da digitalização*. Assim, sublinham-se como respostas mais prioritárias neste âmbito:

- A digitalização, incluindo a inteligência artificial (IA), a internet das coisas (IC) e a conectividade em banda larga para as zonas rurais. É anunciada uma estratégia digital europeia para o setor agrícola.

- É assumido que os novos conhecimentos e inovações devem chegar mais rapidamente e em maior escala aos agricultores e aos outros intervenientes do sistema alimentar, bem como apresentar soluções inovadoras com aplicabilidade concreta no local e nas explorações agrícolas. Anuncia, neste contexto, uma abordagem estratégica em termos de investigação, desenvolvimento, inovação (IDI) e de experimentação (IDE), sendo enfatizada a cocriação de conhecimentos a partir das explorações agrícolas e em parcerias entre estas, a indústria alimentar e as instituições do sistema científico. É avançada a necessidade do reforço da rede de laboratórios colaborativos (CoLab) como exemplo do trabalho a desenvolver neste âmbito.
- Deve ser dado o maior apoio às inovações no domínio da genética vegetal e animal, desenvolvendo a biotecnologia e um quadro regulamentar propício ao surgimento de novas técnicas genómicas (NTG).
- Os EM devem reforçar as suas redes de disseminação de informação e de conhecimentos de IDI&IDE, devendo ser reforçadas as redes de aconselhamento técnico, que deverão também ser ajustadas a estas novas necessidades.

Esta visão do setor agroalimentar da União Europeia no horizonte 2040 exprime um quadro de continuidade face ao que têm sido as reformas da PAC desde 2003, e especialmente desde 2014 e 2020:

- Ecocondicionalidade como matriz transversal e obrigatória para um agricultor poder beneficiar das PAC.
- Reforço das medidas ambientais e climáticas, sem renegar as estratégias *do prado ao prato* e da biodiversidade.
- Modulação das medidas em função dos objetivos a atingir, designadamente de ordem ambiental.
- Introdução de medidas visando maior equidade na atribuição dos pagamentos diretos, como o pagamento redistributivo, o plafonamento e o regime simplificado da pequena agricultura.
- A renovação geracional.
- O reforço do tecido sócio económico das zonas rurais.

4.4.4 CORRIGIR OS ERROS DO PASSADO E ACERTAR O PASSO COM O FUTURO

A grande diferença entre esta visão e as anteriores iniciativas sobre o futuro da agricultura e da alimentação é, de alguma forte, uma resultante dos compromissos políticos assumidos pela Comissão Europeia na ressaca das manifestações dos agricultores na primavera de 2024, que bloquearam muitas cidades e vias de comunicação no espaço comunitário. Destas influências importa destacar:

- A suavização do calendário das metas do F2F, inicialmente quantificadas para 2030 e agora assumidas, embora implicitamente, para 2040.
- A assunção da responsabilidade de se ter transformado a PAC, designadamente a sua componente ambiental, num emaranhado de normas regulamentares que asfixiam a dimensão produtiva da agricultura e lhe retiram capacidade competitiva face às suas concorrentes de países terceiros.
- Assim como as múltiplas certificações dos mais diversos tipos de sustentabilidade, que confundem os agricultores e os consumidores e não raro se transformam em *sistemas de fachada*.
- A explicitação do princípio de que as regras ambientais, de segurança dos alimentos e do bem-estar animal têm que estar bem integradas com as componentes económica e social da agricultura.
- O reconhecimento de que tem havido um calendário assimétrico entre as restrições ambientais impostas e a disponibilização do mercado de produtos alternativos aos que são proibidos ou objeto de restrições de utilização.

Assume-se, assim, de uma forma nunca antes expressa, a importância estratégica da agricultura e do setor agroalimentar na U.E., e designadamente que:

- A segurança alimentar está acima de qualquer negociação que a possa pôr em causa ou desapoiar.
- A segurança alimentar como expressão da soberania territorial da U.E., enquanto elemento de defesa civil, cada vez mais importante no contexto de conflitos que assolam o mundo e a Europa.
- O setor agroalimentar como pilar fundamental da economia europeia, da ocupação dinâmica do território, da preservação do ambiente e da natureza.

- Para preservar esta importância têm que ser reduzidas algumas vulnerabilidades, como as decorrentes da concentração do abastecimento de certos fatores de produção e bens intermédios (adubos, combustíveis e alimentos para animais) num número reduzido de países fornecedores.

E dá-se uma nova ênfase a questões como:

- Acordos internacionais para tornar recíprocas as regras sanitárias e ambientais no comércio externo.
- Restrições às importações de produtos importados que incorporem substâncias proibidas na U.E.
- Novos instrumentos de apoio ao financiamento da agricultura e à redução dos riscos, envolvendo o BEI e o sistema bancário na sua formatação e disponibilização.
- Um maior compromisso com a posição dos agricultores na cadeia de valor, assumindo o compromisso de combate à exploração de preços baixos e práticas comerciais desleais.
- Um reforço excecional dos programas de IDI e IDE, especialmente para acelerar a transição tecnológica, digital e ecológica. Importante neste contexto a afirmação de que é preciso definir um quadro legal favorável às NTG, acabando assim com a incongruência de não permitir a produção de tais produtos a U.E., mas permitindo a sua importação.

Por fim, é sublinhada a necessidade de adaptação da aplicação da PAC às necessidades regionais e locais, envolvendo os diversos participantes na cadeia de valor e partilhando riscos, apoiando organizações de produtores e cooperativas e assumindo um diálogo e ajustamento permanentes no quadro do recentemente criado Conselho Estratégico de Segurança Alimentar.

Trata-se de uma proposta da Comissão que irá ser discutida e negociada até 2027, e que contém as principais linhas de força do que se pretende para o sistema agroalimentar da União, para a PAC e que, consequentemente, estabelece um quadro de ação para as políticas e ações relacionadas com a garantia da segurança alimentar.

05

**ABASTECIMENTO E
SEGURANÇA ALIMENTAR:
MARGEM DE INTERVENÇÃO
DOS GOVERNOS LOCAIS**

05

05

ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR: MARGEM DE INTERVENÇÃO DOS GOVERNOS LOCAIS

Conforme acima referido, a Comissão Europeia e outros órgãos de governo da U.E. têm produzido um conjunto de orientações para reforçar a segurança alimentar em todo o seu território, quer em tempos normais, quer em situações de crise ou emergência, sendo de destacar, conforme acima referido:

- Em 2021, o *Plano de Contingência para Garantir o Abastecimento Alimentar e a Segurança Alimentar em Tempos de Crise* [COM(2021) 689 final], na ressaca da crise do COVID.
- Em 2022, a *Comunicação Preservar a Segurança Alimentar e Reforçar a Resiliência dos Sistemas Alimentares* - COM(2022) 133 final], para fazer face às perturbações de abastecimento motivadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia.
- Em 2023, o documento do Joint Research Center (2023) *Risks and vulnerabilities in the EU food supply chain*, identificando.
- Em 2024, um documento emanado do Grupo de Peritos do Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar (*Recommendations on Ways to Mitigate Risks and Vulnerabilities, Including Structural Issues Putting at Risk Food Supply Chains*) contendo um vasto conjunto de orientações aos Estados Membros para reduzirem vulnerabilidades na cadeia de abastecimento e melhorar a segurança alimentar.
- Em 2025, a *Comunicação Visão sobre a Agricultura e o Setor Alimentar - construir juntos uma agricultura e um setor alimentar da UE atrativos para as gerações futuras* [COM(2025)75 final], que estabelece as linhas gerais do desenvolvimento de um sistema de agricultura e de alimentação sustentáveis e resilientes, capazes de garantir a segurança alimentar e responder a situações de crise.

- O Plano Nacional de Controle Oficial da Cadeia Alimentar (PNCOCA) de Espanha.
- A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP) de Portugal.

As diferentes recomendações e diretrizes são dirigidas ao conjunto da União, formatando as suas políticas comuns e aos seus Estados Membros, que as implementarão no quadro dos seus modelos de governação. Em Espanha, com o envolvimento das Comunidades Autónomas e dos Municípios; em Portugal, integrando as Regiões Autónomas, as Comunidades Intermunicipais e os Municípios.

Naturalmente que os governos nacionais e regionais têm responsabilidades mais vastas no ajustamento e implementação das macropolíticas correlacionadas, como sejam a PAC, as políticas de saúde, fitossanidade, sanidade e bem-estar animal, alimentação e nutrição, ou ambiente.

Porém, os governos locais podem e devem ter um importante papel na execução destas estratégias, conforme, de resto, é expressamente previsto. De acordo com as orientações e estratégias acima referidas, esta margem de intervenção pode agrupar-se em três grandes tipologias:

- Sistemas e mecanismos de emergência.
- Cuidados nutricionais e apoio a grupos vulneráveis.
- Segurança, resiliência e bom funcionamento da cadeia alimentar.

5.1

SISTEMAS DE PROTEÇÃO CIVIL DE EMERGÊNCIA

A União Europeia tem uma ampla estrutura para responder às mais diversas situações de crise, incluindo, como acima analisado, as crises alimentares, foco do presente relatório (<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-crisis-response-resilience/>). Inclui, nesse contexto, o Mecanismo de Proteção Civil (<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/civil-protection/>), que integra medidas preventivas e de resposta situações de emergência ou de catástrofe e que é articulado com os sistemas idênticos dos Estados Membros, acionando o apoio a estes em casos de ocorrências de grandes dimensões.

Em Portugal e Espanha existem sistemas nacionais de planeamento civil de emergência, para responder a situações inesperadas relacionadas com riscos e catástrofes naturais, biológicos, tecnológicos ou acidentes graves. Embora não seja o seu foco de preocupações, estes sistemas também podem vir a ter de articular-se com as políticas de segurança alimentar, em situações graves de crises que ponham em causa o abastecimento das populações.

Estes sistemas têm por norma uma coordenação nacional, articulada em rede com a organização política de cada país, envolvendo níveis de governo regionais, municipais e supramunicipais. Assim, em Espanha, Galiza, tal como as demais comunidades autónomas têm os seus próprios sistemas e serviços de proteção civil de emergência, o mesmo ocorrendo em todos os municípios de ambos os países.

Em **Portugal**, o Decreto Lei 43/2020, de 21 de julho criou o Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência (SNPCE), que comete ao Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), presidido, por inerência de função, pelo presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) a coordenação de todo o processo.

Por sua vez o CNPCE integra nove comissões setoriais, uma das quais para a agricultura e alimentação, sob a direção do ministro que tutela esta área de governação, competindo-lhe, designadamente, participar na elaboração dos planos de emergência relacionados com a problemática alimentar e organizar a preparação de ações de resposta rápida em situações de perturbações do abastecimento alimentar.

Em **Espanha** existe o Sistema Nacional de Proteção Civil, que está ancorado no Ministério do Interior e que funciona em rede com os organismos equivalentes das comunidades autónomas que, por sua vez, se articulam com os municípios dos respetivos territórios (<https://www.proteccioncivil.es/coordinacion/snpc>).

No quadro dos sistemas nacionais de proteção civil de emergência de ambos os países, cada município é obrigado a dispor de um plano de emergência e proteção civil permanentemente atualizado, para organizar no seu território as ações necessárias à rápida proteção das populações.

Apesar de, por regra, estes planos municipais não estarem focados nas questões de segurança alimentar, mas nas situações de riscos e catástrofes acima referidas, nada obsta a que não tenham em consideração também esta área de preocupações, especialmente organizando programas sociais de apoio ou identificando fontes alternativas de abastecimento alimentar e de abastecimento de água, ou outro tipo de infraestruturas relacionadas, em situações desta natureza.

5.2

CUIDADOS NUTRICIONAIS E APOIO A GRUPOS VULNERÁVEIS

Conforme referido acima, as estratégias de segurança alimentar e nutricional estabelecidas para a União e para os seus Estados Membros, referem expressamente a necessidade de estabelecer medidas e mecanismos de apoio aos grupos mais vulneráveis das sociedades, que são por regra os mais afetados em situações de insegurança alimentar.

É, designadamente, o caso da já citada Comunicação da Comissão Europeia *Preservar a Segurança Alimentar e Reforçar a Resiliência dos Sistemas Alimentares* que refere expressamente que: “os Estados-Membros podem recorrer a fundos da UE, como o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD), que apoia as ações dos países da UE que visam fornecer alimentos e/ou prestar assistência material de base às pessoas mais carenciadas e que permite a 15 milhões de pessoas beneficiar de ajuda alimentar. Os Estados-Membros podem complementar os seus recursos mobilizando a Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa (REACT-EU) e podem, no âmbito dos programas ao abrigo do FEAD, tirar o melhor partido possível das flexibilidades proporcionadas pela Ação da Coesão a favor dos Refugiados na Europa (CARE), como recentemente proposto pela Comissão”.

O envolvimento dos municípios nesta área de preocupações pode revestir uma vastidão de modalidades, sendo determinante na eficácia da implementação dos diferentes tipos de medidas no terreno. Para esta intervenção, recorrem normalmente a programas de financiamento nacionais ou comunitários ou aos seus próprios orçamentos municipais. Destacam-se, a título de exemplo:

- Organização interna, com a criação de serviços de ação social com capacidade de coordenar a implementação dos diferentes programas e medidas de apoio, para além de recolherem de forma sistemática informação sobre situações de pobreza e insegurança alimentar, implementando também sistemas de monitorização permanente.
- Programas de combate à pobreza, que disponibilizem refeições grátis a segmentos extremamente carenciados da população.
- Programas de distribuição de bens essenciais às populações em situações de emergência que afetem o abastecimento alimentar.
- Apoio logístico e operacional aos programas de distribuição alimentar, como o Banco Alimentar Contra a Fome.
- Programas de distribuição de produtos lácteos, fruta e legumes às escolas do primeiro ciclo do ensino básico e leite e produtos lácteos para os alunos do ensino pré-primário, da sua área de jurisdição, no quadro do programa comunitário existente.
- Programas de apoio alimentar nos restantes níveis do ensino secundário público.
- Programas de fornecimento de uma refeição diária fora do período escolar.
- Programas de educação nutricional nos três ciclos do ensino básico, que poderiam estar integrados em programas relacionados com a importância da agricultura, das pescas, das florestas e das tradições gastronómicas.

5.3

SEGURANÇA, RESILIÊNCIA E BOM FUNCIONAMENTO DA CADEIA ALIMENTAR

Ao contrário das tipologias de intervenção anteriores, trata-se aqui de um envolvimento mais amplo e virado ao médio e longo prazo, com o objetivo de implementar nos territórios sistemas agrícolas e alimentares que melhorem a segurança alimentar, aproveitando ao máximo os recursos locais, minimizando desperdícios, reciclem recursos já utilizados para novos fins e organizem os mercados numa lógica de proximidade.

Pretende-se, assim, que nestes domínios os municípios, em parceria com outros atores de desenvolvimento dos seus territórios, possam contribuir para criar sistemas alimentares resilientes, capazes de assegurar uma segurança alimentar sustentável em tempos normais e minimizar as perturbações nos abastecimentos em tempos de crise.

5.3.1 CIRCUITOS CURTOS AGROALIMENTARES

Trata-se de dar corpo às recomendações da *Visão da Agricultura e da Alimentação* acima referenciadas, no sentido de reduzir os riscos de uma oferta alimentar excessivamente assente em cadeias de abastecimento externas e em grandes grupos multinacionais, os quais estão sujeitos a riscos maiores em situações de crises bélicas, sanitárias ou de mercado.

Daí a importância da aplicação de estratégias de valorização da produção local e da aproximação entre oferta e procura, num quadro de organização de cadeias curtas de abastecimento ou circuitos curtos agroalimentares (CCA) numa lógica de economia de proximidade.

São múltiplas as vantagens dos circuitos ou cadeias curtas de abastecimento agroalimentar, quer para os produtores, quer para os consumidores, quer para o ambiente e o desenvolvimento dos territórios. São de destacar:

- Para os produtores, a possibilidade de acesso direto ao mercado, reduzindo a dependência de intermediários ou das práticas abusivas dos grandes grupos de distribuição, esmagadoras dos preços. Podem, assim, aumentar a sua produção, diversificá-la, aumentar o seu nível de rendimento e receber a pronto pagamento.
- Para os consumidores, o acesso a uma gama diversificada de produtos frescos, com garantia de qualidade, genuinidade e rastreabilidade e em geral com uma boa relação preço-qualidade.

- Para o ambiente, a redução da pegada carbónica, com o encurtamento das deslocações, a menor poluição dos transportes, a redução da poluição devido ao menor uso de embalagens, ou ainda o aumento da biodiversidade devido ao consumo de variedades locais, adaptadas ao meio e fora da lógica da padronização impessoal própria das grandes cadeias.
- Para os territórios, os CCA constituem uma nova estratégia de aproveitamento do potencial produtivo, preservando e aumentando o emprego, trazendo para o mercado acréscimos de produção que de outra forma não existiriam, preservam a tipicidade dos seus produtos, afirmam a sua identidade e contribuem para a coesão económica e social.

Segundo a Rede Rural Nacional de Portugal (<https://www.rederural.gov.pt/circuitos-curtos-agroalimentares/sensibilizacao-aos-cca>) os circuitos curtos agroalimentares têm como fatores distintivos:

- A origem local e identificada do produto – rastreabilidade e sazonalidade.
- O produtor, para além da intervenção direta na produção, também interfere frequentemente na transformação e comercialização dos produtos.
- Os produtos transformados utilizam matérias-primas provenientes das explorações locais.
- O consumidor tem acesso a informação sobre a origem do produto, o seu modo de produção e as respetivas qualidades específicas.
- O fluxo de comunicação entre produtores e consumidores permite criar confiança mútua e diferenciar os produtos locais dos restantes.

Existem diferentes modalidades de CCA, sendo de destacar, segundo a mesma fonte:

- Mercados de Produtores, realizados em locais de livre acesso ao público, com frequência normalmente semanal ou quinzenal, em que é vendida exclusivamente a produção própria dos agricultores.
- Feiras de Produtos Locais, também em locais públicos, com frequência habitualmente anual, destinada à comercialização de produtos mais típicos ou icónicos dos territórios, como sejam queijos, enchidos, mel, vinhos ou certos frutos.
- Pontos de venda coletivos, realizados em espaços comerciais, associativos ou cooperativos, em que os produtores colocam à venda os seus produtos, normalmente com a presença de pelo menos um produtor numa base rotativa e mediante o cumprimento de um conjunto de regras técnicas e comerciais.
- Cabazes de produtos agroalimentares, normalmente organizados por um ou grupos restritos de produtores, com entrega direta nos locais indicados pelos compradores.

Os municípios portugueses e espanhóis têm um histórico de envolvimento em todas estas modalidades de CCA, embora seja tradicionalmente mais ativo, como seria normal, nas que requerem a utilização de espaços públicos para a sua realização, como é o caso dos Mercados de Produtores e das Feiras de Produtos Locais, em que a sua iniciativa e liderança é determinante para o sucesso.

Podem para isso beneficiar de apoios comunitários, quer através de programas de promoção e animação económica dos territórios, financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), quer pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), no quadro de Estratégias DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária, no quadro dos Programas LEADER) e de programas especificamente destinados ao financiamento das cadeias ou circuitos curtos de comercialização da produção agroalimentar local.

O site da Rede Rural Nacional de **Portugal** (<https://www.rederural.gov.pt/pt/O>) e o da Rede PAC de **Espanha** (<https://www.redpac.es/>), que substituiu a anterior Rede Rural Nacional, contêm informação sobre as diferentes modalidades de CCA implementadas nos respetivos territórios.

Ainda no caso de Espanha, a atual Rede PAC tem uma Antena Territorial sediada em cada uma das Comunidades Autónomas, constituída cada uma por 9 funcionários do Ministério de Agricultura, com o objetivo de conhecer melhor e acompanhar a aplicação da PAC nos diferentes territórios, para recolher informação, detetar necessidades, obter ideias e sugestões e identificar casos de boas práticas.

Embora as situações de Espanha e Portugal tenham as suas especificidades, elas convergem no essencial, que é a realidade dos circuitos de distribuição alimentar locais terem sido em grande parte pulverizados pelo surgimento e implantação maciça de grandes grupos económicos, que têm uma lógica de aprovisionamento em escala, independentemente dos territórios onde se podem abastecer, sejam nacionais ou estrangeiros, de dentro ou de fora da União Europeia.

Os municípios são em geral elegíveis para beneficiarem de financiamento para projetos e ações de diferentes tipologias de circuitos curtos agroalimentares, especialmente as infraestruturas, despesas operacionais e de comunicação, assim como plataformas de venda à distância, associadas às Feiras de Produtores às Feiras de Produtos Locais ou ainda aos Cabazes de Produtos.

5.3.2 REDUZIR O DESPERDÍCIO ALIMENTAR

A redução do nível de alimentos que anualmente se estragam, ficando impróprios para consumo humano, é outro importante caminho para melhorar a situação de segurança alimentar, quer a nível mundial, quer na União Europeia. Segundo as estimativas da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e o Conselho de Ministros da U.E., o desperdício de alimentos ao longo da cadeia alimentar representa cerca de um terço da produção total de alimentos produzidos no mundo (<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/food-waste/>).

Na U.E., é estimada a perda de 20% do que se produz, correspondente a cerca de 59 milhões de toneladas por ano, equivalente a um desperdício de 132 kgs por habitante, 55% do qual ocorre no consumo das famílias, 19% nas agroindústrias, 11% na restauração 8% no retalho e distribuição e apenas 7% na produção primária. Para além do impacto ambiental, estimado em 16% das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) e perda económica, estimada anualmente em 132 mil milhões de euros, este documento do Conselho sublinha o contraste desta situação com as carências alimentares de cerca de 33 milhões de europeus “...que não têm meios para pagar uma refeição completa de dois em dois dias”.

Neste contexto, a U.E. tem instado os seus Estados Membros, designadamente no quadro da Diretiva Resíduos (Diretiva (UE) 2018/851, que atualiza a diretiva de base [Diretiva 2008/98/CE]) para reduzirem os seus níveis de desperdício alimentar até 2030:

- Em 10 % na transformação e na produção.
- Em 30 % per capita na venda a retalho, nos restaurantes, nos serviços de alimentação e nos agregados familiares.

Para ajudar a concretizar estas metas, os Estados Membros são aconselhados a seguir uma ordem de prioridades de ação:

- Prevenir: evitar à partida perdas e desperdícios alimentares.
- Reutilizar: reutilizar para consumo humano através da redistribuição e de bancos alimentares, ou reafetar à alimentação para animais.
- Reciclar: recuperar os subprodutos e reutilizar os nutrientes, p. ex. para compostagem.
- Recuperar: incinerar alimentos com recuperação de energia.

Trata-se de uma área em que os municípios têm já algum histórico de envolvimento, designadamente no aproveitamento dos resíduos para compostagem e reutilização nas terras, especialmente através de empresas intermunicipais de capitais públicos, na criação ou apoio a cantinas sociais, ou na organização de campanhas de doação de alimentos, incluindo o apoio aos bancos alimentares.

Trata-se, porém, de uma esfera de ação que poderá ser reforçada se forem organizados, de forma sistemática, planos de combate ao desperdício, incorporando os princípios e prioridades recomendados pela Comissão Europeia e acompanhados de campanhas de sensibilização pública e da integração destas matérias nos programas do primeiro ciclo do ensino básico.

Para esta ação reforçada por parte dos municípios, contribuirá, seguramente, a aprovação de estratégias ou planos nacionais contra o desperdício alimentar.

Em **Espanha** foi recentemente aprovada a Lei de Prevenção das perdas e desperdício alimentar (Lei 1/2025 de 1 de abril - <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2025-6597>), que estabelece uma hierarquia de prioridades de ação para todos os agentes da cadeia alimentar, em linha com a estratégia comunitária, com vista a dar resposta ao objetivo de um sistema de produção e consumo alimentar, em consonância com a agenda 2030.

A Lei estabelece procedimentos bastante detalhados, determinando como estratégia de ação para as diferentes entidades (capítulo 1, artigos 2 e 3):

- Sensibilizar e informar as partes interessadas na cadeia alimentar e outros fornecedores de serviços alimentares, consumidores e o público em geral.
- Promover a distribuição de alimentos para doação, garantindo a segurança e a rastreabilidade dos alimentos.
- Promover a recuperação e a distribuição de excedentes alimentares para doação com o objetivo de promover a solidariedade social, priorizando o seu uso para consumo humano.
- Apoiar atividades de pesquisa, inovação e sensibilização na área da prevenção e redução das perdas e do desperdício alimentar.

No seguimento desta estratégia, é referido (art.17.1) que: *“será elaborado um Plano Estratégico para a prevenção e redução de perdas e desperdício de alimentos, que conterá a estratégia geral para a política de desperdício de alimentos, as diretrizes e a estrutura às quais os programas regionais devem se conformar, bem como os objetivos mínimos a serem atingidos para a prevenção e redução de perdas e desperdício de alimentos, e será consistente com o planeamento estratégico sobre desperdício de alimentos, do qual extrairá todos os dados relevantes”*.

O número 2 deste artigo determina a elaboração de planos ao nível das comunidades autónomas e o número 3 prevê a possibilidade de os municípios poderem fazer também os seus planos: *“As autoridades locais, no âmbito das suas competências, podem desenvolver, individualmente ou em grupo, programas de gestão de resíduos alimentares em conformidade e em coordenação com o Plano Estratégico para a prevenção e redução das perdas e do desperdício alimentar e com os programas regionais”*.

Em **Portugal** existe desde 2017 a Estratégia Nacional e Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar, que se encontra atualmente em reformulação e em processo de discussão pública para elaboração de uma nova estratégia (<https://www.gpp.pt/index.php/noticias/sessao-de-lancamento-da-consulta-publica-sobre-a-estrategia-nacional-de-combate-ao-desperdicio-alimentar-2025>).

Pretende-se uma abordagem coerente com as orientações europeias, https://www.gpp.pt/images/Destaques/Programas_e_Apoios/ENCDA2025/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_ENCDA_2025_GPP.pdf), que reforce a articulação interna e cooperação entre organismos e serviços da administração pública e, especificamente no que respeita aos municípios, prevê-se um reforço do seu envolvimento, designadamente em ações como:

- Gestão dos refeitórios escolares.
- Gestão dos resíduos urbanos.
- Uma aproximação, conhecimento e envolvimento do meio empresarial, assim como das instituições de solidariedade social (IPSS).
- Maior encorajamento e envolvimento nas ações de doação de alimentos em risco de desperdício.
- Identificação e mitigação de desafios e barreiras no processo.

Tal como no caso espanhol, pretendem integrar-se na estratégia os compromissos indicativos da ONU em reduzir 50% dos desperdícios de alimentos per capita até 2030, assim como as metas vinculativas da Diretiva Quadro Resíduos, de redução em 10% para os resíduos industriais e 30% para os resíduos da restauração, serviços de alimentação, retalho e consumidores, no seu conjunto.

5.3.3 FOMENTAR A ECONOMIA CIRCULAR

Como é bom de ver, a redução dos desperdícios e a economia circular andam de mão dadas. Trata-se de duas áreas de problemas que afetam todas as fileiras produtivas -e não apenas as da agricultura e alimentação – e que constituem matérias da maior preocupação por parte das entidades responsáveis pelos diferentes níveis de governação.

É neste contexto que, dando seguimento ao Pacto Ecológico Europeu, a Comissão Europeia apresentou em 2020 um novo Plano de Ação para a Economia Circular [COM(2020) 98 final], com o objetivo “... *de acelerar a transição para um modelo de crescimento regenerativo que restitua ao planeta mais do que lhe retira, progredir no sentido de o consumo de recursos não ultrapassar os limites do planeta e, nesse intuito, envidar esforços para reduzir o impacto ecológico do consumo e duplicar a taxa de utilização de materiais circulares na próxima década*”.

A problemática ambiental é, naturalmente, determinante na apresentação deste pacto, e expressa logo no início: “*Existe apenas um planeta Terra mas, em 2050, o mundo consumirá como se existissem três*”. Estima-se também que a produção anual de resíduos a nível mundial aumente 70%, até 2050. Porém, a Comissão também sublinha a importância do impacto que uma estratégia baseada nos princípios da economia circular pode ter na U.E., estimando que até 2030 pode causar um acréscimo de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e gerar 700.000 novos postos de trabalho.

Neste contexto, são estabelecidas estratégias de ação para os setores mais relevantes, especificamente: eletrónica e TIC; baterias e veículos; embalagens; plásticos; têxteis; construção e edifícios; e alimentos, água e nutrientes. Como seria de esperar as recomendações para a área alimentar centram-se no combate ao desperdício, já que os problemas relativos à utilização de embalagens e plásticos são comuns às comuns ao resto da economia tendo, por isso, agendas programáticas próprias.

Propõe-se também estudar medidas específicas para aumentar a sustentabilidade da distribuição e do consumo de alimentos, assim como para aumentar a reutilização de embalagens e outros instrumentos ou materiais relacionados comos serviços de alimentação.

Para além das medidas específicas para as sete macroáreas referidas, são ainda estabelecidas medidas de natureza transversal, de natureza ambiental, de inovação, investigação e digitalização e económica, que as políticas nacionais podem e devem incorporar para se acelerar a transição para uma maior circularidade da economia. Sobre estas últimas, há a salientar, em matéria de política pública:

- A proposta de criação de um novo recurso próprio¹³ para o orçamento da U.E., taxando as embalagens plásticas não recicladas, que já foi aprovada pelo Conselho de Ministros e pelo Parlamento Europeu, encontrando-se atualmente em vigor.
- A integração de objetivos ligados à economia circular em futuras revisões das ajudas de estado nos domínios do ambiente e da energia.
- Proceder a uma utilização mais alargada de determinados instrumentos económicos, como *“...a tributação ambiental, incluindo a aplicada à deposição em aterros e à incineração, e permitir que os Estados-Membros utilizem as taxas do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) para promover atividades no âmbito da economia circular dirigidas aos consumidores finais (por exemplo serviços de reparação)”*.

Em Portugal existe o Programa de Ação da Economia Circular (Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017) que, para o setor alimentar integra a ação 4 – *“Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável”*, que contém grandes orientações a redução de resíduos, especialmente das agroindústrias, o combate ao desperdício e a educação do consumidor.

É coordenado pela Comissão Interministerial do Ar, das Alterações Climáticas e da Economia Circular, atualmente designada de Comissão para a Ação Climática (CAC), que integra um representante da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP).

¹³ Os recursos próprios são as fontes de financiamento do orçamento da EU. Até janeiro de 2021, a maior dessas fontes é a transferência anual de uma percentagem do Rendimento Nacional Bruto de cada Estado Membro, seguida de uma transferência percentual das receitas nacionais do IVA e das taxas alfandegárias nas importações de países terceiros. A partir dessa data juntou-se a contribuição dos Estados Membros baseada na taxa que aplicam sobre os plásticos não reciclados, encontrando-se ainda outros recursos em estudo e debate político no âmbito do processo de aprovação do Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034.

Em **Espanha** existe uma Estratégia de Ação para a Economia Circular 2030 (https://www.miteco.gob.es/content/dam/miteco/es/calidad-y-evaluacion-ambiental/temas/economia-circular/espanacircular2030_def1_tcm30-509532_mod_tcm30-509532.pdf) que deu origem ao a um Plano de Ação, inicialmente estabelecido para o período 2021-2023. Contém os mesmos objetivos e recomendações emanados da legislação europeia e integra no seu modelo de governação a coordenação dos três níveis de administração do Estado: central, comunidades autónomas e municípios.

Nesta sequência, a Xunta de Galicia aprovou também a sua Estratégia Galega de Economia Circular (<https://ficheiros-web.xunta.gal/plans/medio-ambiente/EGEC-20-30.pdf>) e o correspondente Plano de Ação 2030 que, no que respeita à componente agroalimentar, inclui a transformação dos resíduos agropecuários, seja em compostos orgânicos, seja em biogás, a reciclagem de embalagens, ou a redução do desperdício alimentar no consumo doméstico e na cadeia de distribuição.

06

**CONCLUSÕES
E RECOMENDAÇÕES:
CONTRIBUTOS PARA A ROBUSTEZ
DE ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA
ALIMENTAR A NÍVEL MUNICIPAL
OU INTERMUNICIPAL**

06

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: CONTRIBUTOS PARA A ROBUSTEZ DE ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR A NÍVEL MUNICIPAL OU INTERMUNICIPAL

Enquanto responsáveis pela governação local, os municípios têm a responsabilidade, partilhada com outras entidades integrantes do Estado, de zelar pelo bem estar das populações dos seus territórios. Não podem, consequentemente, alhear-se da problemática da segurança alimentar, tendo em conta que a alimentação é a mais elementar e prioritária das necessidades humanas.

É, de resto, antiga e diversificada a intervenção dos municípios em iniciativas e projetos que visam melhorar a segurança alimentar, consoante as especificidades dos respetivos territórios.

Nos meios urbanos, muitos municípios têm promovido as hortas urbanas, utilizando para isso terrenos próprios ou arrendados na periferia das cidades. Embora estas micro-explorações tenham uma lógica de auto-abastecimento familiar, já constituem em si mesmas uma forma de melhorar a resiliência do sistema alimentar, podendo, de forma acessória, gerar excedentes para venda a famílias de proximidade. Constituem, assim, uma área importante de ação dos municípios nesta matéria.

Para além disso, podem desenvolver campanhas de comunicação no sentido de sensibilizar as famílias para aproveitar espaços apropriados das casas, como varandas ou marquises para abastecimento próprio em legumes e pequenos frutos. Podem ainda ter iniciativas de fornecimento de plantas para esse efeito, assim como promover e apoiar mercados de produtores, feiras de produtos tradicionais, pontos de venda de produtores ou mesmo cabazes de produtos, em parceria com municípios rurais, cooperativas agrícolas ou outras organizações de agricultores.

É, porém, nos territórios rurais onde a ação dos municípios pode ser mais vasta e constituir uma importante dimensão da governação local, isoladamente ou em parceria com municípios vizinhos, agrupados em Comunidades Intermunicipais, Associações de Desenvolvimento Local, ou outros tipos de associações.

Conforme acima referido, já é prática comum nestes territórios rurais os municípios promoverem, diretamente ou em parceria com outros ou com organizações de agricultores, mercados de produtores incluindo de produtos biológicos e feiras de produtos. Trata-se de duas tipologias de iniciativas com forte impacto nos rendimentos dos produtores e respetivas famílias, especialmente em territórios de baixa densidade. Produtos como fumeiro, queijos, vinhos, azeite, mel ou pão são os mais frequentes nas feiras de produtos, enquanto que nos mercados de produtores a oferta reflete a diversidade da produção local e a sua sazonalidade.

Menos comum é a participação dos municípios na organização de pontos de venda ou de cabazes de produtos, apesar de existirem alguns exemplos desse tipo. Por exemplo, certos municípios compram aos produtores, associações ou cooperativas, produtos sazonais típicos, como cerejas ou certas frutas associadas aos respetivos territórios, para oferecerem a entidades terceiras, como forma de promoção e marketing territorial. Ou também outros produtos tradicionais locais transformados como enchidos, queijos, vinhos ou doçaria.

Considera-se, porém, que para além dessas iniciativas mais frequentes, os municípios poderão ter um papel mais envolvente na organização económica da produção local, que não está organizada em grande parte dos territórios, especialmente nas zonas onde predomina a pequena propriedade, como é o caso da Galiza e da Região Norte de Portugal.

Sendo entidades com recursos e liderança política, os municípios poderiam promover a elaboração e implementação de circuitos curtos de abastecimento alimentar, especialmente nas áreas rurais e intermédias. Trata-se da constituição de **parcerias locais de produção-comercialização-consumo**, implementando, sempre que possível, o princípio do abastecimento local de cantinas públicas e de solidariedade social pela produção local, e incluindo progressivamente as superfícies comerciais locais.

O desenvolvimento de ações desta natureza implica, desde logo, uma capacidade de liderança que só os municípios têm para fazer pactos ou compromissos entre as entidades responsáveis pela procura/consumo e as organizações da produção. Estes compromissos teriam que especificar quais os produtos, respetivas quantidades e calendários de entrega.

Atendendo à fragmentação das explorações agrícolas e à desorganização atual dos circuitos comerciais locais, que foram pulverizados pelas grandes superfícies comerciais, é especialmente necessário fazer um trabalho de organização dos agricultores locais, envolvendo as cooperativas ou outras organizações de produtores existentes, ou criando novas, se necessário.

Neste trabalho de organização e planeamento, teria que ser garantido apoio técnico aos agricultores por forma a garantir a regularidade das produções e a indispensável rastreabilidade, por forma a garantir o respeito pelas regras higosanitárias, ambientais e de bem estar animal da União. Tal apoio poderia ser garantido pelas cooperativas ou outras organizações e financiados pelos programas de aconselhamento técnico existentes no PEPAC português e no PEPAC de Espanha.

BIBLIOGRAFÍA

- Diniz, Eduardo (2016) Equilíbrio da Balança Alimentar – fator de sustentabilidade da economia nacional - o caso dos cereais, INIAVE, Elvas.
- EU (2025-b) State of Food Security in the EU – a qualitative assessment of food supply and food security in the EU within the framework of the EFSCM.
- EU (2025) Monitoring EU Agri-food Trade Developments in 2024.
- EU (2024) State of Food Security in the EU - a qualitative assessment of food supply and food security in the EU within the framework of the EFSCM.
- EU (2024-b) Recommendations on Ways to Mitigate Risks and Vulnerabilities, Including Structural Issues Putting at Risk Food Supply Chains – EFSCM.
- EU (2023-) Key Figures on the European Food Chain.
- EU Joint Research Center (2023) Risks and vulnerabilities in the EU food supply chain.
- FAO (2022-a) The State of Food Security and Nutrition in the World, FAO, Rome.
- FAO (2022-b) The Future of Food and Agriculture – trends and challenges, FAO Rome.
- FAO (2018) The Future of Food and Agriculture – alternative pathways to 2050, FAO, Rome.
- GPP (2024) Complexo Agro-Florestal e Pescas 2010-2023- balança comercial dos principais subsectores; dados económicos e do comércio internacional.
- OCDE-FAO (2025) Relatório sobre as Perspetivas Agrícolas 2025-2934, Paris e Roma.
- OCDE-FAO (2022) Relatório sobre as Perspetivas Agrícolas 2022-2031, Paris e Roma.

PARTE II

UN EXAME DOS PATRONS DO CONSUMO DE PRODUTOS PESQUEIROS

ÍNDICE

01. INTRODUCCIÓN	91
1.1. Transformacións e tendencias alimentarias	91
1.2. A evolución do consumo e as ferramentas de vendas	98
1.3. Que é o e-commerce	100
1.4. Cuestións cruciais, persistentes e emerxentes verbo do abastecemento alimentario	102
1.5. O comercio electrónico no sector da distribución alimentaria	103
1.6. Descrición dos circuitos de distribución do e-commerce alimentario	104
02. O SECTOR PESQUEIRO: UNHA ANALISE DO SEU SIGNIFICADO E RELEVANCIA	109
2.1. Introducción	109
2.2. A produción e os intercambios comerciais	110
2.3. A función do comercio pesqueiro	115
2.4. Etapas da evolución dos mercados pesqueiros	121
2.5. As estratexias dos actores na industria pesqueira	125
2.6. A perspectivas do sector pesqueiro ante o novo panorama	130
03. O CONSUMO DOS PRODUTOS PESQUEIROS EN ESPAÑA	137
3.1. Introducción	137
3.2. O consumo de produtos pesqueiros	139
3.3. Os distintos segmentos de mercado	140
3.4. Canles de distribución	144
3.5. Niveis de consumo <i>per capita</i> de produtos pesqueiros segundo presentación	145
3.6. Trazos dos niveis de consumo de produtos pesqueiros en España	147
3.7. O consumo de peixe atendendo ás CCAA	151
3.8. Análise dos consumos nos fogares atendendo a diferentes tipos de produtos pesqueiros	152
3.9. Principais consumos de produtos pesqueiros	154
3.10. O consumo extradoméstico de produtos pesqueiros en España	158

04. O SECTOR PESQUEIRO EN PORTUGAL	167
4.1. Estrutura da frota.....	167
4.2. Desembarcos	170
4.3. Comercio internacional	174
4.4. Abastecemento e consumo dos produtos pesqueiros	179
4.5. Conclusións.....	182
 05. CONCLUSIÓNS FINAIS: ANÁLISE DAS TENDENCIAS DO CONSUMO DE PRODUTOS PESQUEIROS EN ESPAÑA E PORTUGAL	 189
5.1. As novas apostas.....	190
5.2. Aspectos que afectan o consumo de produtos pesqueiros	191
5.3. Consumo de produtos alimentarios en España	192

01

INTRODUCCIÓN

01

01

INTRODUCCIÓN

1.1

TRANSFORMACIÓNS E TENDENCIAS ALIMENTARIAS

As análises prospectivas caracterízanse pola análise de realidades pasadas e presentes para tratar de prognosticar e predicir futuros posibles e preparar, con iso, aquelas decisións que puideren favorecer os futuros desexables. En suma, a prospectiva presenta un elevado interese para as actividades da acción públicas, contribuíndo a discernir desde hoxe os problemas do futuro, as limitacións, restricións e obstáculos, así como as distintas oportunidades que se abren e debuxan.

O actual contexto está marcado por unha ampla diversidade de problemas que esixen unha pronta e eficiente xestión e administración, unha intensa atención ante a diversa multiplicación de actores e unha análise cada vez máis complexa no que atinxe á produción e a difusión de informacións e, consecuentemente, no que incumbe ás tomas de posición. Esta análise vese cada vez máis delimitada polas novas demandas sociais, as campañas mediáticas e as dinámicas de aceleración dos procesos decisoriais, tendentes a concederen unha primacía ás situacións de urxencia e inmediatez.

As actuais e constantes transformacións da sociedade non son, a miúdo, perceptibles no instante. Abonda con analizar as diversas análises e comportamentos da cidadanía para comprender as diferentes actitudes máis ou menos disímiles, que varían en función dos grupos sociais, dos territorios e das características dos individuos (niveis de educación, idade, modos de vida, orixes familiares, valores etc.). As devanditas transformacións revelan factores e motores moi variados, posuíndo repercusións desiguais no que respecta ao conxunto dos sistemas sociais.

O noso traballo aborda a análise dos cambios relacionados coa evolución das sociedades co obxectivo de comprendermos con máis exactitude as transformacións das condutas alimentarias e poder axudar os actores a tomaren conciencia dos ditos cambios e poder recomendar adaptacións canto ás súas estratexias.

A CUESTIÓN ALIMENTARIA

A cuestión alimentaria non é nin unha cuestión nova nin recente. Foi obxecto de estudo ao longo da evolución da humanidade. Ademais, constitúe o eixo de moitos debates públicos e mobilizacións sociais. Está en constante renovación e estrutúrase en diversas dimensións segundo abordemos a dimensión da competencia, das profesións ou das normativas. Por iso, afírmase que a alimentación é unha cuestión cotiá, eminentemente individual, e que forma parte das necesidades vitais dos individuos de cara a poder alimentarse varias veces ao día.

Pero, ademais de ser unha cuestión eminentemente individual, é unha cuestión colectiva, participada no seo da familia, dos grupos sociais e da sociedade en xeral, como poñen de manifesto numerosas normas culinarias, formas de alimentación, diversidade de *filières* de produción e de circuitos de distribución. En consecuencia, a alimentación forma parte desas grandes preocupacións sociais que non cesan de transformarse en función das evolucións históricas e dos novos desafíos. De aí que o termo *alimentación* estea unido a multitude de escalas e facetas: nutricionais, sanitarias, económicas, políticas, en materia de degustación, patrimonial, ambiental, territorial, técnicas, turísticas etc.

As condutas alimentarias non son independentes doutras dimensións da vida dos individuos. Forman parte da súa nutrición, insírense entre as súas preocupacións e actividades e xeran valores que cobran hábitos a través das prácticas alimentarias. Son, así mesmo, unha fonte de distinción individual, de reivindicacións e de mobilizacións. En suma, as condutas alimentarias forman parte e inflúen nos modos de vida e nas maneiras de vivir; revelan a evolución das sociedades, os cambios no xeito de “facer sociedade” e están condicionadas polas proporcións que a elas lles dedicamos dos nosos orzamentos económicos.

Os recentes estudos de prospectiva alimentaria do mesmo xeito que os traballos de investigación e *rapports* técnicos sobre a materia mostran que os cambios de vida son os elementos determinantes da evolución das condutas alimentarias.

No traballo titulado “*Comportements alimentaires de demain*” identifícanse 16 tendencias alimentarias e os seus impactos potenciais sobre os actores das *filières*. Na nosa achega identificaremos un número máis reducido de variables co fin de concretar e concentrar no comportamento dos individuos (que consideraremos a unidade de base social) os reflexos dos cambios e as transformacións relacionadas ao redor dos modelos-tipo.

AS PRINCIPAIS TENDENCIAS

Neste apartado procederemos a subliñar, definir e contextualizar as principais tendencias á luz das dinámicas, comportamentos e reaccións manifestadas nos últimos anos. Con isto, desexamos encadrar os cambios máis disruptivos levados a cabo e, sobre todo, as actitudes que caracterizaron ás persoas.

O individualismo e o hábitat. Cada persoa non cesou de tratar de reforzarse e de liberarse; isto é, loitou por conquistar e desenvolver novos dereitos tanto cívicos como de liberdade de pensamento e afirmación do concepto dunha cidadanía propia. Tales movementos en favor da individualización tradúcense tanto nas formas de vivir, habitar como de facer familia. En consecuencia, incide nos valores e visións do mundo, co que adquire unha vinculación no que incumbe ás dinámicas de individualización no consumo.

Significa, así mesmo, unha afirmación crecente dos valores de liberdade, autonomía, singularidade e particularidade. Cada individuo valoriza as súas decisións e o seu status, e as crenzas convértense elas mesmas en condutas personalizadas en que cadaquén procura unha referencia persoal. Neste sentido, cobran forza as análises que abordan as estruturas familiares como elementos reveladores das distintas formas de vivir, habitar e consumir. En Galicia, por exemplo, constátanse varios trazos propios: a proporción de persoas maiores de 65 anos é elevada; a esperanza de vida das mulleres é maior que a dos homes; a idade de maternidade das mulleres atrasase cada vez máis e as taxas de fecundidade redúcense a porcentaxes que non garanten a reposición da sociedade.

Así mesmo, as estruturas dos fogares redúcense a unha composición de dúas persoas, ao tempo que aumentan aqueles fogares monoparentais. Estes trazos traducen unha nova composición da familia/fogar; á vez que os niveis de individualización progresan sen cesar, aínda que son diferentes segundo países.

Na actualidade, tanto os produtos como os servizos van camiño de ser personalizados para poder responder as demandas e gustos de cada un. Isto é, nunha gran parte dos artigos de consumo, xa sexan vehículos, vestidos, mobles, equipos electrónicos ou lecer, apréciase un cambio de escala no referente ao consumo. Os novos consumidores están plenamente informados e actúan con maior responsabilidade. Están influenciados tanto pola oferta como pola demanda. Anotan as súas adquisicións e os seus consumos insírense nunha nova dimensión dunha cidadanía renovada; ao momento que os axentes económicos utilizan a mercadotecnia viral e os *youtubeiros* para maximizar as súas vendas, insistindo na captación de novos seguidores. É dicir, presenciamos formas alternativas de consumo cada vez máis innovadoras e re-axustadas permanentemente (no sentido da inmediatez) e onde o acto de consumo nos remite a novos obxectivos colectivos, como os de integrar diversos aspectos, tales como os de saúde, ambiental, de xustiza social e de economía de proximidade, por exemplo, o cal estende, por tanto, o concepto de responsabilidade do consumidor.

A segmentación social e a formación de redes. A integración social non se completou nunca, senón que toda colectividade se segmenta en función de criterios básicos, en eixos de diferenciación e en niveis de desigualdade, xa sexa por idade, sexo, lugar de vida, profesión, poder compra, nivel de educación, aspiracións, crenzas etc. Cada sistema social se subdivide en subsistemas máis ou menos longos, autónomos e perennes. Créanse, pois, microcosmos, redes sociais, ámbitos de sociabilidade, comunidades diversas etc. O devandito asociacionismo está en constante reconfiguración. A modernidade multiplicou os devanditos grupos de pertenza, de modo que os círculos se foron ampliando, crescendo e multiplicándose ao mesmo ritmo que a propia diversificación dos múltiples intereses que motivaron a súa creación. Na actualidade asistimos a unha sucesión de experiencias que van abrindo a vía a novas maneiras de facer unha sociedade. Coexisten novos microcosmos que non son soamente agregados de individuos, senón que posúen potentes mecanismos de integración e de adaptación que comparten sistemas de valores e de normas aceptando dispositivos de influencia, de imitación e de presión.

A sociedade admite fenómenos de segmentación e de comunitarización (no sentido sociolóxico); e céntrase nas grandes tendencias ou as máis significativas sobre as cales se pode chegar a prognosticar ou facer análises predictivas.

Constátanse certas afiliacións e desaafiacións a institucións (cívís, relixiosas, profesionais) e os vínculos sociais son máis selectivos, temporais e reversibles, o cal favorece as identidades múltiples, aínda que agrupándose no seo de comunidades particulares en que se asumen as mesmas achegas e opinións. Isto é, as persoas constrúen microcosmos de afinidade, de redes preferentes e cultívase a multipertenza (Cusset, 2006).

Tales actitudes son as que outorgan unha importancia crecente aos fenómenos de segmentación social e de pertenza a redes en que asentan as pautas das persoas na súa cotiandade.

O factor tempo e a aceleración dos ritmos sociais. As sociedades tradicionais estiveron moi condicionadas polas limitacións e constrinximentos xeográficos, delimitados pola distancia, a carencia de conectividade e lentitude dos sistemas de transportes, os obstáculos físicos definidos pola natureza etc. Iso viuse reflectido nunha mobilidade reducida e pouco interconectada, ben como nun confinamento de lugares/espazos en que as dificultades de superalos non eran precisamente fáciles. Cobra, pois, interese non só a relación co espazo, senón a relación co tempo.

O interese polo valor tempo acrecéntase e, en ocasións, a devandita valorización convértese en obsesión. Así, matízase a necesidade de ocupar o tempo libre, a crítica á vacuidade ou a condena á perda do tempo. Hai mesmo autores que miden o comportamento dos actores económicos en función da súa sensibilidade ao tempo, na medida que o consideran unha perda de oportunidade en referencia aos actos de comprar, investir ou obter beneficios.

A escala individual, o tempo pódese descompor en función das actividades cotiás. Por iso é polo que utilizamos o concepto de ritmo de vida, como o número de accións ou de momentos vividos por unidade de tempo humano. O devandito ritmo de vida depende de motivacións, de sentimentos e de representacións que se estruturan en forma de actitude nun momento dado, tales usos son observables a diferentes escalas e, en consecuencia, revelan as evolucións estruturais da cidadanía.

Na actualidade, por mor da aceleración dos ritmos de vida, constátanse dinámicas tendentes a movementos de aceleración, produto do desenvolvemento no tocante á urbanización difusa, á industrialización, á división do traballo, á liberdade dos individuos.

Rosa (2010) chega a afirmar que “as experiencias fundamentais e constitutivas da modernidade son debido a unha xigantesca aceleración do mundo e da vida, dos fluxos e as experiencias individuais”. Tal aceleración maniféstase en varios campos: mobilidade, descubrimentos científicos produción económica, intercambios de información, modos de vida, decisións políticas etc. Estas evolucións alimentan a necesidade de ganancia de tempo e a necesidade de obter ganancias similares en todo momento. Desta maneira, as innovacións técnicas (transporte, coprodución, comunicación) arrastran cambios que aceleran os ritmos de vida, o cal esixe, novamente, novos progresos técnicos. E, está claro, afecta aos modos de vida, quer no que fai referencia ás decisións de compra quer ás motivacións alimentarias.

Os devanditos cambios nas formas de vida están relacionados coas posibilidades das novas actividades e reforzan, coma un círculo vicioso, os desexos de gañar tempo. Ademais, a aceleración dos ritmos sociais propicia a modificación dos modos de vida en dous sentidos: en primeiro termo, na particularización do tempo (usos temporais segundo status, nivel de rendas, posesións etc.) contribuíndo á multiplicación de actividades sociais; e en segundo lugar, a unha segmentación do tempo para a realización de certas actividades levando a cabo unha dinámica de densificación do tempo (isto é, dedicación específica dun tempo a unha actividade concreta).

A cuestión radica, pois, en como saber inscribir o tempo nas actividades cotiás, xa sexa tempo profesional, tempo fisiolóxico, tempo doméstico e tempo libre.

O mundo do traballo e a feminización da sociedade. A incorporación da muller ao mundo de traballo acentuouse nas últimas décadas. Algúns autores (Zaidman, 2007; Mossuz-Lavau & Senac, 2015, por exemplo) insisten en afirmar que estamos nun proceso de feminización das sociedades contemporáneas ao se reflectiren dous fenómenos relevantes: a) o incremento de atributos femininos á realidade actual; e b) o aumento da proporción de mulleres no seo dos grupos, organizacións e colectividade. A xuízo dos sociólogos, a feminización dos sistemas sociais maniféstase pola evolución da porcentaxe de mulleres no campo profesional da educación, medicina e xustiza (e no mundo do traballo, en xeral), asumindo máis responsabilidades e substituíndo os homes en certos postos de traballo e dirección, ata o momento inaccesibles.

Como afirma Zaidman (2007) a feminización é un proceso estrutural profundo intimamente combinado con des-masculinización da sociedade. Maníéstase en todas as ordes da vida en sociedade. Non só se rexistra no campo educacional, senón tamén na formación e especialización. Descríbese, por tanto, baixo a forma de dous grandes trazos: a) feminización cuantitativa dun sector ou dunha profesión; e b) entrada progresiva das mulleres en profesións ata o momento dominadas polos homes. Se admitimos estas dinámicas de feminización do mundo profesional, asístese de maneira simultánea a unha dinámica des-feminización das actividades na esfera doméstica e familiar. Son tendencias asociadas e non contraditorias. Isto é, a des-feminización das tarefas no ámbito doméstico correspóndese cunha feminización do modelo de funcionamento dunha sociedade moderna e inclusiva. Búscase a igualación de status, roles, principios de recoñecemento e respecto.

Desta forma é fácil deducir que se conta cun aumento absoluto e relativo das actividades masculinas nas tarefas do fogar; incrementado o tempo masculino nas tarefas familiares e reducindo a dedicación das mulleres nas mesmas tarefas, que leva consigo posuír unha responsabilidade máis compartida ou un reequilibrio de funcións e contribucións dos membros da parella, que se traduce nunha capacidade crecente das eleccións materiais e afectivas das mulleres e maiores facilidades para articular e desenvolver a súa vida profesional.

Os devanditos cambios aprécianse nos comportamentos que fan referencia tanto ás cuestións relacionadas coa saúde, a idade, os valores ecolóxicos e o desenvolvemento sostido, como cos valores relacionais (empatía, pacifismo, respecto, colaboración e respecto á natureza) (Zuinen, 2002). Finalmente, tamén afecta aos niveis de consumo. Están vinculados, en consecuencia, coas diferentes gamas de produtos e segmentos de mercado dirixidos a estratos concretos e con maiores esixencias en termos de transparencia, trazabilidade e calidade.

Maior sensibilidade ante os aspectos relacionados coa saúde e o benestar. Non cabe dúbida de que a saúde constituíu sempre unha das grandes preocupacións das sociedades. As intervencións públicas fóronse centrando cada vez máis en novas actuacións tendentes a estar incluída dentro dos campos obrigatorios dun estado do benestar. A través do desenvolvemento da hixiene, medicina e alimentación foise configurando unha sociedade que coida e protexe a súa vida. A forte presión da industrialización e a urbanización induciron á creación de sistemas de seguros médicos na estrutura dos estados-providencia.

Na actualidade, as aspiracións sanitarias ampliáanse, pasando a reclamar unha mellora da calidade de vida e un maior confort do corpo e do espírito. Búscase unha saúde perfecta que se estenda a todos os grupos sociais e que abranza todos os aspectos da vida cotiá. Desta forma, as evolucións dos estados sanitarios contribúen a incrementar os niveis de sensibilidade e modificar os nosos comportamentos. Por iso, emerxen tendencias á medicalización da sociedade como resposta ás incorporacións de novos valores, normas, aspiracións e comportamentos.

A noción de saúde vaise incorporando a unha concepción máis ampla e inscrita no concepto de benestar, o cal revela, deste xeito, dúas actitudes: a persoal e a colectiva. O resultado final subliña que respecto da alimentación se asiste a unha maior sensibilidade cos aspectos vinculados á saúde e ao benestar. Con iso quérese afirmar que a sociedade desexa abandonar todo o posible e non ser considerada unha sociedade de risco (Beck, 1986) nin sensible a acontecementos externos e exógenos que poñan en perigo a nosa vida. Os progresos sanitarios contribúen a elevar os desexos de vivir mellor e máis tempo, sen doenzas asociadas. Por iso, a noción de “capital-saúde” forma parte dos obxectivos finais.

O concepto de medicalización impúxose desde os anos oitenta do pasado século (Pierret, 2008). Defínese como a dinámica de considerar e tratar un fenómeno, un estado ou unha situación baixo unha perspectiva dos coñecementos dos profesionais da saúde (Berlivet, 2011). Os devanditos saberes médicos transfórmanse en valores normativos e non cesan de ampliar o seu campo de influencia. A listaxe de fenómenos e situacións consideradas como potenciais asuntos para seren tratados no terreo da saúde son cada vez maiores. Por iso, as institucións públicas tanto de protección da saúde como aquelas outras que certifican a alimentación sa aumentan os seus principios de prevención, incrementan os valores de “saúde” e convértense en “normas centrais de referencia”.

No que fai referencia ao benestar, podemos afirmar que este é unha situación de satisfacción de necesidades, que se traduce nun sentimento de plenitude e de paz interior. Ten que ver con nocións de felicidade, satisfacción, pracer ou calidade de vida, por pór exemplos de referencia.

Avaliar o benestar non é fácil. Adóitase recorrer a medicións indirectas, repousando nos niveis de renda, traballo, vivenda, seguridade, protección social, dispoñibilidade de equipamentos, educación, cultura etc. Ora ben, o benestar non está repartido de maneira homoxénea no planeta. Existen numerosos tipos de desigualdades (sexan reais sexan en termos de oportunidade) que definen as desvantaxes. Por iso, as sociedades preocúpanse de mellorar as devanditas condicións de benestar e, en consecuencia, afecta aos comportamentos das persoas consumidoras.

Unha maior responsabilidade e compromiso coa natureza. Desde hai medio século os programas relacionados coa ecoloxía e a protección da natureza son máis abundantes e máis comprometidos. As referencias á teoría da “traxedia dos comúns”, de G. Hardin (1968), os *Rapports Meadows* (1972) encargados polo Club de Roma ou, finalmente, o Rapport Brundtland titulado *O noso futuro común* (1987), serviron de acicate para concienciar a sociedade mundial dos perigos do quecemento climático, a perda de biodiversidade, o esgotamento de certos recursos enerxéticos ou a sobreexplotación de determinadas especies. Temos rexistradas moitas institucións, asociacións, clubs, empresas, centros de investigación, ONG etc. a chamaren a atención sobre unha ampla pléiade de repercusións. E, asemade, contribuindo a achegar solucións e a deseñar accións. Sen dúbida ningunha, a maior parte das actuacións están enmarcadas en corrixir o que se denomina “a inestabilidade da natureza”. E abórdanse, naturalmente, desde un campo de análise e de anticipación.

Na actualidade distínguese o natural e o artificial. As sociedades elaboran un sistema de valores e de comportamentos baixo compoñentes do natural. O atributo natural está relacionado coa natureza e no caso da alimentación a noción de natural está presente en moitos produtos. Búscase, pois, un carácter intacto e libre dun medio, a través de emocións e sensacións. De aí as referencias á demanda dunha maior “natureza salvaxe”, cando facemos uso de conceptos como patrimonialización, santuarización de espazos naturais, creación de reservas de animais, parques naturais, normas de protección, políticas de preservación etc. Estas dinámicas son, en consecuencia, fontes de comportamentos inclinados a pensar que a natureza é benfeitora, acolledora e salvadora. Non é de estrañar, xa que logo, unha referencia continuada e progresiva en identificar certas pautas alimentarias a un estreito vínculo coa natureza e proximidade. Con iso, refórzanse os valores tanto de responsabilidade como de compromiso.

1.2

A EVOLUCIÓN DO CONSUMO E AS FERRAMENTAS DE VENDA

O consumo foi evolucionando en función dos diferentes cambios e transformacións económicas e tecnolóxicas. Fomos transitando dunha sociedade de consumo a un consumo de masas para alcanzar, na actualidade, un consumo mediatizado pola multitude de datos, ofertas e niveis de coñecemento.

As revolucións industriais foron alentando e estimulando os distintos tránsitos da sociedade. De aí que sexa doado deducir que os niveis de consumo pasen recentemente desde unha venda directa a unha venda en liña, aproveitando o desenvolvemento e implantación de internet, técnicas de comunicación e *big data*.

Ante estas evolucións tecnolóxicas, as xeracións de consumidores foron adaptándose, posuíndo cada etapa un diferente comportamento no que respecta ás actitudes e preferencias de compra. Desta maneira, podemos diferenciar as seguintes xeracións.

XERACIÓNS	CARACTERÍSTICAS BÁSICAS
1945-1960. Xeración <i>baby-boomers</i>	Xeración nada despois da II Guerra Mundial. Etapa de crecemento económico. Emerxencia da sociedade do consumo. Desenvolvemento de aparellos eléctricos. En 1947 aparece o microondas. Comprometidos, autosuficientes e competitivos. Fidelidade laboral indiscutible, orgullosos do seu traballo, traxectoria e prestixio.
1960-1980. Xeración X	Lembran o mundo analóxico e adaptáronse o dixital. Menos xerarquizados cas xeracións anteriores, caracterízanse pola súa diplomacia. Entran a formar parte do consumo de masas con fortes e innovadores avances tecnolóxicos. En 1967 aparece o televisor en cor e en 1973 e o teléfono portátil.
1980-2000 Xeración E. Nativos dixitais e <i>millennials</i>	Individualistas, confiados e creativos. Mais hábiles no uso da tecnoloxía que do coñecemento. Asistimos a unha sociedade omnipresente: abundancia e proliferación masiva de teléfonos, computadores, internet, chats. En 1984 aparece o Macintosh e en 1998 estréase Google.
2000-2010. Xeración Z	Moi preparados tanto dixitalmente como para aprender outras cuestións. Teñen perspectiva global e buscan solucións chegado o momento. Se senten perdidos sen o uso de tecnoloxía. Destaca o uso masivo de obxectos interconectados e a consolidación das redes sociais. En 2004 aparece Facebook e en 2007-2010 proliferan os teléfonos intelixentes, tabletas... Iphone, Ipad.
2010-2022. Xeración Alpha	Nativos dixitais. Resulta unha xeración con maior acceso a un volumen infinito de información. Máxima intensidade no tocante a interacción cas redes sociais. Entenden e se moven nun mundo deslocalizado, con estruturas planas e máxima colaboración. Caracterízase pola inmersión completa na era dixital e intelixencia artificial. En 2015 aparece Apple-watch e en 2016, o casco realidade virtual.
2023 en diante. Nova IA	En 2023 popularízase a intelixencia artificial e aparece o ChatGPT.

Cadro 1.
Clasificación das xeracións atendendo ás súas etapas e trazos.
Fonte: elaboración propia.

A conclusión destas dinámicas é a constatación dun incremento da dixitalización e que as cifras de compra en liña experimentan unha forte progresión dados os avances tecnolóxicos postos en funcionamento, por unha banda, e pola maior preparación da maioría dos segmentos da poboación en aceptar e a manexar talles coñecementos e prácticas, pola outra.

1.3

QUE É O E-COMMERCE

O comercio electrónico reagrupa o conxunto de transaccións comerciais (compra, venda, intercambio de bens e servizos) que operan a distancia por medio de interfaces electrónicas e dixitais (computadores, teléfonos intelixentes...).

O seu funcionamento é gratuíto e aberto a todos. Efectúase sobre internet e non se limita a un só acto de compra, na medida en que o comercio electrónico permite informar o consumidor de todos os produtos en oferta, de efectuar o pedido de compra e de contribuír a fidelizar os compradores.

Desde a perspectiva da oferta, as empresas que dispoñen e ofrecen produtos e servizos para o comercio electrónico, as súas vendas son un complemento ás vendas tradicionais, non tanto unha alternativa. Isto é, as empresas definen unha estratexia global en que coexisten ambas as modalidades. Desta forma, poden diversificar os modos de comercialización, mais necesitan dunha rede loxística e capacidade de estender os seus vínculos a unha clientela potencial.

Aínda así, existen un grupo de empresas, sobre todo as start-ups e as máis novas, que deciden desenvolver en exclusiva as súas vendas por internet, ben polas súas razóns de rendibilidade, ben pola súa reducida oferta ou limitacións no que incumbe á súa capacidade de produción e venda. Son as chamadas “puras” e procuran reducir ao máximo os niveis de intermediación, aínda que chocan nun principio coas barreiras existentes na loxística e distribución.

O desenvolvemento das empresas *e-commerce* efectúase por medio de dúas alternativas diferentes. A primeira, con base no seu propio sitio de internet, onde se utiliza un espazo dedicado a anunciar os seus produtos e servizos á procura do seu posicionamento no mercado. O produtor, neste suposto, está interesado en dar a coñecer os seus produtos ou servizos, en alcanzar o maior nivel de audiencia e que os lugares de presenza garantan as transaccións e distribución dos seus produtos. O segundo suposto é aquel en que os actores, ademais de dispoñen dos seus propios sitios web, recorren a outros puntos de vendas onde son re-alugados. Neste sentido, as estratexias varían ao ter que completar as súas actividades comerciais por medio dunha homoxeneización das ofertas (prezos comparables) entre os distintos puntos de venda (físicos) e os sitios (*web-digitales*).

Non cabe dúbida, por tanto, de que o efecto nacemento da venda en liña se debe á actividade que posúen os puntos de vendas físicos en tanto que os efectos do comercio electrónico permiten a un *magazine* ampliar as súas zonas de almacenamento, cifras de negocios e ampliar clientela.

VANTAGES	INCONVENIENTES
- Diversificar e multiplicar os medios de comercialización. - Ampliar o número de clientes. - Fornecer mercados máis afastados e novas áreas de influencia - Personalizar os ficheiros de clientes e creación de cookies, que incitan aos consumidores a compraren nos lugares de interese. - Administrar e xestionar os desperdicios alimentarios por medio da creación de “ventas flash” de produtos perecedoiros.	- Elevado investimento mundial, tanto de orde financeira como de capital humano. - Organización da loxística, no que respecta á xestión dos stocks e entrega de produtos. - Xestionar a rendibilidade en relación cos custos da loxística. - Recrutamento de persoas especializadas. - Xestionar o atraso e a puntualidade no que fai referencia ás entregas de produtos perecedoiros.

Cadro 2.

Motores e freos do e-commerce para os profesionais.

Fonte: adaptación de Roussel, D., Lesueur, M., Gouin, S. (2018). *Le marché du e-commerce: du secteur alimentaire aux produits aquatiques*, Pôle Halieutique AGROCAMPUS OUEST. n.º 51.

Momentos clave do comercio electrónico

Coa garantía de acceso a internet e a wifi os consumidores poden adquirir a maioría dos obxectos sen importarlles o momento e o lugar de venda. É dicir, os novos comportamentos dos consumidores proporcionanlles ás empresas novos mecanismos de innovación e de adaptación ás súas estratexias de mercadotecnia. Por iso, cómpre distinguir:

- Mercadotecnia multicanle: utilización de moitas canles de preguntas e respostas dos consumidores.
- Mercadotecnia omnicanle: a utilización simultánea de canles dispoñibles dunha empresa.
- Mercadotecnia cros-canle: canle dunha empresa para evitar os fenómenos de competencia entre canles.

Tanto as redes sociais como os puntos de información axudan a preparar o consumidor. Marcan o que se denomina o *social shopping*. O consumidor convértese nun axente-actor debido á súa actividade no tocante a informar, opinar e recomendar tanto un produto como un servizo, así como proceder a unha avaliación destes, subliñando, por tanto, unha inclinación ou unha recomendación.

1.4

CUESTIÓNS CRUCIAIS, PERSISTENTES E EMERXENTES VERBO DO ABASTECIMENTO ALIMENTARIO

Máis do 60 % da poboación mundial vive actualmente en centros urbanos. Estes emplacementsos considéranse os motores do crecemento e do emprego, albergando por volta dun 80 % da produción mundial. Ante esta elevada polarización demográfica e económica non resulta fácil o poder garantir o acceso a todos os residentes nos devanditos núcleos á totalidade dos servizos esenciais: saúde, educación, transportes e alimentación.

Paralelamente a este proceso de urbanización asístese a un certo desacoplamento xeográfico das cidades en relación cos niveis de aprovisionamento alimentario na medida en que se verifican uns cambios no que atinxe á utilización das terras urbanas e periurbanas. Isto é, algunhas cidades perden terras agrarias que son reorientadas cara a usos máis rendibles.

Así mesmo, asistimos a unha frecuencia cada vez máis elevada de fenómenos meteorolóxicos extremos, que comprometen os niveis de subsistencia das poboacións, a riscos de inseguridade alimentaria, a situacións de malnutrición e a procesos de incremento das desigualdades.

Completando co anterior, non cabe dúbida de que o sector alimentario informal é considerado como esencial de cara a garantir a seguridade alimentaria da poboación con menores niveis de rendas. Comprende, este sector, unha rede complexa de subministradores, provedores, transportistas, pequenos distribuidores, vendedores nas rúas e de mercados que ofertan produtos accesibles e abordables polos consumidores. Este sector informal apóiase primordialmente nos seus propios recursos e capitais, cun mínimo apoio político.

En suma, os sistemas alimentarios son diversificados e utilizan un conxunto moi diverso de coñecementos e tecnoloxías que se adaptan aos distintos contextos agro-ecolóxicos, político-económicos e socio-culturais. Esta ampla diversidade non só está recoñecida, senón que tamén é un factor favorable nos actuais contextos que requiren mellorar o benestar humano e a viabilidade ecolóxica.

Finalmente, unha das cuestións cruciais dos sistemas alimentarios son as realidades de poder no seo do propio sistema e como certas formas de coñecemento e desenvolvemento tecnolóxico e mecanismos de mercados alteran os niveis de aprovisionamento, das bases socio-culturais, a utilidade das tecnoloxías parciais, ou o reforzamento das redes horizontais/verticais. Por iso, en ausencia dunha planificación alimentaria, tanto a venda como o consumo de alimentos altamente transformados contribúe a subliñar as tendencias hexemónicas na sociedade mundial.

1.5

O COMERCIO ELECTRÓNICO NO SECTOR DA DISTRIBUCIÓN ALIMENTARIA

Nos últimos 20 anos o comercio en liña significou un importante impulso no sector alimentario. Produciuse un evidente cambio no que fai referencia aos comportamentos de compra tanto nos *híper* e supermercados como na compra en liña. Esta última é máis elástica que a compra nas grandes superficies. Permite visualizar máis ofertas, aínda que existe unha maior discusión ao redor dos desexos en referencia aos modos de nutrición. Por iso, a crecente importancia do comercio electrónico comportou cambios moi profundos na estratexia das empresas e no comportamento das persoas consumidoras.

O *e-commerce* permite aos compradores efectuaren as súas compras sen lles importar o lugar e os desprazamentos aos centros de consumo. E, en segundo lugar, permite aos compradores visualizaren máis ofertas e gañaren tempo. Pola contra, os gastos respecto das entregas poden chegar a ser disuasorios.

Se facemos referencia á comparativa entre os comportamentos dos consumidores en liña e os efectuados nos grandes almacéns tradicionais contabilizamos varias distincións. A saber:

- As ofertas de ambos os sistemas son distintas, pois non ofrecen as mesmas condicións. No que atinxe ás compras efectuadas en liña (*e-commerce*) as persoas consumidoras non posúen limitacións ou restricións á hora de comprar, gañan tempo canto á procura de produtos –dado o coñecemento acumulado das súas compras precedentes– e, en consecuencia, resulta máis fácil coñecer as ofertas de prezos ou produtos de oferta temporal/ocasional e comparar prezos; en suma, maior transparencia de prezos.
- Nos *magazines* grandes o comprador obtén a información preto do vendedor, pode tocar, examinar e comparar os produtos. No entanto, iso xera un aumento dos custos de transacción como o transporte, os custos de selección de produtos.

Por tanto, os comportamentos son diferentes. Distintos estudos sinalan que mercé ás estimacións dos modelos de demanda pódense analizar os determinantes de elección dos distribuidores e os datos de compras, reflectindo que as elasticidades-prezos son máis débiles cando os consumidores adquiren en *magazines* tradicionais que en liñas.

Na medida en que a revolución dixital impactou no sector da alimentación, o consumidor busca dúas notas: a practicidade e a utilización do tempo libre (Blezat Consulting, 2017).

A compra de produtos alimentarios non se converteu nunha primeira prioridade e a persoa consumidora trata de minimizar o tempo consagrado ás compras de alimentos. Por iso é polo que o propio sector da alimentación lle dedique unha nada relevante atención á expansión do *e-commerce*.

O sector da alimentación entrou moi serodiamante neste mercado numérico. As razóns quedan subliñadas por tres elementos: i) a oferta era débil e desigualmente accesible; ii) os consumidores esixen ver as mercadorías; iii) non había conciencia das vendas a distancia.

As innovacións tecnolóxicas tardaron en superar os temores. Desenvólvense novas ferramentas: a) escáneres de man para ir anotando as compras en aplicacións móbiles aqueles produtos (listaxe da compra) que logo son enviados a cada fogar; b) aparellos intelixentes instalados no domicilio que conectados aos electrodomésticos indican a necesidade de repor ou de adquirir novas subscricións; c) supermercados circulares, procedementos que algunhas empresas posúen co fin de facer as lista de pedidos/compras; e d) transparencias respecto da información e trazabilidade por medio dunha comunicación directa sobre un código QR, indicando dispoñibilidade, prezos, calidade e procedencia.

1.6

DESCRIPCIÓN DOS CIRCUÍTOS DE DISTRIBUCIÓN DO *E-COMMERCE* ALIMENTARIO

As novas ofertas de aprovisionamentos pódense catalogar como facilitadores da vida cotiá na medida en que responden ás novas demandas dos consumidores. O crecemento do mercado en liña permite desenvolver novas formas de comercialización ao se adaptar ás esixencias e requirimentos da cidadanía. Este proceso de adaptación permite atopar unha ampla multitude de circuitos que propoñen diferentes servizos de venda en liña, en función das diferentes escalas de distribución. Distinguimos, pois, a gran distribución (hipermercados), a pequena distribución (comercio de proximidade), os circuitos curtos (cooperativas de produtores) e a venda directa (aos consumidores e particulares).

No que respecta á gran distribución a industria alimentaria oríentase cara a estratexias omnicanle. As dificultades céntranse na xestión loxística dos produtos frescos e na xestión das datas de caducidade. No tocante ao *e-commerce* alimentario nos circuitos curtos, os trazos que destacan nas estratexias comerciais fan referencia aos valores de proximidade e ao reclamo de sostemento das actividades por medio de iniciativas que impulsen o que se denomina o *e-colaborativo*.

O e-commerce nos produtos pesqueiros

Ata o momento, e á luz das estatísticas dos últimos anos, o e-commerce dos produtos pesqueiros é pouco representativo entre os diferentes circuítos de comercialización. Isto é, os consumidores non posúen o hábito nin o costume de adquirir produtos pesqueiros frescos nin doutras presentacións por internet.

Os estudos mostran que o comprador de produtos pesqueiros a distancia difire do comprador en circuítos tradicionais. Desta forma, os compradores de produtos pesqueiros de fresco en grandes superficies son a miúdo de idade máis nova e con poder adquisitivo débil. Pola contra, as peixarías tradicionais son frecuentadas por compradores de maior idade e con poder adquisitivo máis elevado (Lacombe et al., 2016). Esta clasificación leva a pensar que nos circuítos tradicionais o gasto medio en produtos pesqueiros de fresco é unha cuestión de xeración: canto máis novo se é, menos se gasta en peixes; e, en sentido contrario, os estratos de poboación comprendidos entre 43-72 anos son os que máis dedican, das súas rendas, aos gastos alimentarios de peixe.

O anterior fai que Lacombe et al. (2016) a mostrar os teóricos perfís dos e-compradores de produtos pesqueiros, que expresamos na seguinte táboa.

CARACTERÍSTICAS E TRAZOS DE REFERENCIA	PERSOAS INTERESADAS EN COMPRAR PRODUTOS PESQUEIROS POR INTERNET
Composición dos fogares	Parellas de 3-4 persoas con 1-2 fillos pequenos
Lugar de compra de produtos pesqueiros	Grandes almacéns
Rendas principais	Poder de compra elevada
Estratos de idade	Mocidade (25-54 anos)

Cadro 3.
Perfís dos compradores de peixe.

O e-commerce dos produtos pesqueiros parece ser prioritario das novas xeracións, moi en liña cos mesmos desexos e preferencias por outros produtos. En teoría, a venda en liña é un servizo cada vez máis demandado, malia aínda estar escasamente desenvolvido. Unha parte da explicación é a reticencia dos consumidores canto ás compras, dado que non están habituadas nin posúen o costume de facelo. De aí que os expertos traten de explicar as vantaxes e os beneficios da venda a distancia dos produtos pesqueiros, na medida en que as motivacións de compra son diferentes atendendo á canle de compra utilizado.

Desta forma, as principais motivacións de compra por parte das persoas consumidoras sobre as canles de internet e comercio físico non expresan as distintas posibilidades de compra. Desde a opción de poder adquirir un produto en calquera momento, as ganancias anotadas en termos de tempo, as entregas a domicilio, expresan tres grandes beneficios da venda por internet. Pola contra, as desvantaxes céntranse no feito de non ver o produto, o temor a que non posúa a calidade e o frescor demandados, ou os tempos de entregas e a ocultación dalgún dato relativo á trazabilidade constitúen aspectos que limitan a compra.

COMERCIO FÍSICO	COMERCIO POR INTERNET
- Produtos alimentarios. A disposición do test de produto.	- Ganancia de tempo e entrega. - É unha compra que se efectúa en todo momento e desde calquera lugar.
- Practicidade. Non ten custo de entrega, transporte.	- Prezo. Permite a comparación dos prezos de maneira fácil e rápida.
- Relacional. Un benefíciase de consellos e recomendacións do vendedor.	- Produtos, un pode escoller produtos e comparar diversas opcións de ofertas.
- Prezos, responde á satisfacción das necesidades e do pracer.	- Produtos, un pode escoller produtos e comparar diversas opcións de ofertas.

Cadro 4.

Principais motivacións para a compra de produtos pesqueiros atendendo á forma de venda.

02

**O SECTOR PESQUEIRO:
UNHA ANÁLISE
DO SEU SIGNIFICADO
E RELEVANCIA**

02

02

O SECTOR PESQUEIRO: UNHA ANÁLISE DO SEU SIGNIFICADO E RELEVANCIA

2.1

INTRODUCCIÓN

O sector pesqueiro é unha actividade emerxente, amplamente consolidada. Nos últimos 50 anos experimentou un crecemento moi notable, contribuíndo tanto ao benestar económico e social das comunidades litorais como exercendo de subministrador mundial de produtos destinados ao consumo humano. O auxe da pesca e da acuicultura ao longo destes últimos anos maniféstase con dous datos elocuentes: o primeiro, o crecemento da produción de peixe (cunha taxa media do 2,5 % anual no período 1980-2019), que supera ao índice de crecemento da poboación mundial (1,7 % anual); e, o segundo, a subministración mundial de peixes comestibles *per cápita* aumentou desde unha media de 9,9 kg/habitante/ano na década do sesenta ata os 15,8 kg/habitante/ano en 2000. Estas tendencias prolónganse ata hoxe en día: a produción pesqueira ascende a 177 millóns de toneladas (144,9 millóns en 2010) e o consumo *per cápita* sobe ata os 20 kg/habitante/ano en 2019 (18,4 kg/habitante/ano en 2010).

A globalización pesqueira responde ao crecemento, máis ou menos intenso, da actividade económica extractiva, industrializadora e de distribución cuxo ámbito de actuación abrangue máis aló das fronteiras nacionais politicamente definidas, así como aos procesos de expansión das flotas pesqueiras nas distintas áreas de pesca do planeta. Esta ampla concepción da globalización reflicte claramente as actuais tendencias das pesqueiras do mundo.

O desenvolvemento tecnolóxico da actividade pesqueira alentou unha ampla rede de relacións comerciais, subministradas polas grandes flotas de augas afastadas que operan máis aló das fronteiras marítimas dos seus estados nacionais.

Constátase, así mesmo, unha ampla desconexión entre as rexións de subministración pesqueira coas áreas de consumo e contabilízase un fluxo das capturas en relación coa subministración ou para o abastecemento, o cal dá lugar a unha configuración particular da seguridade alimentaria mundial.

O traballo estrutúrase en cinco apartados. Primeiramente, analízanse os intercambios comerciais resaltando o notable papel que desempeñan as exportacións e a desagregación dos fluxos entre os países desenvolvidos e os países en desenvolvemento. En segundo lugar, salientase sobre a función do comercio pesqueiro na economía dos países en desenvolvemento e sublíñase a nova relación, a nivel mundial, das forzas entre os países importadores e exportadores. A terceira epígrafe dedícase a estudar as características do comercio mundial atendendo aos produtos e ás súas cotas polo que respecta á produción e ao comercio. O cuarto apartado fai referencia ás subministracións e ás demandas de produtos pesqueiros para poder resaltar os distintos graos que destinan os países tanto no consumo humano como a outros fins non alimentarios. Finalmente, en quinto lugar, especificamos as tres fases do comercio mundial de produtos pesqueiros, subliñando as súas características máis sobresalientes.

2.2

A PRODUCCIÓN E OS INTERCAMBIOS COMERCIAIS

O comportamento da produción caracterizouse por un forte crecemento das capturas a partir dos anos sesenta do século pasado para concluír nunha retardación destas nos primeiros anos do século XXI (Worm *et al.*, 2009; FAO, 2012). Das cifras da produción e das taxas medias de crecemento anual por décadas extráense varias conclusións:

- No campo da pesca de captura a dinámica é moi clarificadora: forte crecemento nos anos oitenta (taxa media de crecemento anual do 2,3 %); menos pronunciada na década do noventa (1,0 %); negativas para o período 2000-2010 (onde se aprecia un descenso do -0,7 %) e posteriormente un novo crecemento do 0,7 % anual na fase 2010-2019. A devandita atenuación do crecemento da pesca de captura débese ás achegas cada vez menos intensas dos países desenvolvidos que ven diminuír a súa participación no conxunto da pesca de captura a favor dos países en desenvolvemento. Os países desenvolvidos pasan de contabilizar unha captura de 37 millóns de toneladas en 1980 a rexistrar 24,5 millóns de toneladas en 2010 e 23,3 millóns de toneladas en 2019; en tanto que os países en desenvolvemento aumentan as súas achegas de 30 millóns de toneladas en 1980, a 63 millóns no ano 2010 e 69 millóns de toneladas en 2019; pois duplica o seu volume e cunhas taxas medias de crecemento moi elevadas ao longo dos anos oitenta (4,6 %) e noventa (3,4 %); negativas na primeira década do século XXI e, de novo, positivas entre 2010-2019.

- Constátase un maior peso da acuicultura ao longo dos últimos anos. De representar o 6,5 % do total de produción no ano 1980 pasa a alcanzar o 25,7 % no ano 2000 e ao redor do 48 % en 2019. Pero, sobre todo, quen presenta un crecemento maior é a produción procedente da acuicultura continental que pasa de 2,7 millóns de toneladas en 1980 a 41,7 millóns en 2010 e 53,3 millóns en 2019, ata lograr un peso do 30 % do total da produción mundial, moito máis que as achegas da acuicultura mariña que oscilou dos 2,4 millóns en 1980 aos 18,1 millóns no ano 2010 e 32 millóns de toneladas en 2019.
- Dentro da acuicultura son os países en desenvolvemento os que máis contribuíron á produción total, pois representan o 45 % do total mundial e manteñen taxas de crecemento anuais elevadas (máis do 10 % de crecemento anual nas décadas finais do século XX e ao redor do 5 % nas dúas primeiras décadas do século XXI). Así, na década do oitenta mostran unha taxa media anual de crecemento do 13,15 % e nos anos noventa do 10,9%; para, nos anos do século XXI, sosterse por volta do 6,3 %. Estas cifras son moi superiores ás taxas anuais medias rexistradas pola produción acuícola dos países desenvolvidos que se manteñen máis estables (2,3 % na década do oitenta, 2,8 % na primeira década do século XXI e un 2,7 % nos últimos dez anos).

	1980	1990	2000	2010	2019	1980- 1990	1990- 2000	2000- 2010	2010- 2019
Total	71,9	97,7	126,0	148,5	177,8	3,1	2,6	1,4	2,3
Augas marítimas	64,5	83,7	98,7	98,5	112,4	2,6	1,7	-0,1	1,5
Augas continentais	7,5	14,1	27,3	46,8	65,4	6,6	6,8	5,5	3,8
Acuicultura	4,7	13,1	32,4	57,7	85,3	10,8	9,5	5,9	4,4
Países desenvolvidos	1,7	2,8	3,5	4,1	4,7	5,3	2,3	1,5	1,6
Países en desenvolvemento	3,0	10,2	28,9	53,7	80,7	9,0	13,9	11,3	6,4
Captura	67,2	84,7	93,6	87,1	92,5	2,3	1,0	-0,7	0,7
Países desenvolvidos	36,5	37,5	28,0	24,0	23,3	0,3	-2,9	-1,5	-0,3
Países en desenvolvemento	30,7	47,2	65,6	63,1	69,2	3,1	3,2	4,5	2,7

Cadro 1.

Produción pesqueira (en toneladas) e taxas medias de crecemento anual por décadas.
Fonte: elaboración a partir de datos FAO, Estatísticas pesqueiras.

O volume de intercambios dos produtos pesqueiros incrementouse nos últimos anos e o seu ritmo é acelerado e sostido. Presenta unhas taxas de variación anuais máis intensas que os propios crecementos das capturas totais. E a porcentaxe que representan as exportacións sobre a produción desembarcada son cada vez maiores, xa que excede o 38 % no ano 2019, cando a comezos da década dos sesenta representaba, soamente, o 10 %.

No período 1976-2010 o comercio pesqueiro aumentou, en termos de valor, moi notablemente, a unha media superior ao 8 % anual. O total das exportacións mundiais de peixe e produtos pesqueiros foi, en 2010, de 109.274 millóns de dólares e as importacións alcanzaron un total de 111.314 millóns de dólares.

O período que abarca 2010-2019 mostra, así mesmo, unha tendencia crecente ata chegar a sumar en 2019 as exportacións un total de 236.000 millóns de dólares e as importacións ao redor dos 260.000 millóns de dólares. As razóns dos devanditos incrementos pódense explicar en función da maior globalización dos intercambios, das maiores intensidades dos cambios estruturais da economía e, máis en concreto, das actividades pesqueiras no seu sentido máis amplo; tamén polas dinámicas de subcontratación dos elaborados e transformados en fábricas situadas nos países en desenvolvemento, aproveitando as vantaxes comparativas existentes nos devanditos países.

Así mesmo, aprécianse, ao longo deste período, uns cambios substanciais no que respecta aos procesos de liberalización comercial, á globalización dos sistemas de abastecemento e circuitos alimentarios e ás innovacións tecnolóxicas, que afectan, e teñen impacto considerable, nos distintos niveis de subministración e consumo de peixe (Guillotreau *et al.* 2008). Como resultado destas variacións estruturais os intercambios comerciais dos produtos da pesca benefíciáanse das melloras na elaboración e empaquetado dos produtos pesqueiros, dos avances tecnolóxicos, económicos e de seguridade nos transportes e mais dos profundos cambios na distribución e centralización dos devanditos produtos. Deste xeito, os produtos pesqueiros aumentan o seu peso no comercio internacional.

	1960- 1970	1970- 1980	1980- 1990	1990- 2000	2000- 2010	2019
Produción	51.876	67.022	88.420	113.489	136.551	177.871
Exportacións	5.487	8.428	14.106	23.150	52.925	66.445
% exportacións/ produción	10,57	8.428	15,95	20,39	38,75	37,4

Cadro 2.

Produción e comercio internacional de produtos pesqueiros por décadas (media anual expresada en millóns de toneladas de peso vivo).
Fonte: elaboración a partir de datos FAO. Estatísticas pesqueiras.

Se se desagregan os fluxos comerciais dos produtos pesqueiros aprécianse cambios substanciais nos intercambios. Dunha banda, atendendo ás fases históricas, o maior crecemento do comercio prodúcese a partir da década dos anos oitenta e consolídase nos anos noventa. Da outra, na primeira década do século XXI mantense unha liña crecente, aínda que de menor intensidade que en decenios precedentes. O máis relevante é o cambio de comportamento das importacións e as exportacións, aínda que os seus crecementos vaian moi parellos.

Ata comezos dos anos noventa, as exportacións superaban as importacións e eran efectuadas, preferentemente, polos países desenvolvidos. A partir desa década son as importacións as que superan as exportacións e correspóndelles aos países desenvolvidos a primacía nestes fluxos comerciais. Destaca, igualmente, o feito de que os países en desenvolvemento, na primeira década do século XXI, aumentan de forma moi significativa o seu papel no comercio internacional, sinaladamente no campo das importacións e excedendo ostensiblemente aos países desenvolvidos no ámbito das exportacións. O comercio internacional dos produtos pesqueiros salienta, en suma, polos seguintes aspectos:

- O volume total de produtos pesqueiros exportados é crecente son máis relevantes as exportacións que levan a cabo os países en desenvolvemento, que rexistran volumes moi superiores ás efectuadas polos países desenvolvidos (33,6 e 22,6 millóns de toneladas no ano 2010, e 40,4 e 26 millóns de t, respectivamente, en 2019).
- Nos países desenvolvidos a porcentaxe que representan as exportacións sobre a produción total vai en aumento, ao pasar do 16 % en 1970 ao 37 % no ano 2000, que é cando comeza a estabilizarse en porcentaxes similares, o que pon de manifesto que os países desenvolvidos apostan e especialízanse, cada vez máis, na distribución internacional abarcando máis mercados e afianzando o seu posicionamento comercial.
- Os países en desenvolvemento son os que máis aumentan, en termos absolutos, as súas exportacións (contabilízanse 34 millóns de toneladas en 2010 e 40 millóns de toneladas en 2019, cando apenas superaban o millón de toneladas en 1970), aínda que a porcentaxe destas sobre a produción total se incrementa en menor proporción que os aumentos dos países desenvolvidos (4 % en 1970 para pasar ao 12 % en 1990 e alcanzar o 27,3 % en 2010 e o 27,0 % en 2019).
- En consecuencia, a tendencia do comercio internacional é crecente tanto polas propias dinámicas de países desenvolvidos como polos países en desenvolvemento; o destino de ambos os comercios son os mercados internacionais.
- Se analizamos os fluxos comerciais en termos de valor, os países en desenvolvemento logran no campo das exportacións un aumento moi notable que fai que estas desempeñen un rol moi importante nas súas economías nacionais. De igual forma, as súas importacións aumentan moi intensamente nos últimos dez anos respecto de décadas anteriores.

- Os países desenvolvidos, pola súa banda e en termos de valor, rexistran fortes aumentos no ámbito das importacións (con taxas medias de variación nas tres últimas décadas do 9,7 %, 3,8 % e 5,4 %). As súas cantidades son moi superiores ás que mostran os países en desenvolvemento (84,4 e 26,9 miles de millóns de dólares, respectivamente, para o exercicio 2010).
- No campo das exportacións, os países desenvolvidos manteñen unha tendencia crecente e, no ano 2010, os seus volumes de vendas son moi parellos aos que mostran os países en desenvolvemento, cando 30 anos antes, tanto o montante como o diferencial, eran escasos.

	1980	1990	2000	2010	2019	1980- 1990	1990- 2000	2000- 2010	2010- 2019
Importacións	19,7	33,5	48,8	57,5	65,4	5,4	2,8	1,6	1,4
Países desenvolvidos	14,6	23,1	20,4	33,0	32,4	4,7	2,8	0,8	-0,2
Países en desenvolvemento	5,2	10,4	20,4	24,5	33,0				
Países menos adiantados	0,2	0,3	0,2	0,7	1,5	5,0	-2,7	11,5	8,8
Outros países en desenvolvemento	5,0	10,1	18,2	23,8	31,5	7,3	6,1	2,7	3,2
Exportacións	21,0	32,4	47,5	54,9	66,6	4,4	3,9	1,5	3,3
Países desenvolvidos	12,0	15,2	20,3	22,8	26,1	2,4	2,9	1,2	1,5
Países en desenvolvemento	9,0	17,2	27,2	32,1	40,5				
Países menos adiantados	0,2	0,3	0,7	1,4	3,5	4,5	7,7	7,6	10,7
Outros países en desenvolvemento	8,8	16,9	26,5	30,7	30,7	6,7	4,8	1,5	2,1

Cadro 3.

Comercio de peixe e taxas medias de variación anuais por décadas (expresadas en millóns de toneladas).

	1980	1990	2000	2010	2019	1980- 1990	1990- 2000	2000- 2010	2010- 2019
Importacións	16,0	39,4	60,1	111,2	159,8	9,4	4,3	6,3	4,1
Países desenvolvidos	13,5	34,1	49,9	83,6	107,7	9,7	3,9	5,3	2,9
Países en desenvolvemento	2,5	5,3	10,2	27,6	52,1				
Países menos adiantados	0,1	0,2	0,1	0,5	1,1	7,1	-5,3	15,4	8,9
Outros países en desenvolvemento	2,4	5,1	10,1	27,1	51,0	7,9	7,1	10,4	7,3
Exportacións	15,4	35,5	55,8	110,7	161,9	8,7	4,6	7,1	4,3
Países desenvolvidos	9,3	20,4	27,2	53,8	74,9	8,2	2,9	7,0	3,8
Países en desenvolvemento	6,2	15,1	28,6	56,9	87,0				
Países menos adiantados	0,3	0,7	1,3	2,4	4,1	10,2	5,9	6,5	6,3
Outros países en desenvolvemento	5,9	14,4	27,3	54,5	82,9	9,4	6,6	7,2	4,8

Cadro 4.

Comercio de peixe e taxas medias de variación anuais por décadas (expresadas en miles millóns de dólares).
Fonte: elaboración a partir de datos FAO. Estatísticas pesqueiras.

2.3

A FUNCIÓN DO COMERCIO PESQUEIRO

O comercio pesqueiro caracterízase pola súa variedade e heteroxeneidade. A función do comercio pesqueiro varía atendendo á consideración económica dos países. Para os países en desenvolvemento é moi relevante, pois constitúe unha notable fonte de ingresos en divisas e en xeración de emprego, de ingresos e de seguridade alimentaria. Os datos de FAO (FAO, 2012) son moi relevantes da situación: o comercio pesqueiro representa o 10 % das exportacións agrícolas e o 1 % do comercio mundial en termos de valor.

Os países en desenvolvemento xeraron, para o ano 2019, un 80 % da produción mundial de peixe e as súas exportacións representaron o 27 % das exportacións mundiais de peixe e produtos pesqueiros (40.440 miles de toneladas). Iso significa que a industria pesqueira dos países en desenvolvemento depende en gran medida da demanda dos países desenvolvidos tanto para o seu consumo doméstico como para o aprovisionamento de materias primas. Así, o 75 % das exportacións pesqueiras dos países en desenvolvemento, en termos de valor, tiveron como destino os países desenvolvidos.

Outra notable apreciación é que as exportacións netas de peixe e produtos pesqueiros (isto é, o valor total das exportacións de peixe menos o valor total das importacións de peixe) son moi relevantes para os países en desenvolvemento, ata o punto de podermos afirmar que son máis elevadas que as achegas doutros produtos agrícolas, como o arroz, a carne, o azucre, o café ou o tabaco.

Os países desenvolvidos, pola súa banda, rexistran o 74 % das importacións de peixe en termos de valor e un 57 % en termos de cantidade. Os países desenvolvidos dependen, cada vez máis, das importacións e da acuicultura para poder satisfacer o seu crecente consumo. De aí, a constatación de intensos fluxos comerciais entre países en desenvolvemento e países desenvolvidos, a pesar de diversas circunstancias que dificultan este intercambio, tales como as relativas ás normas de calidade, á inocuidade das importacións, aos obstáculos aduaneiros e tarifarios etc.

	2010	2017	2018	2019
Total produción mundiais	144.943	172.778	178.966	177.871
Total exportacións mundiais	54.611	65.068	66.518	66.445
% exportacións/ produción	37,7	37,7	37,2	37,4
Países desenvolvidos				
Produción	28157	29365	29353	28059
Exportacións	22770	26346	26695	26005
% exportacións/produción	809	897	907	927
Países en desenvolvemento				
Produción	116767	143400	149599	149798
Exportacións	31840	38722	39823	40440
% exportacións/produción	27,3	27,0	26,6	27,0

Cadro 5.

Comercio internacional de produtos pesqueiros (expresados en miles de toneladas).
Fonte: elaboración a partir de datos FAO. Estatísticas pesqueiras.

O comercio pesqueiro, medido en termos de exportacións, creceu de maneira notable no período 1980-2010, xa que pasou de 15.400 a 109.300 millóns de dólares. O comercio no ano 2009, consecuencia da contracción económica mundial, reduciuse un 6 % respecto ao ano precedente en termos de valor, aínda que en volume comercializado, medido en equivalentes en peso vivo, aumentou un 1 %.

E no ano 2010 o comercio de produtos pesqueiros aumentou, de novo, ata os 109.000 millóns de dólares, cun incremento do 13 % en valor e o 2 % en volume respecto ao ano 2009. As causas destes incrementos son os fortes aumentos da demanda de produtos pesqueiros por parte dos países en desenvolvemento e os aumentos dos prezos.

Este incremento do comercio internacional de produtos pesqueiros (tanto en cantidades como en valor) reflicte a intensa dinámica globalizadora da cadea de valor do sector pesqueiro, que retroalimenta novas decisións empresariais tanto no que concirne aos procesos de deslocalización, como no que incumbe á elaboración dos produtos. Ademais, a emerxencia e consolidación das grandes cadeas de distribución e a súa actuación nas etapas finais das cadeas de valor, permiten exercer unha posición de dominio comercial que, ao actuar sobre as negociacións ao redor das cantidades, calidades e prezos do peixe, condicionan o desenvolvemento das actividades pesqueiras; sobre todo no que se refire a certas especies e a determinados operadores de pequena escala.

A deslocalización maniféstase nos disímiles custos de man de obra, no tempo de transporte e na elaboración do produto. A propia implantación e desenvolvemento das canles de distribución internacional a través de grandes comerciantes polo miúdo acentúan a devandita tendencia. Estes cambios maniféstanse, así mesmo, nas novas matrices referidas aos intercambios comerciais de produtos pesqueiros que se visualizan nas novas ponderacións mundiais e a escala nacional tanto na produción como no comercio.

Asia, e máis en concreto China, convertéronse no primeiro exportador de peixe (aínda que tamén China é un elevado importador de materias primas de distintas partes do mundo para elaborar e exportar, a continuación, produtos transformados). As tres áreas máis importantes tocante ás compras de peixe son a Unión Europea, Xapón e EE. UU. (Swartz *et al.* 2010). A UE-27 é o maior mercado de peixe e, por tanto, mostra unha significativa dependencia de produtos que a converten na área de maiores importacións de produtos pesqueiros. No ano 2008 as compras ascenderon a 44.700 millóns de dólares, equivalentes ao 42 % do total mundial, aínda que se excluímos o comercio interrexional, a UE-27 importou por valor de 23.900 millóns de dólares. As importacións do Xapón son moi relevantes, pero experimentan unha redución (contabilízanse ao redor de 14.900 millóns de dólares), relacionada coa caída da demanda interna, e mostran unha grande especialización (camarón/gambas, atún e salmónidos). Pola súa banda, EE. UU. converteuse no segundo grande importador de produtos pesqueiros mundiais, cunha tendencia crecente e sostida. As súas importacións ascenden a 14.135 millóns de dólares no ano 2008, en tanto as especies prioritarias, no que se refire ás compras exteriores, son o camarón/gamba, os salmónidos, os cangrexos e os túnidos. Recentemente, advírtese un crecente empuxe das tilapias e do panga.

A resultados dos cambios que afectan á matriz de intercambios de produtos pesqueiros é fácil constatar que a Unión Europea se converteu nunha área fortemente importadora e dependente de países terceiros. Máis do 53% das importacións da UE son extracomunitarias; ou sexa, hai unha forte dependencia exterior. Son significativas as porcentaxes que significan as compras ao continente asiático (11,8 %), as procedentes de centro-América (10,5 %) e de África (9,4 %).

O resto de Europa representa o 15,4 %. En cambio, as exportacións da UE están claramente orientadas cara ao continente europeo, de modo que destaca o feito de que o 82,5 % son de carácter intra-comunitario, mentres o resto de Europa logra o 4,1 %, o que fai que o continente europeo sume conxuntamente o 87 %. O resto das exportacións distribúense entre o continente africano (2,6 %) e o asiático (2,9 %), mentres que unha pequena porcentaxe se canaliza cara a América do Norte (1,4 %). Se especificásemos a matriz de intercambios europeos atendendo ás correntes comerciais de produtos pesqueiros por países, observaríamos que os fluxos se concentran en países cos que existe algún acordo pesqueiro, mais tamén o devandito requisito non é imprescindible para a existencia dunha forte corrente importadora, como o proban as cifras de intercambios pesqueiros procedentes de Tailandia ou de Vietnam. Pola súa banda, as exportacións están dirixidas, preferentemente a países con maiores niveis de renda.

	Exportacións			Importacións		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Asia	260	290	307	275	28,1	28,3
África	37	41	44	18	2,0	2,2
Centroamérica	19	17	19	09	0,9	1,0
Suramérica	76	89	02	07	1,0	1,1
Norteamérica	82	82	88	137	15,1	15,6
Europa	288	319	352	360	41,3	46,6
Oceanía	22	22	22	10	1,1	1,2
Total mundo	784	859	923	815	89,6	96,0

Cadro 6.

Intercambios comerciais de produtos pesqueiros atendendo ás áreas xeográficas (expresados en billóns de dólares EE. UU.).
Fonte: elaboración a partir de datos FAO. Estadísticas pesqueiras.

A nivel de países, China mantén o primeiro lugar mundial, pois rexistra para o ano 2019 un valor das exportacións de 20.074.881 millóns de dólares (moi superior aos 3.603 millóns de dólares de 2000), seguido de Noruega con 11.994.519 millóns de dólares (3.533 no 2000). En terceiro lugar sitúase Vietnam con 8.611.497 millóns de dólares (1.481 millóns de \$ en 2000) e en cuarto lugar, Chile con 6.557.176 millóns de dólares.

A continuación desta listaxe de países exportadores sitúase un novo grupo de estados emerxentes e desenvolvidos, entre os cales salientan: Tailandia (5.838.038 millóns de dólares); Países Baixos (5.677.082 millóns de dólares); Canadá (5.672.680 millóns de dólares); Estados Unidos (5.638.761); e Ecuador (5.518.082). España ocupa o posto número 13 cunhas importacións de 4.694.657 millóns de dólares. Os 10 primeiros países exceden no ano 2010 máis do 50 % do total das exportacións mundiais e mostran unha taxa de crecemento porcentual medio anual para a última década do 8,1 %, moi superior ao resto dos países (5,7 %) e ao conxunto mundial (6,9 %), o cal pon de manifesto a existencia dun proceso de concentración e de polarización xeográfica no que atinxe aos intercambios comerciais pesqueiros, que subliña os principais países e sinala os principais fluxos de produtos pesqueiros.

As importacións, pola súa banda, suman no ano 2010 un total de 111.786 millóns de dólares. Son máis elevadas que as rexistradas no ano 2000 (que ascenderon a 60.089 millóns de dólares) e que en 2005 (que rexistraron 81.255 millóns de dólares). Para o ano 2010, o ránking de países importadores encabézaos Estados Unidos de América con 23.316.681 millóns de dólares (15.496 millóns de dólares en 2010), seguido da China con 17.935.553 millóns de dólares (6.162 millóns de 2010) e Xapón con 15.128.022 millóns de dólares (14.973 en 2010). En cuarto lugar sitúase España con 8.073.094 millóns de dólares (6.637 en 2010) e, a seguir, Francia (6.644.141), Italia (6.574.309), Alemaña (5.826.688), República de Corea (5.578.400); Suecia (5.266.272) e Reino Unido (4.537.998).

Este grupo de importadores consolídase e, ano a ano, incrementan as súas porcentaxes sobre o total mundial, dadas as fortes demandas de produtos pesqueiros por parte dos seus habitantes. Os 10 primeiros países importadores suman, aproximadamente, o 70 % do total das compras mundiais ata alcanzar en total 69.949 millóns de dólares en 2010 e un índice de crecemento porcentual medio anual do 10,3 %, para o período 2000-2010.

	Exportacións				Importacións		
	2000	2010	2019		2000	2010	2019
China	3.603	13.268	20.074	Estados Unidos	10.451	15.496	23.316
Noruega	3.353	8.817	11.994	China	1796	6162	17.935
Vietnam	1.481	5.109	8.611	Xapón	15.513	14.973	15.128
India	1.405	2.559	6.846	España	3.352	6.637	8.073
Chile	1.794	3.394	6.557	Francia	2.984	5.983	6.644
Tailandia	4.367	7.128	5.838	Italia	2.535	5.449	6.574
Países Baixos	1.344	3.558	5.677	Alemaña	2.262	5.037	5.826
Canadá	2.818	3.843	5.672	Rep. Corea	1.385	3.193	5.573
Estados Unidos	3.055	4.661	5.638	Suecia	709	3.316	5.266
Ecuador	587	1.789	5.518	Reino Unido	2.184	3.702	4.537
Rusia	1.386	2.848	5.449	Países Baixos	1.161	2.792	4.498
Dinamarca	2.756	4.147	4.837	Dinamarca	1.806	3.004	3.903
España	1.597	3.396	4.694	Tailandia	781	2.137	3.675
Indonesia	1.584	2.561	4.498	Hong Kong	1.948	3.040	3.450
Suecia	498	2.657	4.489	Canadá	1.388	2.263	3.171
Total	55.750	108.562	161.858	Total	60.089	111.786	159.797

Cadro 7.

Principais países exportadores e importadores de peixe e produtos pesqueiros (en millóns de dólares USA).
Fonte: elaboración a partir de datos FAO. Estatísticas pesqueiras.

Estas características do comercio internacional de produtos pesqueiros ratifican a importancia que posúe o sector pesqueiro no desenvolvemento económico dos países. As exportacións de peixe que superan o 8 % do total das exportacións totais do país, en termos de valor destas, rexístranse en Feroe, Islandia, Maldivas, Panamá, Tonga, Seychelles, Namibia, Madagascar, Senegal, Ecuador, Nicaragua, Mauritania, Marrocos e Myanmar. Pola contra, a listaxe dos países en que as importacións pesqueiras superan o 0,4 % das importacións totais de devanditos países, encabézana Mauricio, Costa Marfil, Samoa, República de Corea, Camerún, Portugal, Congo, Xapón, España, Suecia, Benin e Nixeria; ou sexa, o grupo máis dependente dos intercambios comerciais ao obxecto de abastecer as demandas de consumo humano e industrial.

No que respecta aos prezos dos produtos pesqueiros apréciase un incremento no período 2006-2008 ata niveis de récord. Os factores que máis incidiron nos devanditos aumentos son: os incrementos do prezo de petróleo (coa súa repercusión nos custos das operacións); os incrementos de fretes (coa consabida repercusión nos prezos finais) e as fortes oscilacións nas capturas (cos seus efectos directos nas ofertas). Como resultantes destas dinámicas, os prezos dos produtos pesqueiros elévanse nos últimos anos (Kurien, 2005).

O índice de prezos de FAO para produtos pesqueiros convértese nun novo instrumento para analizar a produción mundial dos produtos do mar procedentes tanto das capturas como da acuicultura e constitúe unha orientación para os mercados. Elaborado pola Universidade de Stavanger, a Pontífica Universidade Católica do Perú e a FAO, cobre o 57 % de todo o peixe comercializable internacionalmente. A súa dinámica reflicte os seguintes puntos: a) de febreiro 2007 a setembro de 2008 o índice sobe de 93,6 a 128,0 (sobre unha base media de 1998-2005 equivalente a 100); e b) durante este período os prezos de captura incrementáronse máis que os procedentes da acuicultura (137,7 por 117,7). Porén, a crise financeira que comeza no verán de 2007 supuxo uns cambios significativos.

Dunha banda, dá inicio unha fase de caída dos prezos dos alimentos e, por mor diso, do peixe e dos seus produtos derivados. E da outra, tamén se asiste a un descenso do volume do comercio pesqueiro internacional (un 7 % de diminución contabilízase no ano 2009 respecto ao 2008). Posteriormente, aumentou un 9 % no ano 2010 e estímase un crecemento dun 12 % no ano 2011. Ademais, como singularidade, sublíñase o feito de os prezos das especies da pesca de captura aumentaren máis que os das especies cultivadas, debido, fundamentalmente, ás maiores repercusións do encarecemento da enerxía nas operacións dos buques de pesca.

2.4

ETAPAS DA EVOLUCIÓN DOS MERCADOS PESQUEIROS

As conclusións dos traballos da III Conferencia de Nacións Unidas sobre o Dereito do Mar (1982), pola que se instauran as zonas económicas exclusivas e no que os estados costeiros asumen a xestión na ordenación e regulación pesqueira, supuxeron un cambio radical nas posibilidades de pesca e nas expectativas das actividades pesqueiras. As devanditas modificacións xurídicas tiveron consecuencias moi salientables: a) definición das áreas de pesca con acceso controlado, onde se establecen as primeiras limitacións no exercicio da pesca; b) defínense e aplícanse restricións de acceso a determinadas embarcacións e impóñense determinadas condicións de pesca; c) foméntase a necesidade de negociar as distintas posibilidades de pesca por parte dos países e flotas tanto nos caladoiros tradicionais como nas novas áreas de capturas; e, d) finalmente, as devanditas modificacións alteran os fluxos comerciais dos produtos da pesca. As consecuencias destas mudanzas e alteracións derivadas dos novos marcos xurídicos explicitan as novas e distintas traxectorias seguidas polas flotas e axentes económicos.

Podemos destacar tres fases históricas no comercio pesqueiro mundial: a) a etapa expansionista; b) a etapa baseada na diversificación e especialización; e c) a etapa globalizadora.

A etapa expansionista (antes de 1982) salienta pola constante incorporación de novas unidades de pesca, de maior tamaño, no exercicio extractivo. Considérase á pesca unha actividade de futuro, de grandes oportunidades, xeradora de rendas e estimuladora de intensos asentamentos de poboación e de rendas. Esta ancoraxe territorial marcará unha etapa decisiva, pois consolida as comunidades de propietarios e as propias economías locais basearán nas mencionadas actividades extractivas o soporte do seu posicionamento.

Os obxectivos principais desta etapa correspóndense co abastecemento, de maneira indistinta, aos mercados locais/regionais/nacionais. Baséanse na existencia dunha demanda crecente derivada dos aumentos demográficos e dos incrementos de rendas. As continuas recomendacións para aumentar a variedade alimentaria son escoitadas por vendedores/asentadores/distribuidores e, con iso, amplíase a demanda de especies tradicionais.

Os incrementos continuos de capturas dan lugar tanto á emerxencia e consolidación dos buques conxeladores, como ao expansionismo das pesqueiras de longa distancia. Este expansionismo coincide coas diversas proclamacións: a) a soberanía nacional costeira; b) a exclusividade das explotacións pesqueiras por parte dos países costeiros; c) o establecemento de zonas comúns de pesca, como a definida pola UE; ou d) a conformación de áreas comúns administradas polos organismos regionais de pesca.

As estratexias dos países desenvolvidos, posuidores de buques de elevado tamaño, plásmase en operacións de desprazamento dos excedentes e na creación de *joint-ventures* ou operacións instrumentais de cara a manter as actividades das flotas.

A segunda etapa foi a fase caracterizada pola diversificación produtiva e a apertura dos mercados (anos oitenta). Caracterízase, fundamentalmente, polos seguintes trazos: a) fortes transformacións técnicas e incorporacións tecnolóxicas máis sofisticadas no campo da detección e conservación dos produtos; b) distinta composición dos desembarcos, que se amplía a novas especies (as especies son capturadas máis aló das áreas pesqueiras tradicionais e tamén a maiores profundidades); e c) novos sistemas de regulación e cambios normativos na xestión (as primeiras ordenacións pesqueiras comezan a ter incidencia na xestión).

A maior concienciación sobre a necesidade de implementar lexislacións co fin de regulamentar e ordenar a xestión pesqueira tivo consecuencias no ámbito comercial. Por unha banda, a atribución e asignación de licenzas para pescar ou un mellor control do tráfico pesqueiro tivo unha repercusión nas capacidades de ofertas. E, doutra banda, as “competencias derivadas dos dereitos de propiedade” incidiron na calidade dos títulos habilitantes e nas licenzas de venda. Isto chegou a implicar unha substitución dos mercados tradicionais polos internacionais.

Finalmente, esta etapa caracterízase por unha transformación organizativa das empresas. Maniféstase tanto nos cambios relativos aos comportamentos industriais e o afianzamento de grupos empresariais integrados, como nun maior incremento dos procesos de transformación e valorización dos produtos pesqueiros. En suma, asístese a problemáticas pesqueiras moi multidisciplinares e de ámbito internacional, onde as dinámicas comerciais se caracterizan por unha concentración xeográfica no tocante aos países produtores e especies comercializadas e unha emerxencia da oferta procedente dos produtos da acuicultura.

A terceira fase é a correspondente á globalización pesqueira (século XXI). Os seus trazos baséanse na ampla especialización e diversificación pesqueira levada a cabo en anos precedentes e polos cambios no referido á reorientación das estratexias. Na medida en que se consolidaron os cambios xurídicos na orde oceánica e nos ámbitos do comercio internacional, a actividade pesqueira intégrase, totalmente, nos circuitos internacionais. Así mesmo, aprovéitase do intenso desenvolvemento tecnolóxico á vez que se insiste no respecto ao medio ambiente e as dinámicas da eco-labelización.

Definidos os novos ámbitos económico-comerciais, a apertura económica fai que o comercio dos produtos pesqueiros aumente e as transaccións se amplíen a máis países, especies pesqueiras e segmentos de mercado. Os cambios tecnolóxicos están a axudar de maneira moi profunda, sobre todo no que ten a ver cos produtos da acuicultura. E, as actuais dinámicas comerciais, subliñan: a) normas comúns de comercialización; b) regras de información aos consumidores; c) instáuranse réximes de intercambios con terceiros países; e d) sistemas de sostementos de prezos. Isto é, procúrase garantir a estabilidade nos mercados e fomentar a competitividade do sector. En suma, definir unha referencia en materia de prezos para evitar as súas flutuacións e volatilidade.

En consecuencia, estas tres fases manifestan conclusións moi relevantes:

- Os mercados pesqueiros son moi abstractos e dificilmente existen limiares de seguridade tanto para a intervención como para eliminar a volatilidade e a inestabilidade dos prezos.
- Os mercados pesqueiros son moi competitivos, xa sexa desde a perspectiva individual (aqueles onde predomina o *race to fish*, ou comportamentos irracionais), como empresariais (derivados do posicionamento e cotas de mercado mundiais). Consecuentemente, resulta difícil coñecermos con exactitude as estratexias de comercialización, quer dos operadores individuais, quer das grandes empresas.
- Gran complexidade á hora de establecer réximes de intercambios que permitan garantir o aprovisionamento a prezos/custos competitivos sen que se poñan en perigo as poboacións de peixes ou os stocks.
- Ampla variedade de normas de comercialización que, a forza de sermos sinceros, deben ser pertinentes e de fácil cumprimento.

FASES	CAMBIOS ESTRUCTURAIS MÁIS SOBRESALIENTES	DINÁMICAS COMERCIAIS
Antes de 1980	- Consolidación de economías territoriais en función da pesca. - Irrupción de buques conxeladores e de gran tamaño. - As actividades pesqueiras repou-san sobre bases territorializadas. - Forte expansionismo xeográfico. - Ampliación dos niveis de oferta pesqueira.	- Incremento da demanda. - Creación de <i>joint-ventures</i> para o comercio exterior pesqueiro. - Consolidación de mercados internacionais.
A partir de 1980	- Transformacións técnicas e incorporacións tecnolóxicas nos buques, artes de pesca e na detección de recursos. - Novos sistemas de regulación e significativos cambios normativos na xestión pesqueira. - Incremento dos procesos de transformación e valorización de produtos da pesca. - Afianzamento de grupos pesqueiros integrados. - Problemáticas pesqueiras moi multidisciplinares e de ámbito internacional.	- A produción pesqueira vai en aumento. - A acuicultura convértese nunha actividade emerxente; aínda non compite coa pesca e mantén unha posición discreta no campo da oferta. - Concentración xeográfica mundial polo lado das compras. - A UE convértese no primeiro importador mundial. - Grande heteroxeneidade da demanda. - Estruturación das filiais no campo empresarial. - Póñense as bases das normas de comercialización e afiázanse determinados hábitos de consumo.
A partir de 2000	- Intensifícase a especialización pesqueira en barcos, artes de pesca, especies e zonas. - Consólidase a diversificación produtiva e aséntanse conceptos de produtividade pesqueira. - Comeza a re-orientación das unidades de produción e os grupos empresariais. - Novas fórmulas xurídicas para acceder ás áreas de pesca e poder pescar. - Asíúmense criterios de precaución na xestión pesqueira. - Integración internacional dos circuítos comerciais. - Forte desenvolvemento tecnolóxico e maior respecto ambiental nas operacións de captura, industrialización e distribución.	- Medra a preocupación pola explotación de certas especies en determinadas áreas de pesca. - Dítanse normas de comercialización obrigatorias e cada vez o mercado é máis exixente nesta materia. - Reclámase e ofrécese unha maior información ao consumidor. - Imponse a trazabilidade. - Posta en práctica de réximes de intercambios con terceiros países. - Establecementos de sistemas de sostemento de prezos. - Estabilidade nos mercados mundiais a pesar da volatilidade económica internacional. - Maior competitividade sectorial. - Asíúmese unha aposta máis firme polas actuacións de protección ambiental.

Cadro 8.

Dinámicas do comercio pesqueiro.
Fonte: elaboración propia.

2.5

AS ESTRATEXIAS DOS ACTORES NA INDUSTRIA PESQUEIRA

O sector pesqueiro ten como obxectivo valorizar a súa produción e obter produtos con signos inequívocos de calidade. Todas as súas actuacións están nun continuo proceso de adaptabilidade a novos contextos. Entre as características do sector pesqueiro resaltamos a súa heteroxeneidade, a súa especificidade técnica e territorial e os seus intensos cambios estruturais. A disparidade dos lugares de pesca e a dificultade das condicións de acceso aos recursos, os distintos graos de especialización técnica aténdonos ás artes e modos de produción e aos procesos tecnolóxicos, ben como a ampla diversidade produtiva no tocante ás especies capturadas, permiten apuntar que o crecente “grao de especialización” impulsa a curto prazo novas recomposicións e delimita novas estratexias empresariais e de grupo, ben de tipo organizativo, ben de tipo funcionamento (González-Laxe, 2006; Martin-Palmero & González Laxe, 2021).

O amplo mosaico de realidades, posicionamento e comportamentos podemos reflectilo de maneira sintética no cadro núm. 9, en que se expoñen as distintas vinculacións e posibilidades de estratexia.

Mundo pesqueiro artesanal e costeiro	- Caracterizado pola súa vinculación territorial e enraizado na tradición e as relacións de veciñanza local. - Mantén unha forma de xerarquía específica, que presupón unha relación de estima que garante a autoridade ao longo do ciclo produtivo. - Responde a dispositivos asociados á familia que se rexen pola fórmula da “casa-empresa” familiar.
Mundo pesqueiro industrial	- Réxese acudindo a un sistema de selección de investimentos e de cálculo de rendibilidades (custos de oportunidade). - Existen regras e eixos que definen as coordenadas. - A eficacia constitúe o obxectivo superior común. - Depende da capacidade de organización para responder utilmente ás necesidades. - Pode presentar homoxeneidades de carácter espacial e relacións sincrónicas na modalidade industrial.

Mundo pesqueiro globalizado	*A competencia en calidade e en diferenciación do produto subliña o prezo. *O espazo é mundial, sen límites nin distancias. *A circulación de bens, capitais, tecnoloxías e persoas é libre. *Os axentes son todos clientes, competidores, compradores ou vendedores. *As relacións están marcadas polas condicións de oportunidade e a asunción dos riscos empresariais. *As relacións comerciais e as correspondentes ás de espazo-custo son os elementos que constrúen a “territorialidade” do mundo mercantil.
-----------------------------	--

Cadro 9.

Tipoloxías do sector pesqueiro.
Fonte: elaboración propia.

Os problemas estruturais do sector pódense resumir en catro apartados:

- Sobreexplotación dos recursos, na medida en que se aprecian descensos notables da biomasa reprodutora dos stocks, unha alta mortalidade por pesca, e un evidente desaxuste entre os recursos dispoñibles e a capacidade produtiva. Por tanto, afecta á viabilidade económica das unidades de pesca.
- Atomización da oferta. Predomina o comportamento individual na adopción de decisións; isto é, non adoita existir unha solidariedade de grupo, de aí o concepto de *race to fish* ou “a carreira por pescar”; insuficiencia organizativa para regular ou propor plans de captura por áreas, por especies ou por tempadas; verbo da natureza do comportamento prevalecen as actuacións a curto prazo e baséanse na extracción dun recurso común, sobre o que se pode actuar e onde un comportamento racional e de captura sostible por parte dun produtor non implica unha mellora a medio prazo do total da pesqueira sempre que os demais actúen de maneira individual, baixo perspectivas de curto prazo e rexeitando manter un comportamento colectivo previamente adoptado entre os produtores da zona e/ou do mesmo xeito de pesca.
- Unha oferta inadaptada á nova demanda, que se plasma en que fronte a unha demanda cada vez máis centralizada, ante a dificultade de contractualizar acordos cos compradores, e sobre a base dunha reducida capacidade de integración das actuacións e políticas dos produtores, a distribución dos produtos pesqueiros non supón garantía de fiabilidade, regularidade e de prezos coñecidos de antemán, co que no que incumbe aos produtos frescos as fortes oscilacións na oferta e o carácter perecedeiro dos produtos incide sobre as rendibilidades dos produtores; en tanto que nos produtos conxelados, as fortes correntes de intercambios mundiais alteran os prezos e desprazan as matrices do comercio internacional.

- Situación económica fráxil, en que, dadas as alzas nos custos de produción (o gasóleo e a man de obra son rúbricas que exceden o 60 % dos custos de explotación), a debilidade da rendibilidade económica vén motivada polos elevados niveis de amortización e da imposibilidade de actuar con desvalorizacións competitivas para defender os produtos nacionais.

Por parte do sector da distribución a análise mostra os seguintes procesos:

- Estratexia da concentración. Produciuse un amplo agrupamento e re-definíronse as estratexias das grandes empresas industriais co fin de reducir os custos, gañar economías de escalas e ampliar cotas de mercado (Monfort, 1998). Os propietarios están cada vez máis concentrados e son menos numerosos, E as razóns derívanse de buscar unha maior rendibilidade e de poder responder aos estándares da competencia europea e internacional das firmas rivais tanto en cuestión de tamaño como de competitividade. No caso das industrias pesqueiras de transformación e distribución tamén se debe á necesidade de garantir as subministracións e, por tanto, asegurarse certos niveis de aprovisionamento vía importacións.

É dicir, a estratexia da concentración resalta o feito e o obxectivo de obter e acceder a posuír unha certa influencia, unha mellor capacidade negociadora coa cadea de distribuidores e unha significativa mellora no que concirne aos accesos aos mercados europeos e mundiais. De aí que se tenda a unha maior industrialización e procesado como parte das dinámicas dos grupos innovadores e líderes. Este proceso xa se formulou en Francia, na medida en que os cinco primeiros grupos de distribución controlan o 95 % do mercado pesqueiro (o 25 % en 1980), ademais de pechar unha central de compras para certos distribuidores o que comportou a concentración de varias empresas en tal labor (Carrefour, Lucie, Opera e ITM, constitúen na actualidade o póker das supercentrais de compra) (Boude & Charles, 2005).

- Estratexia da integración. Os actores e os axentes económicos, co obxectivo de controlar os prezos e en consecuencia os resultados económicos, tratan de ofertar calidade e cantidade de maneira regular, sostida e garantida. Tal proceso leva a cabo para conseguir abordar unha integración mercantil nas distintas fases da industrialización pesqueira: captura, desembarco, procesamento, transformación e distribución. Para iso, é preciso completar desde os inputs ata os produtos finais. Os obxectivos finais radican na materialización de contratos directos entre propietarios e hipermercados, así como a posta en común da integración de certos negocios industriais, comerciais e financeiros.
- Estratexia da diversificación. Consistente en posuír unha melloría no campo da distribución, reducindo os custos ao longo dos procesos, amortizando os investimentos a curto prazo, desenvolvendo produtos propios, e gañando as oportunidades que ofrecen as novas demandas.

As dificultades actuais veñen derivadas dos problemas que axexan ao sector pesqueiro: diminución dos desembarcos, esgotamento de recursos, dificultades de condicións de acceso aos recursos e diminución de cotas de pesca xa sexa en augas xestionadas pola Unión Europea, xa sexa en augas internacionais xestionadas por países terceiros ou por organismos internacionais. Iso alimentou as importacións de peixes procedentes doutras latitudes e alterou as decisións estratéxicas das distribuidoras.

Os resultados advertidos ata o momento poñen de manifesto un descenso das marxes de beneficios que obrigan a re-situar certas actividades pesqueiras en diferentes áreas xeográficas dados os altos niveis de fragilidade e vulnerabilidade económica e comercial. (Sineiro, González-Laxe, Santiso, 2004). Por iso é polo que para algúns autores significa “unha situación caracterizada pola dominación dos distribuidores” (Gouin & Fady, 2000), así como unha especialización das áreas de distribución dos produtos pesqueiros e unha modificación das condicións de competencia/rivalidade (Green, Noronia, Schaller, 1999).

O funcionamento das distribuidoras e os mecanismos de aprovisionamento de produtos permite realizar un posicionamento das empresas atendendo ao seu carácter centralizado/descentralizado; independente/integrado; con franquía/afiliados, segundo analicemos a estrutura, o funcionamento ou a súa condición. Segundo sexa a súa connotación así saberemos como incide nos niveis de prezos, nas estratexias de explotación das empresas produtoras, nas opcións de pesca e nas políticas de produto.

Se as empresas desenvolven unha estratexia integrada supón unha centralización dos aprovisionamentos, daquela, demándanse produtos máis homoxéneos e pódense soste as especificacións territoriais. Pola contra, as estruturas independentes teñen como característica de seu a vocación por estaren vinculadas co sector extractivo, tratando de consagrar a súa estratexia cara á liberdade de elección de subministración, de aprovisionamento e de prezos con vantaxes competitivas, pero sempre asegurando as marxes aínda que con funcionamentos moi descentralizados. Baixo este contexto os principais criterios de referencia expresámoslos no cadro 10.

PUNTOS DE REFERENCIA	INDICADORES DE REFERENCIA
Subministradores	- Historial do subministrador. - Notoriedade e imaxe de marca.
Produto	- Calidades organolépticas. - Trazabilidade. - Adaptación das demandas dos consumidores. - Posición dos produtos en relación coas demais gamas.
Publicidade	- Campaña promocionais e de publicidade. - Velocidade de rotación de produtos.
Loxística	- Capacidade de subministracións en tempo e cantidade. - Modos de pagamento. - Posibilidade de re-posicionamento. - Mínimos de vendas garantidos.
Novos produtos	- Nichos de novos produtos. - Innovación tecnolóxica e composición do produto. - Innovación mercadotecnia e <i>packaging</i>.
Colaboración e alianzas con <i>partenaires</i>	- Colaboración privilexiada <i>partenaire</i>. - Adaptación política <i>merchandising</i>.

Cadro 10.

Criterios de referencia dos produtos pesqueiros.
Fonte: elaboración propia.

O proceso de valorización require dous elementos:

- Calidade, ou sexa obter unha *performance* superior. Significa un signo de calidade distintivo, designa a propiedade singular dun produto (é sinónimo de identificación propia) e mostra unha nota intrínseca (derivada da súa concepción, da súa tecnoloxía, entre outros aspectos). Por tanto, cando se quere explicitar a calidade, débese ampliar a análise non soamente á *performance* (especificación que corresponde á demanda) senón á conformidade (trazos específicos dos propio produtos).
- Tipoloxías de calidade. Isto é, referenciadas a valores subxectivos e/ou afectivos (úsanse para iso argumentos non-tanxibles e inmateriais); referencias ás decisións de compra (inclúe todo tipo de argumentacións); e referencias obxectivables (descrición do produto, avaliación e custo da conformidade dos produtos; así como competitividade do produto).

2.6

A PERSPECTIVA DO SECTOR PESQUEIRO ANTE O NOVO PANORAMA

O obxectivo do noso traballo trata de avaliar como se leva a cabo a implementación do proceso de venda e distribución dos produtos pesqueiros. Para iso, os interrogantes son, en primeiro lugar, se o peixe ou o produto pesqueiro dispoñible para a súa comercialización, subliña o criterio da especificidade da rexión/zona; se é utilizado polos operadores rexionais; e se está controlado pola organización existente no mercado rexional e polas industriais locais/rexionais. En segundo lugar, as nosas opinións céntranse en se existen relacións básicas entre os operadores/actores locais/rexionais e as estruturas territoriais próximas, pois iso definiría basicamente determinados *linkages* que afectarían as producións locais, ás dimensións e ao tamaño das explotacións industriais ou empresas, e contribuirían a incrementar os graos e niveis de atractividade dun territorio (Bouchoucha, 2003). E en terceiro lugar, atenderíamos aos distintos gradientes da diversificación produtiva á vez que se mostrarían as diferentes categorías de calidade, certificados de orixe, identificación de produtos e trazabilidade das especies (Boude & Charles, 2000).

En suma, o relevante viría da análise da “coordinación entre os diferentes actores no ámbito da industria”. En primeiro lugar, desde o plano produtivo, isto é, analizando as diferentes flotas e evidenciando a diverxencia de intereses entre as distintas modalidades de pesca. En segundo lugar, os obxectivos deben avaliar se os comportamentos dos produtores evitan actuar baixo a perspectiva do curto prazo, isto é, non cinguirnos a lograr o máximo beneficio e rendemento de maneira inmediata, senón buscando a forma de articular e ampliar unha cadea de valor máis ampla, incrementado o valor engadido de maneira progresiva e captando maiores cotas de mercado tanto nos produtos clásicos como nos novos produtos. E, en terceiro lugar, experimentar as relacións e os partenariados entre os distintos axentes, xa sexa favorecendo a integración xa sexa acrecentando a presenza de consorcios e acordos con empresas multinacionais.

Un claro exemplo da posición do sector pesqueiro é aquel que se revela da análise dos mercados finais. Se escudriñamos entre os distribuidores presentes nos mercados galegos a presenza de produtos pesqueiros e sobre eles nos interrogamos sobre a procedencia de tales produtos (especies), as súas características (condicións organolépticas) e a súa vinculación con firmas galegas, as respostas non son nada prometedoras.

En primeiro lugar reflectimos as políticas do produto pesqueiro, entre as que destacamos as condicións do frescor, calidade, orixe, exposición e xestión de vendas. A análise destas notas axuda a reflectir e a subliñar os distintos itinerarios dos produtos pesqueiros. (véxase cadro núm. 11).

TRAZOS	REFERENCIAS E VALORACIÓNS
Frescor	Especificando o tempo entre a descarga e a posta no centro de venda. Incide na calidade e no volume de peixe contratado.
Calidade	Expresa a relación particular co produtor. Incide no prezo e fideliza unha clientela.
Exposición	É preciso medir o tempo da exposición e a súa rotación.
Xestión do nonvendidos	Dada a laxa e pouca clara lexislación en relación cos produtos de libre-servizo resulta difícil pescudar a porcentaxe de utilización do peixe nas súas distintas presentacións para os produtos nonvendidos. Incide na demanda, cuestiona a posta en marcha das iniciativas relativas á orixe do peixe e á trazabilidade.
Orixe	Non hai unha clara distinción nos mercados entre produtos importados, os procedentes da acuicultura e os capturados por flotas españolas en caladoiros litorais, comunitarios ou de terceiros países. O consumidor esixe información detallada sobre a orixe e trazabilidade.
Marcas	Permiten fidelizar o consumidor. Representan unha noción de calidade. Poucos produtos indican a denominación de orixe e existen poucas “marcas colectivas protexidas”. En cambio, emerxen “marcas-insignias” de empresas que representan as súas estratexias, á vez que segmentan o mercado por gamas de produto.
DNI do produto pesqueiro	Mediante un chip ou un código de barras inclúense as características do barco, zona de pesca, porto de descarga, data de descarga, comprador, características do produto... Fomenta a calidade e a diferenciación produtiva, incorpora valor engadido e evita confusión e competencia desleal.

Cadro 11.

Características do produto pesqueiro.
Fonte: elaboración propia.

En segundo lugar, este traballo non desexa abordar unha avaliación do cumprimento das normas para o control da primeira venda dos produtos pesqueiros (RD 2064/2004 do 15 outubro de 2004; BOE, núm. 261, do 29 de outubro de 2004) e das normas que fan referencia á identificación dos produtos de pesca, acuicultura, e do marisqueo vivos, frescos, refrixerados ou cocidos (RD 12/2004, do 13 xaneiro de 2004; BOE, núm. 31, do 5 de febreiro de 2004) que, como é ben sabido, subliñan como obxectivo as seguintes notas: a) que o consumidor posúa axeitada información sobre o produto que vai consumir; e b) que se establezan aquelas normas comúns de comercialización, referidas á clasificación e etiquetaxe. A finalidade da nosa aproximación radica en observar se os produtos da pesca fresca afianzan a súa especificidade rexional, atendendo á posta en funcionamento de procesos de valorización e diferenciación que melloren a súa posición competitiva.

Os resultados obtidos son escasos. Fronte a un competencia exacerbada e intensa, cunha multiplicidade de produtores que buscan captar unha demanda pouco ou mal informada, constátanse varias conclusións:

- A atomicidade e a diferenciación da oferta non impiden que o consumidor aprecie unha oferta homoxénea, en que a competencia só se manifesta no prezo.
- Para captar unha diferenza nos signos de calidade, o consumidor debe coñecer e posuír información adicional.
- A situación actual do mercado permite a libre entrada de calquera operador e produtor na medida en que os produtos son perfectamente substituíbles.
- Difícil é a tarefa para o consumidor de fidelizar o seu comportamento a un produtor e/un produto.
- Estamos ante un mercado de competencia imperfecta a pesar da libre entrada e atomización de oferta; non é certa a homoxeneización do produto e a información é asimétrica.
- A calidade é diferenciada.
- O carácter diferenciado da oferta permite a cada empresa a posibilidade de vender os seus produtos a un prezo por encima ou por baixo (sempre diferente) do custo marxinal de produción.
- Difícil atopar unha “renda de diferenciación” e un “mecanismo de reputación” que incremente o proceso de valorización do produto.
- Son incipientes as empresas produtoras posuidoras de estratexias e produtos con certificación.

Recollendo estas indicacións pódese advertir unha distinción básica entre os produtos homoxéneos e aqueles específicos e diferenciados. O cadro núm. 12 trata de esquematizar a devandita secuencia.

PRODUTO	MODO DE COMERCIALIZACIÓN	MUNDO	RELACIÓN PRODUTOR CONSUMIDOR	GARANTÍA	TERRITORIO
Estándar	Grandes distribuidores	Industrial	Despersonalizado	Sobre a base de marca e reputación	Espazo homoxéneo
Específico	Pequenos e grandes distribuidores	Costeiro	Interpersoal ou de identidade rexional ou local	Sobre a base da súa orixe e etiqueta	Espazos de proximidade con inserción en espazos internacionais de venda

Cadro 12.
Elementos distintivos dos produtos pesqueiros.
Fonte: elaboración propia.

Este procedemento de seguimento e avaliación mostra a forte debilidade que posúe a oferta fronte aos distribuidores, ao tempo que subliña o feito de que os esforzos despregados polos produtores, no que atinxe tanto aos métodos de pesca, como ás normas de etiquetaxe dos produtos non posúen, polo momento, un vector diferencial nos circuitos de distribución dos produtos pesqueiros e da acuicultura.

03

**O CONSUMO DOS
PRODUTOS PESQUEIROS
EN ESPAÑA**

03

03

O CONSUMO DOS PRODUTOS PESQUEIROS EN ESPAÑA

3.1

INTRODUCCIÓN

O consumo total de alimentos e bebidas acadou en 2024 un total de 30.668 millóns de kg/litros, un 0,2 % menos que no ano precedente. O gasto total foi de 119.667 millóns de euros que supoñen un incremento do 2,4 %. A distribución do gasto segue un modelo en que os consumos dentro do fogar (o consumo doméstico) supón o 87,5 % do volume e o 70 % do total en termos de valor. A restante porcentaxe é atribuíble aos consumos fóra do fogar (consumo extradoméstico) que supón, por tanto, o 12,5 % en volume e o 30 % en valor.

En termos xerais, o consumidor español reduciu o seu consumo en 10,4 kg/litro no último ano, ao descender de 690,7 kg/litro en 2023 a 680,3 kg/litro en 2024. Non obstante, os seus gastos medios aumentaron en 27 € respecto ao ano anterior, ata se situaren na actualidade en 2.797,48 €/persoa/ano. Do total do devandito gasto, o efectuado dentro do fogar incrementouse en 23 euros e o extradoméstico en 4 euros.

O consumo doméstico en alimentación sitúase por volta dos 83.795 millóns de euros para un consumo de 26.823 millóns de kg/litros. Significa un descenso do 0,2 % en volume, un aumento do gasto en 2,6 % e unha suba dos prezos medios do 2,8 %.

Os volumes de consumo per cápita do consumo devolven grandes disparidades atendendo ás CC. AA. A media española é de 572 kg/litro/persoa/ano. Seis CC. AA. sitúanse por enriba da devandita ratio: Baleares (698), Canarias (648), Cataluña (627), Galicia (599), Castela e León (597) e Andalucía (535).

Se o medios en termos de gastos *per cápita* o ranking encabezaríao o País Vasco (2.067 euros/persoas/ano), seguido de Cataluña (2.065), Baleares (2.052), Navarra (1.941) e Galicia (1.881), con cifras superiores á media española (1.786). As máis baixas en termos de gasto medio son Extremadura (1.492), Castela-A Mancha (1.561) e Andalucía (1.591).

Os alimentos frescos supoñen unha parte substancial da dieta alimentaria española. En 2024, os consumos incrementáronse un 0,3 %, en tanto que os outros alimentos diminuíron un 0,5 % en termos de volume. A distribución da inxesta devolve para os produtos frescos un 37,9 % do volume e un 40,1 % en termos de valor.

Respecto aos lugares de compra predomina o supermercado como o lugar preferido para efectuar a cesta da compra. Representa o 67,2 % do total (aumentou un 1,8 % respecto a 2023). As compras en liña, pola súa banda, mantéñense estables, ao redor do 2 %.

No que atinxe ao consumo extradoméstico, este supón un gasto de 35.872 millóns de euros para un consumo de 3.845 millóns de Tn de kg/litro. Cae en volume (0,2 %), mais sobe en gasto (1,9 %). Distinguindo entre alimentos en sentido estrito e bebidas, teríamos que os primeiros medran en volume (3,4 %) e en valor (3,2 %); namentres que os segundos, as bebidas, diminúen en ambos os termos.

Os consumos en alimentos reflicten un montante de 47,2 kg/litro/persoas/ano por enriba da cifra de 2023 (46,3 kg(litro/persoa/ano). Medidos en termo de gasto serían 688 €/persoa/ano, por enriba dos gastado en vendas fóra do fogar.

Finalmente, seguindo as enquisas de preferencias de consumo teríamos dúas conclusións relevantes. Na primeira, entre os pratos máis consumidos, medidos polas ocasións que se consomen, a pescada (primeiro produto pesqueiro preferido) sitúase no posto 10, tras as preferencias pola ensalada verde, a pizza, a ensalada de tomate, a peituga de polo, as lentellas, a tortilla de pataca, as sopas, os macarróns e o lombo. O segundo trazo é a frecuencia semanal de consumo. Neste caso, o peixe ocupa a oitava posición detrás dos lácteos, hidratos-fariña, froita fresca, verduras e patacas, ovos, legumes e carnes.

3.2

O CONSUMO DE PRODUTOS PESQUEIROS

O consumo de produtos pesqueiros leva experimentando unha redución nos últimos anos. As razóns que explican tal diminución hai que centralas nos cambios de hábitos, nas sucesivas oscilacións dos prezos dos produtos e mais na emerxencia de produtos alternativos e novas preferencias e esixencias dos consumidores.

A pesar diso, España é dos países que presenta un dos meirandes consumos de peixe dentro da UE. Non obstante, cómpre clarificar certos detalles de enorme relevancia:

- Non todos os tipos de produtos da pesca presentan a mesma evolución canto ao consumo. Así, os produtos frescos, conxelados e os mariscos presentan tendencias decrecentes; porén, o grupo que aglutina as conservas aumenta a súa cota de consumo.
- En 2024, o sector da pesca perde intensidade no que atinxe ao consumo respecto ao ano precedente (4,9 %); cifra inferior á diminución rexistrada entre 2023 e 2019 (17,6 %). Por tanto, os seus niveis de consumo *per cápita* sitúanse bastante lonxe dos niveis anteriores á pandemia.
- Cada español consumiu en 2024 unha cantidade estimada en 17,99 quilos por persoa. A cifra é inferior á contabilizada en 2023 (18,56), en 2022 (19,19) e en 2021 (22,72 quilos/ano); que, á súa vez, diminuíra nun 8,5 % respecto á cantidade inxerida no ano 2020; exercicio en que os consumos domésticos se intensificaran notablemente por mor do confinamento domiciliario.

	2021	2022	2023	2024	% 2023/ 2019	% 2024/ 2023
Volume (Tn)	260	290	307	275	28,1	28,3
Valor gasto consumo (m €)	37	41	44	18	2,0	2,2
Consumo <i>per cápita</i> (kg)	19	17	19	09	0,9	1,0
Gasto <i>per cápita</i>	76	89	02	07	1,0	1,1
Cota mercado en volume (%)	82	82	88	137	15,1	15,6
Cota mercado en valor (%)	288	319	352	360	41,3	46,6
Prezo medio (€/kg)	22	22	22	10	1,1	1,2

Cadro 1.

Consumo e tendencias pesqueiras en España.
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

- Os fogares destinan, en 2024, á compra de produtos pesqueiros o 11,2 % do seu orzamento alimentario. A súa cifra é inferior á rexistrada en 2022 (11,9 %) e en 2021 (13,2 %). O gasto total *per cápita* en produtos pesqueiros foi en 2024 de 200 €, cantidade superior á rexistrada nos dous últimos exercicios (2023 e 2022) debido, fundamentalmente, á suba dos prezos medios dos produtos pesqueiros que ascenderon desde os 9,9 €/kg en 2022 aos 10,70€/kg en 2023 e, finalmente, aos 11,12€/kg en 2024.
- O español medio consumiu unha cantidade anual de peixe por volta de 19,19 kg (magnitude bastante inferior á rexistrada no ano anterior, que ascendeu a 22,72 kg/habitante). Esta cantidade é, así mesmo, inferior á rexistrada en 2020.

3.3

OS DISTINTOS SEGMENTOS DE MERCADO

A distribución dos diferentes tipos de produtos presenta unha composición moi variable. Todos os segmentos se ven prexudicados no retroceso dos consumos. Esta tendencia é decrecente ao longo dos últimos dous anos.

O peixe fresco obtén a maior participación de consumo tanto en termos de volume como de valor (42,2 % e 39,9 %, respectivamente) en 2021. A seguir, por orde de relevancia, as conservas de peixe e os moluscos, co 19,9 % e 6,8 %, respectivamente, en termos de volume; e co 22,5 % e 4,7 % en termos de valor.

No ano 2022 a devandita tendencia estabilízase, aínda que con pequenos cambios. O peixe fresco mantén a súa primacía co 41,8 % en volume e o 39,9 % en valor; aumenta a participación dos consumos das conservas que acadan o 21,1 % en volume e o 24,7 % en valor. En tanto que o segmento dos moluscos frescos retrocede levemente, ao pasar a representar o 14,2 % en volume e o 13 % en valor.

No ano 2024, a hexemonía do peixe fresco vese atenuada, ao concentrar tan só o 40,70 % do total. A mesma tendencia decrecente preséntana os mariscos/moluscos conxelados e frescos que ven diminuído o seu peso no consumo final. Pola contra, melloran a súa cota de mercado o peixe conxelado, o marisco cocido e as conservas.

En termos de valor, os cambios son parellos: menor peso do peixe fresco e dos mariscos/moluscos e un forte aumento do peso das conservas.

Salienta o segmento do peixe conxelado cunha evolución lixeiramente positiva en termos de representación (ascende do 10,0 % en 2021 ao 11,1 % en 2024, no que atinxe ao volume; e do 9 % ao 10,4 % en valor) aínda que en termos absolutos rexistren un descenso. Ora ben, o máis significativo é o aumento do peso das conservas de pescado que oscilan, para o período analizado, desde o 19,9 % ao 23 % en termos de volume e desde o 22,6 ao 26,7 % en termos de valor.

Chama a atención, así mesmo, que o segmento con menor ratio de consumo é o correspondente ao marisco e moluscos cocidos, cuxas magnitudes se cifran unicamente no 3,7 % do volume e o 3,8 % do valor.

	Volume (%)				Valor (%)			
	2024	2023	2022	2021	2024	2023	2022	2021
Peixe fresco	40,7	42,5	41,8	42,4	38,0	39,5	39,0	39,9
Peixe conxelado	11,1	10,1	10,3	10,0	10,4	9,3	9,4	9,0
Marisco / moluscos conxelados	8,7	9,0	9,3	9,5	9,1	9,7	10,3	10,7
Marisco / moluscos frescos	12,9	13,6	14,2	14,9	12,0	12,3	13,0	14,0
Marisco / moluscos cocidos	3,7	3,4	3,3	3,4	3,8	3,6	3,6	3,8
Conservas peixe / moluscos	23,0	21,5	21,1	19,9	26,7	25,6	24,7	22,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Cadro 2.

Distribución porcentual dos consumos dos produtos pesqueiros en termos de volume e de valor.
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

As variacións rexistradas expresan unha clara conclusión: apréciase un evidente descenso dos consumos dos produtos pesqueiros, mais, asemade, un aumento dos valores destes provocado pola alza dos seus prezos medios. Os últimos exercicios así o manifestan e reflicten unha clara asimetría no referente ás tendencias.

	EN TERMOS DE VOLUME		EN TERMOS DE VALOR	
	% variación 2024/2023	% variación 2023 /2022	% variación 2024/2023	% variación 2023 /2022
Peixe fresco	-5,5	-0,5	-0,9	6,0
Peixe conxelado	-5,4	-4,0	-1,6	2,3
Marisco / moluscos conxelados	-5,0	-6,3	-4,8	-0,9
Marisco / moluscos frescos	-7,3	-6,3	-1,5	-0,7
Marisco / moluscos cocidos	5,8	1,1	6,7	5,7
Conservas peixe / moluscos	2,1	-0,4	4,4	9,0
TOTAL	-3,7	-2,2	0,2	4,8

Cadro 2.

Distribución porcentual dos consumos dos produtos pesqueiros en termos de volume e de valor.
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

Chama a atención o feito dos descenso tan pronunciados do peixe conxelado e fresco, así como dos moluscos tanto conxelados como frescos. Tales descenso son debido aos cambios de hábitos e ás novas preferencias dos consumidores. Algúns motivados polas distintas e variadas posibilidades de pesca (isto é, da oferta) e outras son explicadas desde a perspectiva da demanda (prestacións e características).

En referencia aos consumos *per cápita* dos produtos pesqueiros hai que subliñar o predominio do peixe fresco (7,31 kg/habitante/ano) seguido, en importancia, polo consumo de conservas de peixe/moluscos (4,13 kg/habitante), a pesar das tendencias decrecentes contabilizadas nos últimos anos.

Alén disto, cómpre referirse aos descenso do consumo *per cápita* e ás alteracións na inxesta en xeral do peixe conxelado, mariscos conxelados e frescos. En suma, apréciase unha caída de 2,12 quilos/habitante no ano 2021 respecto do 2020; de 3,53 kg/habitante entre 2022 e 2021; e de 1,10 kg /habitante entre 2024/2022. Esta diminución é atribuíble, preferentemente, aos descenso apreciados en peixe fresco (máis de 3 quilogramos); do peixe conxelado (máis de medio quilo); dos mariscos e moluscos conxelados (77 gramos); e dos mariscos e moluscos frescos (máis dun quilogramo). Tamén retroceden no consumo *per cápita* as conservas de peixe con reducións de medio quilo e os mariscos e moluscos cocidos con perdas de 10 gramos nos catro últimos anos. A cantidade final é moi relevante: máis de 6,84 quilogramos en catro anos.

	2020	2021	2022	2023	2024
Peixe fresco	10,58	9,63	8,01	7,84	7,31
Peixe conxelado	2,68	2,27	1,98	2,14	2,00
Marisco / moluscos conxelados	2,33	2,16	1,80	1,67	1,56
Marisco / moluscos frescos	3,67	3,38	2,72	2,54	2,32
Marisco / moluscos cocidos	0,73	0,77	0,63	0,64	0,67
Conservas pescados e moluscos	4,85	4,52	4,05	4,10	4,13
TOTAL	24,83	22,72	19,19	18,92	17,99

Cadro 4.

Niveis de consumo *per cápita* de produtos pesqueiros.
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

O cadro tamén nos indica as preferencias do consumidor español. Oriéntase, de xeito moi claro, cara a unha demanda de produtos frescos, seguidos do consumo de conservas. Entre ambas as rúbricas suman máis do 55 % do consumo. En sentido contrario, os produtos conxelados revelan un consumo relativamente máis baixo, xa sexa no que se refire ao peixe (por debaixo de 2 kg) como no que atinxe aos moluscos (1,80 kg).

	2022	2023	2024
Peixe fresco	74,7	77,7	76,0
Peixe conxelado	18,0	21,4	20,8
Marisco / moluscos conxelados	19,7	19,4	18,2
Marisco / moluscos frescos	24,9	24,7	24,0
Marisco / moluscos cocidos	6,8	7,2	7,6
Conservas pescados e moluscos	47,2	51,8	53,4
TOTAL	191,5	202,3	200,1

Cadro 5.

Niveis de gasto *per cápita* de produtos pesqueiros. (€/persoa).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel alimentario.

3.4

CANLES DE DISTRIBUCIÓN

Os consumidores españois utilizan os supermercados como canle preferida de compra dos produtos pesqueiros (co 51 % do volume de compra). A seguir, virían as tendas tradicionais (20,7 %) e os hipermercados (13 %). As outras canles manteñen, aínda, cotas de presenza moi reducidas.

Comparando os datos cos exercicios pasados, e tendo en consideración as tendencias de redución do consumo, resulta apreciable resaltar un relevante aumento dos consumos efectuados nos supermercados (pasa do 49,4 % en 2021 ao 51,9 % en 2024) e mais unha leve alza nos hipermercados (ata acadar o 13 % en 2024). As tendas tradicionais diminúen a súa cota de mercado ao descender do 22,8 % ao 20,7 % ao longo do período 2021-2024. O mesmo acontece coas vendas dos produtos pesqueiros efectuadas nas tendas de desconto, que anotan reducións que van desde o 10,2 % en 2021 ao 10 %, en 2024. As outras canles xunto ao comercio electrónico manteñen as súas cotas moi baixas e con tendencia decrecente.

Igualmente, se analizamos o comportamento dos prezos medios dos produtos pesqueiros segundo os lugares de venda, as apreciacións rexistran comportamentos dispares e singulares. Os produtos pesqueiros adquiren unha meirande valoración nas novas canles de distribución con subas moi relevantes nestes últimos catro anos. E no que respecta aos outros lugares de venda, constátase que as tendas tradicionais rexistran un prezo superior aos demais establecementos de venda: supermercados, hipermercados e tendas de desconto.

Os motivos concéntranse en que as tendas tradicionais expoñen nos devanditos establecementos especies máis selectivas; e, en segundo lugar, porque nesas instalacións se agrega un valor engadido de selección e preparación. O mesmo acontece nos hipermercados e nos supermercados. Pola contra, nas tendas de desconto o prezo do produto pesqueiro é máis baixo por se corresponder, xeralmente, con produtos en oferta e de menor valoración económica.

	Hiper mercado	Super mercado	Tenda desconto	Tenda tradicional	Canles	Ecommerce
Volume 2021	12,4%	49,4%	10,2%	22,8%	5,2%	1,6%
% 2021/2020	-4,1%	-9,1%	-4,6%	-12,1%	-1,8%	-0,3%
Volume 2022	12,0%	50,2%	9,6%	22,9%	5,4%	1,5%
% 2022/2021	-18,2%	-14,2%	-21,1%	-15,3%	-13,3%	-20,3%
Volume 2023	12,8%	50,6%	10,0%	21,5%	5,1%	1,4%
% 2023/2022	4,9%	-1,5%	2,3%	-8,1%	-7,2%	-7,3%
Volume 2024	13,0%	51,9%	10,0%	20,7%	4,4%	1,5%
% 2024/2023	-3,7%	-3,3%	-2,5%	-3,8%	-0,1%	4,1%
Prezo medio 2021	9,48	8,95	8,63	10,29	9,67	10,00
Prezo medio 2022	10,27	9,67	9,44	10,58	10,28	11,00
Prezo medio 2023	10,93	10,38	10,15	11,42	11,30	12,38
Prezo medio 2024	10,88	10,92	10,48	11,90	12,00	12,51

Cadro 6.

Niveis de consumo de produtos pesqueiros atendendo aos lugares de venda.
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

3.5

NIVEIS DE CONSUMO PER CÁPITA DE PRODUTOS PESQUEIROS SEGUNDO PRESENTACIÓN

Ao analizar os distintos niveis de consumo apreciamos varias tendencias: a) consumo decrecente en termos xerais; b) aumento da demanda de conservas de peixe, mariscos conxelados e mariscos cocidos; c) o consumo per cápita decrece, aínda que se detecta un forte predominio do peixe fresco e un descenso do peixe conxelado; d) incrementos notables no consumo per cápita de mariscos cocidos e de conservas de peixe.

	Peixe fresco	Peixe conxelado	Marisco conxelado	Marisco fresco	Marisco cocido	Conservas de peixe	Total
2017	480,0	113,9	99,5	160,6	26,1	201,5	1.082,4
2018	461,0	112,5	100,7	151,5	25,8	204,7	1.056,3
2019	450,2	105,2	99,8	152,1	28,5	203,5	1.039,3
2020	489,0	123,8	108,0	169,5	33,5	224,4	1.148,2
2021	445,7	104,9	100,1	156,3	35,5	209,1	1.051,5
2022	368,0	87,8	83,0	125,8	29,3	187,0	887,0
2023	362,0	98,0	77,0	117,0	29,0	189,0	875,0
2024	342,9	93,5	73,3	108,7	31,3	193,7	843,5

Cadro 7.

Evolución do consumo de produtos pesqueiros nos fogares en España (en miles de Tn).

	Peixe fresco	Peixe conxelado	Marisco conxelado	Marisco fresco	Marisco cocido	Conservas de peixe	Total
2017	10,54	2,50	2,18	3,52	0,57	4,42	23,73
2018	10,10	2,50	2,20	3,30	0,60	4,50	23,10
2019	9,80	2,30	2,20	3,30	0,60	4,40	22,50
2020	10,60	2,70	2,30	3,70	0,70	4,90	24,80
2021	9,60	2,30	2,20	3,40	0,80	4,50	22,70
2022	8,00	2,00	1,80	2,70	0,60	4,00	19,20
2023	7,80	2,10	1,70	2,50	0,60	4,10	18,90
2024	7,31	2,00	1,56	2,32	0,67	4,13	17,99

Cadro 8.

Evolución do consumo *per cápita* de produtos pesqueiros nos fogares en España (en kg/habitante/ano).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

3.6

TRAZOS DOS NIVEIS DE CONSUMO DE PRODUTOS PESQUEIROS EN ESPAÑA

Son moi variables os distintos comportamentos da poboación española no referente ao consumo de peixe en función de se atendemos ás distintas composicións dos fogares, das rendas e das idades.

Quen consome máis peixe? A resposta vén dada por aquelas persoas ben maiores, ben sen fillos; e no caso de que os tivese e vivisen na casa terían que ser maiores. É dicir, os consumos de peixe gardan relación coa composición dos fogares e as idades.

En 2022, as persoas retiradas e xubiladas, que representan a cuarta parte da poboación española, consomen preto do 32 % do volume de peixe demandado, ao rexistrar un consumo *per cápita* de 37 kg/habitante/ano. Unha cantidade un pouco menor son os rexistros da poboación adulta sen fillos, que contabilizan un consumo *per cápita* de 29,7 kg/habitante/ano. Por contra, a medida que a poboación posúe fillos e estes son pequenos descende o consumo de peixe, ata o punto de que as poboacións con fillos pequenos só anotan un consumo anual de 8 kg/habitante/ano.

Composición dos fogares	% poboación	% volume de consumo	Consumo <i>per cápita</i>
Persoas retiradas	24,77	32,01	36,94
Adultos independentes	9,00	5,55	29,72
Poboación adulta sen fillos	12,19	16,76	29,82
Fogares monoparentais	6,80	5,80	13,65
Parellas con fillos maiores	9,29	13,14	18,79
Parellas con fillos de idade media	14,24	13,80	11,79
Parellas con fillos pequenos	10,62	6,66	7,85
Parellas novas sen fillos	7,59	4,24	13,92
Mozos/as independentes	5,50	2,05	17,68
Total	100,00	100,00	19,19

Cadro 9.

Niveis de consumo de produtos pesqueiros atendendo á composición dos fogares (2022).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

No ano 2024, os resultados profundan nas devanditas tendencias, aínda que se aprecian cambios moi sutís. Seguen sendo as persoas xubiladas, retiradas, as adultas independentes e a poboación adulta sen fillos as que máis consomen produtos pesqueiros. Estes tres segmentos suman máis do 45 % do total, con medias de inxesta por riba dos 25 kg/ano; aínda que reduciron os seus consumos a pesar de aumentar a súa proporción dentro da poboación total española.

As parellas sen fillos, con fillos de idade mediana e pequena xunto aos mozos independentes, que suman por volta do 37 % da poboación, consomen o 32 % do total, situándose en medias moi por baixo da media nacional.

Finalmente, a poboación que integra as parellas con fillos maiores e as familias monoparentais manteñen unha certa estabilidade, mais tamén asumen a tendencia decrecente a nivel de consumo. Así, representando o 17 % do total, consomen o 30 % de conxunto total dos produtos pesqueiros, con taxas medias un pouco por baixo da media nacional.

En definitiva, mantense unha fotografía moi estable nos últimos catros anos, o que pon de manifesto un comportamento moi ríxido que apenas foi alterado polas campañas de promoción de consumo de peixe ou polas propias novas ofertas alimentarias.

Composición dos fogares	% poboación	% volume de consumo	Consumo per cápita
Persoas retiradas	28,86	26,90	34,83
Adultos independentes	9,17	5,98	26,39
Poboación adulta sen fillos	11,81	13,81	27,46
Fogares monoparentais	7,73	7,50	12,03
Parellas con fillos maiores	9,33	13,45	17,09
Parellas con fillos de idade media	14,19	16,74	10,91
Parellas con fillos pequenos	8,71	8,02	7,65
Parellas novas sen fillos	7,21	4,74	11,23
Mozos/as independentes	6,45	2,87	15,22
Total	100,00	100,00	17,99

Cadro 10.

Niveis de consumo de produtos pesqueiros atendendo á composición dos fogares (2024).
Fonte: elaboración propia a partir dos datos do Panel Alimentario.

Afondando un pouco máis na análise, os maiores consumidores de peixe correspóndense, polo xeral, con fogares de escala socioeconómica alta e media alta, así como polo das clases medias. As razóns fundamentais destes comportamentos débense entender canda a existencia dunha relación cos niveis dos prezos dos produtos e da dispoñibilidade orzamentaria familiar ou individual. A clase socioeconómica máis baixa é a que merca menos produtos pesqueiros.

Estratos de renda	% poboación	% volume de consumo	Consumo <i>per cápita</i>
Alta e media alta	16,31	19,99	24,72
Media	30,69	31,77	18,98
Media baixa	26,79	24,45	17,79
Baixa	26,20	23,75	17,93
Total	100,00	100,00	19,19

Cadro 11.
Niveis de consumo de peixe atendendo aos niveis de renda dos (2022).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

En 2022, os estratos de renda alta e media alta que sumaban o 16,31 % da poboación total consumían por volta dun 20 % do total, que se corresponde cun consumo de 24,7 kg/ano. Pola contra, a poboación de renda baixa que sumaba, en 2022, o 26 % do total consome o 23 % do total de produtos pesqueiros, o que devolve unha media de 17,93 kg/ano; isto é, dous quilogramos por debaixo da media nacional. Agora, en 2024, a distribución acentuouse, segundo os datos do MAPA. A poboación con rendas altas e medio altas manteñen niveis de consumo en 15 kg/ano e 15,5 kg/ano, respectivamente; os estratos medios e medio baixos consomen entre 18,2 e 17,9 kg/ano; e son as persoas con niveis baixos de renda as que consomen máis peixe nas súas dietas diarias ao contabilizar 25,9 kg/ano.

Ou sexa, o perfil intensivo na compra de produtos de pesca correspóndese cun fogar de nivel socioeconómico medio-alto, xa que neste estrato o volume de compra é igual ou superior á proporción que representan. Pola contra, os fogares de nivel socioeconómico baixo e medio baixo compran produtos pesqueiros de forma menos intensiva, xa que o seu peso no volume de compra está por debaixo do que representan na poboación. Un apuntamento adicional á análise é o relativo a que se comparamos este comportamento co do total de alimentación, apréciase que non existen grandes diferenzas entre o peso respecto á poboación e o peso en compras atendendo ao nivel socioeconómico. Isto supón que o consumo de produtos pesqueiros é bastante homoxéneo entre os diferentes niveis de renda, o que o distingue doutras categorías en que está máis diversificado e, por tanto, con maiores distancias no que concirne á súa accesibilidade e consumo.

Estratos de renda	% poboación	% volume de consumo	Consumo <i>per cápita</i>
Moi alto	22,50	25,39	15,00
Medio-alto	15,00	13,85	15,56
Nivel medio	25,01	24,92	18,21
Nivel medio baixo	14,99	13,75	17,96
Nivel baixo	22,51	22,10	25,97

Cadro 12.

Niveis de consumo de peixe atendendo aos niveis de renda dos fogares (2024).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

O consumidor de produtos pesqueiros atendendo á idade mostra un ranking peculiar; é dicir, posúe unhas preferencias de demanda distintas en función dos anos. As persoas con maior idade son significativamente maiores demandantes de produtos pesqueiros. As maiores de 50 anos concentran o 75 % das compras, cando o seu peso poboacional é só do 60 %, En sentido contrario, a xente máis nova, é dicir, as persoas menores de 35 anos (que representan escasamente o 9 % da poboación total) rexistran uns consumos de peixe máis reducidos: só o 3,3 %.

Iso fai que as inxestas medias de produtos pesqueiros recollan amplas diversidades. As persoas menores de 35 anos contabilizan un consumo medio de 8,17 kg/ano; en tanto que, se imos subindo de estratos de idade, os consumos de peixe aumentan significativamente. Desta forma, as persoas comprendidas entre 35-49 anos consomen 11,56 kg/ano; as comprendidas entre 50-64 anos consomen 22 kg/ano; e as xa mencionadas maiores de 65 anos consomen ao redor de 34,5 kg/ano.

Estratos de renda	% poboación	% volume de consumo	Consumo <i>per cápita</i>
Menores 35 anos	8,89%	3,31%	7,19
35-49 anos	30,48%	21,71%	10,55
50-64 anos	31,65%	37,26%	19,82
Máis de 65 anos	28,98%	38,22%	32,07
Total	100,00%	100,00%	19,19

Cadro 13.

Niveis de consumo de peixe segundo a idade das persoas (2024).
Fonte: elaboración propia a partir dos datos do Panel Alimentario.

3.7

O CONSUMO DE PEIXE ATENDENDO ÁS CC. AA.

Encabeza a clasificación o País Vasco (máis de 23 kg/ano), seguida de Galicia (22,92 kg/ano) e Asturias (21,63 kg/ano). As que menos consomen *per cápita* son as Illas Canarias (13,34 kg/ano) e as interiores de Castela-A Mancha (15,8 kg/ano) e Estremadura (16,27 kg/ano).

Analizando os consumos de produtos pesqueiros *per cápita* segundo comunidade autónoma, apréciase unha constante: contabilízase un maior consumo nas rexións setentrionais máis que nas meridionais; polo demais, foi moi intenso, no último exercicio, o descenso de consumo de peixe nas áreas do interior da península. Sobresaen pola súa maior demanda de produtos pesqueiros aquelas comunidades autónomas en que a súa porcentaxe de consumo é superior ao peso que posúe a poboación. Neste sentido, as CC. AA. máis consumidoras proporcionalmente serían Andalucía, Aragón, Asturias, Castela e León, Castela-A Mancha, Galicia, Murcia, Navarra e País Vasco.

	% poboación	% consumo	Consumo <i>per cápita</i> 2024	Consumo <i>per cápita</i> 2023	Consumo <i>per cápita</i> 2022	Consumo <i>per cápita</i> 2021
Andalucía	17,53%	17,69%	17,17	17,34	18,17	21,78
Aragón	2,92%	3,03%	19,20	18,47	19,90	24,35
Asturias	2,36%	2,66%	21,63	24,25	24,54	28,68
Baleares	2,39%	1,97%	17,24	18,46	18,64	20,32
Canarias	4,43%	3,03%	13,34	14,56	14,47	16,09
Cantabria	1,27%	1,13%	17,44	16,84	17,96	24,09
Castela e León	5,46%	6,56%	21,91	21,67	22,61	26,95
Castela-A Mancha	4,31%	4,14%	15,89	17,49	18,58	22,29
Cataluña	16,32%	15,60%	17,96	19,13	20,25	23,76
C. Valenciana	11,08%	10,02%	16,34	16,23	17,46	20,23
Estremadura	2,31%	2,27%	16,27	15,27	16,25	18,63
Galicia	5,83%	7,46%	22,92	23,06	23,05	26,54
Madrid	13,87%	13,11%	16,64	17,16	18,06	21,67
Murcia	2,95%	3,05%	17,96	18,59	18,05	21,35
Navarra	1,38%	1,44%	20,54	22,12	21,67	25,59
País Vasco	4,90%	6,13%	23,18	23,54	23,54	28,80
A Rioxa	0,71%	0,70%	18,32	19,40	18,76	23,64
España	100%	100%	17,99	18,56	19,19	22,72

Cadro 14.

Niveis de consumo de produtos pesqueiros atendendo ás comunidades autónomas (2021-2024).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

3.8

ANÁLISE DOS CONSUMOS NOS FOGARES ATENDENDO A DIFERENTES TIPOS DE PRODUTOS PESQUEIROS

Resulta moi esclarecedor proceder á abordaxe dos consumos domésticos atendendo aos distintos grupos de peixes. A súa análise proporciónanos diversos elementos de xuízo moi destacables para comprender as súas demandas e os seus hábitos.

No que incumbe ao peixe fresco o seu consumo é maior que no resto de presentacións e no que máis gastamos. Ocupa, por tanto, unha maior cota no mercado tanto en volume como en valor. Apreciamos, así mesmo, un menor prezo medio, dada a maior oferta de produtos, aínda que cunha forte tendencia alcista.

No que concirne aos mariscos, moluscos e crustáceos rexístrase unha significativa contracción do consumo, á vez que unha notable diminución no que respecta ao gasto *per cápita*. O seu prezo aumenta no último exercicio, aínda que en menor proporción que as outras rúbricas, e experimenta unha perda de cota de mercado tanto en volume como no valor.

E no que respecta ás conservas é notable o seu aumento de valor: o seu prezo medio increméntase máis que as outras presentacións; e tamén a súa demanda é a que menos diminúe. Iso fai que a súa cota no mercado se manteña case invariable.

	Peixe fresco		Mariscos, moluscos e crustáceos		Conservas de peixe	
	2024	% 2024/2023	2024	% 2024/2023	2024	% 2024/2023
Volume (miles kg)	342.898	-5,5%	213.308	-4,8%	193.737	2,1%
Valor (miles €)	3.564.652	-0,9%	2.337.161	-1,6%	2.505.246	4,4%
Consumo per cápita (kg)	7,31	-6,8%	4,55	-6,0%	4,13	0,8%
Gasto per cápita (€)	76,02	-2,2%	49,84	-2,9%	53,43	3,1%
% cota en volume	1,28	-0,05%	0,80	-0,04%	0,72	0,02%
% cota en valor	10,40	4,9%	2,79	-0,12%	2,99	0,05%
Prezo medio (€/kg)	10,40	4,9%	10,96	3,3%	12,93	2,3%
Consumo per cápita segundo distribución por rendas						
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Renda alta	6,3	10,8	3,6	6,6	3,5	4,9
Renda medio-alto	6,2		3,8		3,9	
Renda media	7,3	7,7	4,7	4,7	4,2	4,2
Renda medio-baixa	7,0	7,1	4,7	4,4	4,1	3,9
Renda baixa	10,6	7,6	7,0	4,5	5,5	3,6
Consumo segundo a distribución por idades						
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<35 anos	2,3	2,8	1,3	1,7	2,5	2,4
35-49 anos	3,9	4,1	2,3	2,5	3,0	3,0
50-64 anos	8,0	9,1	5,0	5,6	4,6	4,6
>65 anos	14,0	15,5	8,9	9,4	5,9	5,7
	7,3	7,3	4,5	4,8	4,1	4,0
Consumo segundo a distribución por condicións persoais						
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Mozos/as independentes	4,9	6,2	3,1	3,3	5,3	5,1
Parellas novas sen fillos	4,1	4,2	2,4	2,8	3,4	3,6
Parellas c/fillos pequenos	3,0	2,9	1,5	1,6	2,1	1,9
Parellas c/fillos idade media	4,1	4,2	2,4	2,5	3,0	2,9
Parellas c/fillos maiores	6,8	7,3	4,2	4,6	4,0	3,9
Fogares monoparentais	5,0	5,2	3,2	3,2	3,2	3,3
Parellas adultas sen fillos	11,5	13,2	7,6	8,5	5,9	5,7
Adultos independentes	10,1	11,5	6,0	6,7	7,1	7,0
Retirados	15,2	16,8	9,8	10,2	6,4	6,0

Cadro 15.

Resultados globais dos consumos de produtos pesqueiros (2024).
Fonte: elaboración propia segundo o Panel Alimentario.

Os resultados dos consumos dos distintos produtos pesqueiros analizados en función da renda, idade e condicións persoais permítennos profundar nos hábitos e preferencias dos fogares. Sobresaen os consumos de peixe fresco nas persoas maiores e de renda alta e media-alta. Así mesmo, tamén son máis intensos os consumos de mariscos e moluscos por parte das rendas medias-altas; en tanto que existe máis igualdade, en termos de rendas, nas preferencias polo consumo de conservas.

Os niveis de consumo varían moi significativamente segundo as idades. Os mozos son os que menos peixe consomen. Seguen sendo, con todo, as persoas maiores as que rexistran os maiores consumos, sexa en peixe fresco (14 kg), sexan mariscos (8,9 kg) e conservas (5,9 kg), moi por riba dos demais estratos de idade e das medias nacionais.

Sen ningunha dúbida, a composición dos fogares é relevante á hora de determinar as preferencias e consumos de produtos pesqueiros. Quizais neste apartado tanto a variable tempo como os aspectos nutricionais do produto e as recomendacións médicas posúan unha grande influencia nos comportamentos das persoas. Así, os datos proporcionánnos sinais moi evidentes. Canto maior for a idade das persoas, as persoas retiradas e a ausencia de compromisos familiares (persoas adultas independentes, fogares monoparentais, por exemplo), os niveis de consumo de peixes frescos son máis elevados. Pola contra, aqueles fogares compostos por parellas con nenos pequenos son os que menos demandan peixe fresco.

Tamén é rechamante o feito de que os mozos e mozas independentes consomen máis volume de conservas de peixe que de peixe fresco. E os mozos independentes, parellas sen fillos, con fillos pequenos e de mediana idade, xunto coas persoas adultas independentes, demandan máis conservas que moluscos e mariscos, en tanto que, por parte das parellas con fillos maiores, sen fillos, monoparentais e persoas retiradas, os consumos oríéntanse maiormente cara aos mariscos e moluscos por riba da inxesta de conservas.

Ou sexa, os tres factores: a idade, as rendas e a composición dos fogares constitúen as variables chave na determinación dos comportamentos dos consumos.

3.9

PRINCIPAIS CONSUMOS DE PRODUTOS PESQUEIROS

Non todos os produtos pesqueiros son obxecto de idéntica preferencia. A especialización produtiva vén condicionada polas disponibilidades e posibilidades, así como polas tradicións territoriais, os distintos hábitos alimentarios e, naturalmente, van en consonancia coas preferencias e mais os prezos.

Escudriñando os distintos niveis de consumo de determinados produtos pesqueiros teríamos que para o exercicio 2022 as demandas de peixe fresco se concentran, preferentemente, nas seguintes especies: salmón, pescada, bacallau, dourada e bocarte, que tamén coinciden cos maiores niveis de gasto *per cápita*. Outras especies, caso do atún, sardiña, rape, cabala, linguado ou rodaballo, presentan niveis destacables, mais nun segundo nivel de consumo. Os datos así o manifestan: por baixo do medio quilo ao ano e cun gasto por baixo de 3 euros/ano.

Canto aos consumos de moluscos frescos, a media española subliña unha especialización moi notable no que se refire ás luras, polbos, lagostinos e gambas. Nas dúas últimas especies citadas tanto o consumo como o gasto *per cápita* dispárase (é o maior de todas as especies demandadas polos españois). Tamén é resaltable o consumo de lura/polbo cun consumo dun quilo por ano e ao que se lle atribúe maior gasto *per cápita* que o correspondente ao consumo do bacallau, dourada ou robaliza, por exemplo.

Mención especial é o consumo de mexillón. A pesar de ser España un dos maiores produtores do mundo e cunha oferta superior ás 250.000 toneladas, os niveis de consumo e gasto son moi baixos.

	Volume	Valor	Consumo <i>per cápita</i>	Gasto <i>per cápita</i>	% volume	Prezo medio
Peixe fresco						
Salmón fresco	68.448	669.010	1,48	14,45	0,23	9,77
Pescada fresca	52.607	510.920	1,14	11,05	0,19	9,71
Bacallao	39.179	328.955	0,85	7,11	0,13	8,40
Dourada	31.165	257.884	0,67	5,58	0,12	8,27
Bocarte	29.822	181.619	0,64	3,93	0,11	6,09
Robaliza	22.829	227.126	0,49	4,91	0,08	9,95
Atún e bonito	18.673	221.530	0,40	4,79	0,07	11,86
Sardiña	17.986	98.399	0,39	2,13	0,07	5,47
Rape	12.639	157.968	0,27	3,42	0,05	12,50
Cabala	10.878	64.316	0,24	1,39	0,04	5,91
Troita	8.595	68.355	0,19	1,48	0,03	7,95
Linguado	6.014	75.767	0,13	1,64	0,02	12,60
Rodaballo	3.228	42.374	0,07	0,92	0,01	13,12
Moluscos frescos						
Calamar/polbo	43.839	452.437	0,95	9,78	0,16	10,32
Gamba/lagostino	90.039	1.034.318	1,95	22,34	0,30	11,49
Mexillón	35.334	140.566	0,76	3,04	0,13	3,98

Cadro 16.

Principais consumos de especies pesqueiras nos fogares españois (2022).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

O balance presentado en 2024 apenas difire do de hai dous anos. Seguen sobresaíndo os consumos de salmón, pescada, bacallau, bocarte, robaliza, dourada e túnidos. Sobresaen os descensos do consumo *per cápita* de todas as especies e, con todo, é apreciable o aumento do gasto *per cápita* como consecuencia dos incrementos dos prezos medios.

Mirando con atención os principais consumos domésticos sobresaen a maior apreciación da demanda do bocarte e robaliza, o notable incremento dos prezos medios e a estabilización nas preferencias e pautas do consumidor español.

	Volume	Valor	Consumo per cápita	Gasto per cápita	% volume	Prezo medio
Peixe fresco						
Salmón fresco	54.410	771463	1,16	16,45	0,20	14,18
Pescada fresca	42.185	456.744	0,90	9,74	0,16	10,83
Bacallao	33.480	270.587	0,71	5,77	0,12	8,08
Dourada	24.944	252.267	0,53	5,38	0,09	10,11
Bocarte	30.788	200.913	0,66	4,28	0,11	6,53
Robaliza	28.768	312.472	0,61	6,66	0,11	10,86
Atún e bonito	17.987	229.651	0,38	4,90	0,07	12,77
Sardíña	15.711	89.140	0,34	1,90	0,06	5,67
Rape	12.274	165.261	0,26	3,52	0,05	13,46
Cabala	8.777	49.861	0,19	1,06	0,03	5,68
Troita	7.882	77.027	0,17	1,64	0,03	9,77
Linguado	5.294	74.225	0,11	1,58	0,02	14,02
Rodaballo	3.070	44.964	0,07	0,96	0,01	14,64
Moluscos frescos						
Calamar/polbo	39.295	460.309	0,84	9,82	0,15	11,71
Gamba/lagostino	76.553	933.170	1,65	20,16	0,28	12,19
Mexillón	28.747	119.913	0,61	2,56	0,11	4,17

Cadro 17.
Principais consumos de especies pesqueiras nos fogares españois (2024).
Fonte: elaboración propia a partir dos datos do Panel Alimentario.

Os consumos de produtos pesqueiros conxelados revelan distintas apreciacións. O seu consumo é máis reducido que o do peixe fresco. Sobresaen as demandas relacionadas coa pescada (case un quilo/ano) e o bacallau (0,4 kg/ano); e polo que fai ao marisco, as gambas/lagostinos aglutinan as maiores demandas ao contabilizar preto de 6 quilos/ano.

	Consumo (millóns kg)	Gasto (millóns €)	Consumo <i>per cápita</i>	Gasto <i>per cápita</i>
Total peixe conxelado	104,9	881,3	2,3	19,0
Pescada	41,4	306,5	0,9	6,6
Linguado	2,1	21,7	0,0	0,5
Bacallau	16,7	176,0	0,4	3,8
Salmón	6,3	105,3	0,1	2,3
Outros pescados	38,5	271,8	0,8	5,9
Total marisco conxelado	100,1	1.046,3	2,2	22,6
Ameixas	5,4	33,1	0,1	0,3
Berberechos	0,1	2,0	0,0	0,0
Mexillóns	1,9	13,9	0,0	0,3
Calamares	20,1	178,5	0,4	3,9
Polbo	3,4	44,4	0,1	1,0
Gamba/lagostino	52,5	1,1	5,9	12,9
Outros mariscos	16,5	0,4	1,7	3,8

Cadro 18.

Consumo das principais especies de produtos pesqueiros conxelados nos fogares españois (2021).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

Finalmente, no concernente ás distintas especies de conservas de peixe e afumados as referencias son moi específicas. Chaman a atención os elevados consumos de conservas de atún, que suman un total de 91,6 toneladas para un consumo *per cápita* de 1,95 kg/ano e un gasto anual de 19,7 €. En segundo lugar, cómpre resaltar os consumos de conservas de mexillóns cun importe próximo ás 12 toneladas, de onde resulta un consumo *per cápita* de 0,27 kg e un gasto anual *per cápita* de 2,8 €. E, finalmente, os notables consumos de conservas de sardiñas que supoñen un consumo *per cápita* de 0,19 kg/ano e un gasto medio de 2,08 €/ano.

	Consumo (miles kg)	Valor (miles €)	Consumo per cápita (kg)	Gasto per cápita (€)	Prezo medio (€/kg)
Atún	91.671	924.576	1,95	19,72	10,09
Sardiñas	9.096	97.731	0,19	2,08	10,74
Cabala e Chicharro	5.692	63.586	0,12	1,36	11,17
Mexillóns	12.712	133.256	0,27	2,84	10,48
Berberechos	2.457	62.963	0,05	1,34	25,62
Anchoas	3.473	90.920	0,07	1,94	26,17
Calamares	3.840	36.702	0,08	0,78	9,56
Polbo	344	4.036	0,01	0,09	11,70
Salmón afumado	7.584	271.719	0,16	5,79	35,92
Troita afumada	142	4.258	0,01	0,09	29,89

Cadro 19.
Principais consumos de conservas de peixe nos fogares españois (2024).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

3.10

O CONSUMO EXTRADOMÉSTICO DE PRODUTOS PESQUEIROS EN ESPAÑA

O ano 2020, o do confinamento, viu retroceder o seu consumo por mor da crise sanitaria relacionada co coronavirus. No ano seguinte, 2021, tanto a compra como o consumo de produtos pesqueiros fóra da contorna doméstica repuntou, e alcanza un volume total de 93.262,61 miles de kg, cifra superior nun 26 % á rexistrada no ano da pandemia. Con todo, no ano 2002 as magnitudes non continúan na senda de recuperación, nin seguen o mesmo ritmo que o resto da alimentación, xa que non acadan o volume de consumicións que en 2021. As cifras do 2022 son a seguintes:

- A cantidade consumida de produtos pesqueiros e de mariscos fóra de casa ascende a 146 millóns de toneladas (un 2,2 % inferior á do 2021).
- E o número de consumicións retrocede a un ritmo inferior (0,5 %), o que significa que cando o facemos, o facemos en moita menor cantidade.

Como notas explicativas deste retroceso resulta que asistimos a un consumo menos intensivo. Ou sexa, unha vez retomada a normalidade, as consumicións que se efectúan fóra dos fogares medran menos e tales consumicións son de menor cantidade, debido a que o decrecemento do volume é superior ao decrecemento do número das consumicións.

As outras notas singulares fan referencia a que: a) o 70,5 % dos residentes españois consumiu peixe e marisco fóra de casa durante o ano 2022 (no ano 2021 foi un 63 %); b) porén, estes novos consumidores son menos intensivos, xa que saen 1,7 % menos de veces a consumir e reducen a carga que incorporan en cada acto nun 2 %; c) a frecuencia de consumo dos produtos pesqueiros mantense ao redor de 13,21 actos, cifra que empeora con respecto ao ano da pandemia en 9,6 %.

Desta forma, a cantidade inxerida por cada persoa cífrase en 4,24 kg/habitantes/ano, inferior en 2,4 % respecto ao ano 2021; e moi inferior (-12 %) á cifra rexistrada en 2019.

Desagregando as cifras segundo sexa peixe ou marisco, as conclusións subliñan:

- O peixe consumido fóra do domicilio é moi similar en 2022 ao rexistrado en 2021 (407 millóns de consumicións); con todo, o volume é inferior (1,1 %), o cal significa que as consumicións son de tamaño inferior. O consumo *per cápita* de peixe no ámbito extradoméstico é de 1,72 quilos, unha cantidade inferior nun 1,2 % da anotada en 2021. Iso supón un estancamento no que respecta ao consumo de peixe fóra do fogar.
- No que incumbe aos consumos de marisco fóra do fogar, o volume rexistrado en 2022 redúcese nun 1 % no que respecta ao número de consumicións e nun 3 % en volume total. En 2022 consumíronse 89,4 millóns de quilos de marisco a través de 295,3 millóns de consumicións. Así mesmo, o consumo dos novos consumidores é menos intensivo, pois redúcese nun 1,9 % a frecuencia de compra e nun 2,3 % a carga que se incorpora en cada acto. En total, o consumo *per cápita* de marisco é de 2,6 kg/habitante/ano, cantidade que é inferior nun 3,1 % á do ano 2021. É dicir, fréase a recuperación iniciada en 2021, o cal é común a todas as especies de marisco.

A partir de devandita data, os dous anos seguintes (2023 e 2024) rexistran comportamentos alcistas que avalan e consolidan esta dinámica. O consumo extradoméstico aumenta en volume (tanto en total de compra como de consumicións) e o mesmo acontece en termos de consumo *per cápita* en 2024 (4,39 kg/ano en 2024 e 4,42 kg/ano en 2022). Tal dinámica significa que, debido ao aumento da poboación, a demanda en termos globais tamén aumenta e estes aumentos reflíctense en incrementos dos niveis de consumo *per cápita*.

	2024	2023	2022	% 2024/ 2023
Volume (miles kg)	155.707	149.760	145.985	1,3%
Consumicións (miles)	708.823	688.823	696.152	0,5%
Penetración (%)	65,78	68,05	70,45	-2,5%
Frecuencia de compra actos	13,61	13,15	13,21	3,2%
Compra media por consumición	30,36	29,02	28,71	3,6%
Volume por acto (consumición)	2,23	2,21	2,17	0,4%
Consumo <i>per cápita</i> (kg)	4,39	4,29	4,24	0,9%

Cadro 20.
Consumo extradoméstico total de produtos pesqueiros (2024).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

A análise do consumo extradoméstico de peixe e de marisco revela características moi relevantes á hora de enfocar as estratexias tanto empresariais como de estímulo ao consumo por parte das instancias públicas. Dunha banda, o consumo *per cápita* é moi disímil no que respecta á inxesta. O segmento que mantén o liderado correspóndese co marisco (60 %) aínda que perde peso respecto ao 2022.

En segundo termo, o peixe posúe unha participación en volume do 53 % (perdeu unha mínima cota nos últimos anos). O consumo *per cápita* extradoméstico diminúe un 1,2 %, de modo que acada os 4,29 quilos/ persoa, dos que o marisco supón 2,68 quilogramos e o peixe un total de 1,70 quilos/habitante/ano.

	PEIXE				MARISCO			
	2024	2023	2022	% 2024 /2023	2024	2023	2022	% 2024 /2023
Volume (miles kg)	60.462	56.945	59.277	3,5%	95.244	92.814	89.374	1,02
Consumicións (miles)	403.204	390.129	406.998	2,0%	308.273	302.058	295.251	1,03
Penetración (%)	60,46	61,24	63,91	-1,2%	53,45	54,48	54,29	-1,20
Frecuencia de compra actos	10,27	10,05	10,12	2,2%	7,97	7,70	7,67	1,03
Compra media por consumición	18,79	18,27	18,50	2,6%	16,25	15,90	15,82	1,03
Volume por acto (consumición)	1,83	1,82	1,83	0,4%	2,04	2,06	2,06	-0,8
Consumo <i>per cápita</i> (kg)	1,70	1,63	1,72	2,0%	2,68	2,66	2,60	-2,7%

Cadro 21.
Consumo extradoméstico atendendo ao peixe e marisco (2024).

O estudo do MAPA permítenos analizar o comportamento dos consumos extradomésticos de peixe atendendo ao tamaño das poboacións. As entidades que se consolidan como intensivas no consumo son aquelas que se atopan entre os 30.000-200.000 habitantes e as cidades con máis de 500.000 habitantes. Pola contra, nas pequenas poboacións (as menores de 30.000 habitantes) o consumo é reducido, xa que non chega aos 4,5 kg *per cápita*.

En todos os estratos de poboación seleccionados as preferencias do consumo céntranse nos mariscos máis que nos peixes. Neste aspecto o diferencial máis relevante naquelas entidades comprendidas entre 5.000-10.000 habitantes e entre as de 30.000-200.000 habitantes.

Atendendo ás clases económicas ou ás rendas da cidadanía, os consumos extradomésticos de peixe e marisco concéntranse de maneira moi polarizada nos estratos de clases alta e media-alta (onde se agrupa o 43 % do total do consumo). Pódese dicir, así mesmo, que os consumos de peixe e marisco diminúen a medida que a renda se reduce. Desta maneira, o grupo de rendas baixas (que agrupa un 22 % da poboación) só consome o 19 % do peixe e o 21 % do marisco, do que resulta que os consumos *per cápita* sexan de 1,54 kg/ano e 2,58 kg/ano para o peixe e marisco, respectivamente, cando as rendas altas consomen 2,03 kg/ano de peixe e 2,94 kg de marisco.

As idades tamén desempeñan un papel fundamental nos hábitos de consumo extradoméstico. Quen máis consome fóra do fogar son as persoas maiores. Se nos fixamos nos diferenciais de consumo entre os que posúen menos de 35 anos e os que superan os 50, teríamos que a proporción é moi notable: máis de 3 veces no que incumbe ao peixe e máis de 5 veces no que concirne ao marisco. Dito doutro xeito: as persoas maiores de 50 anos concentran preto do 72 % do consumo de peixe e o 78 % do marisco. E os mozos e mozas (menores de 25 anos) só demandaron en 2024 o 2,5 % do peixe e o 1,4 % do marisco.

PEIXE				MARISCO		
	% poboación	% volume	Consumo per cápita	% poboación	% volume	Consumo per cápita
Consumos extradomésticos de peixe segundo o tamaño das entidades de poboación						
< 2.000	5,9	5,0	14,6	5,9	6,5	3,02
2-5.000	6,6	3,4	08,8	6,6	4,6	1,94
5-10.000	8,3	7,6	15,5	8,3	12,5	4,14
10-30.000	18,4	17,7	16,4	18,4	18,4	2,80
30-100.000	20,8	22,6	18,6	20,8	19,7	2,59
100-200.000	10,6	10,1	16,2	10,6	8,1	2,26
200-500.000	12,6	12,5	17,0	12,6	11,4	2,41
>500.000	16,9	21,0	21,2	16,9	18,7	3,02
Atendendo ás idades						
15-19	6,9	0,5	0,12	69	09	038
20-24	6,8	2,0	0,50	68	05	022
25-34	14,4	6,4	0,76	144	48	091
35-49	29,0	19,2	1,13	290	154	144
50-59	19,9	25,9	2,22	199	214	298
60-75	23,0	46,0	3,41	230	570	689
Atendendo ás rendas						
Alta	22,3	26,5	2,03	223	240	294
Media alta	15,5	17,0	1,89	155	131	238
Media	25,0	24,8	1,66	250	270	300
Media baixa	15,5	12,3	1,34	155	148	273
Baixa	21,8	19,5	1,54	218	212	258
Atendendo ao xénero						
Alta	49,7	52,3	1,79	497	605	336
Media alta	50,3	47,7	1,62	503	395	216

Cadro 22.

Distribución dos consumos extradomésticos de produtos pesqueiros (2024).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

Se a análise se efectúa en termos de preferencia dos consumidores acerca da diversificación produtiva, as maiores demandas concéntranse nos mariscos (2,68 kg/habitante/ano) e ademais con tendencia crecente nos últimos cinco anos; e, dentro deles, sobresaen os consumos de calamares (0,59 kg/ano), o polbo/sepia (co 0,55 kg/ano) e por riba de ambos o lagostino/gamba que, cun consumo de 0,75 kg/habitantes/ano en 2024, máis que duplica as cifras contabilizadas no ano 2020, ao igual que as dúas especies mencionadas que duplican os consumos medios no último quinquenio.

Os consumos extradomésticos, polo que atinxe ao peixe, revelan, así mesmo, unha tendencia crecente desde 2020. Alcanzan os 1,70 kg/habitante/ano en 2024. A principal especie consumida é o salmón que triplica a súa demanda, de modo que pasa dunha inxesta de 0,07 kg/ano en 2020, a 0,22 kg/ano en 2024. Son, así mesmo, espectaculares os aumentos de consumos de túnidos que ascenden ata 0,12 kg/ano en 2024, cando en 2020 escasamente superaban os 0,05 kg/ano. A continuación, por orde de preferencia, veñen: a pescada (0,07 kg/ano), os bocartes (0,06 kg/ano) e as sardiñas (0,05 kg/ano). Menos intensivas son as demandas de rape e dourada.

PEIXE	2024	2023	2022	2021	2020	MARISCO	2024	2023	2022	2021	2020
TOTAL	1,70	1,67	1,72	1,07	0,90	TOTAL	2,68	2,76	2,52	1,65	1,27
Pescada	0,07	0,08	0,07	0,03	0,04	Calamares	0,59	0,60	0,54	0,37	0,26
Bocarte	0,06	0,06	0,06	0,04	0,03	Polbo/sepia	0,55	0,60	0,51	0,34	0,26
Sardiña	0,05	0,06	0,05	0,04	0,03	Langostino/ Gamba	0,75	0,73	0,71	0,45	0,35
Rape	0,02	0,03	0,02	0,01	0,01						
Dourada	0,03	0,04	0,04	0,03	0,02						
Salmón	0,22	0,17	0,18	0,09	0,07						
Atún	0,12	0,11	0,11	0,06	0,05						

Cadro 23.

Consumo extradoméstico *per cápita* de peixe e marisco.
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

O consumo intensivo de peixe fóra do fogar concéntrase preferentemente nas áreas metropolitanas de Madrid e Barcelona e en Andalucía; é dicir, en áreas territoriais que albergan á maior poboación, a que posúe un elevado nivel de mobilidade en termos de traxectos casa/traballo, e naqueles territorios onde a importancia e tradición pesqueiras é notoria.

Idéntico razoamento vale para explicar os consumos de marisco fóra do fogar. Os cocientes *per cápita* son maiores que no caso do peixe, mentres que os índices máis elevados se corresponden coa área metropolitana de Barcelona, o Levante, Aragón e Madrid.

No entanto, nas áreas costeiras, xa sexan cantábricas xa andaluzas, os consumos extradomésticos de peixe sitúanse por baixo das medias nacionais. Polo que respecta ás demandas de marisco os trazos son distintos, pois a zona mediterránea levantina e catalá presenta uns consumos elevados, moi por riba dos cocientes das outras partes de España.

PEIXE				MARISCO		
	% poboación	% volume	Consumo per cápita	% poboación	% volume	Consumo per cápita
Barcelona metropolitana	9,4%	8,8%	1,59	9,4%	10,5%	3,06
Resto de Cataluña & Aragón	13,3%	12,3%	1,58	13,3%	21,6%	4,54
Levante	15,8%	16,1%	1,74	15,8%	20,1%	3,53
Andalucía	20,3%	20,3%	1,70	20,3%	14,5%	1,95
Madrid metropolitana	13,3%	19,1%	2,45	13,3%	12,2%	2,53
Resto centro	9,7%	7,9%	1,38	9,7%	7,6%	2,19
Norte centro	9,3%	7,7%	1,41	9,3%	6,1%	1,79
Noroeste	8,9%	7,7%	1,48	8,9%	7,5%	2,28
Total	100,0%	100,0%	1,70	100,0%	100,0%	2,76

Cadro 24.
Consumo extradoméstico de produtos pesqueiros atendendo a distintas áreas territoriais (2024).
Fonte: elaboración propia a partir do Panel Alimentario.

04

**O SECTOR
PESQUEIRO EN
PORTUGAL**

04

04

O SECTOR PESQUEIRO EN PORTUGAL

4.1

ESTRUTURA DA FROTA

A frota de pesca en Portugal contabilizaba no 2024 un total de 6811 embarcacións cun arqueo de 84.045 GT e unha potencia propulsora de 341.944 Kw. Esta situación reflicte unha estabilidade co respecto dos anos anteriores, pois só se rexistra un lixeiro decrecemento nas variables chave: no número de navios 45 unidades (equivalentes a - 0,7%), no que concerne o tonelaxe, un -0,9%; e no que atinxe a potencia, un -0,2%, sempre co respecto ao ano 2023.

Se nos atenemos a frota pesqueira licenciada (e dicir, a frota con autorizacións para operar cunha arte de pesca nunha zona específica e por un período de tempo determinado) o número de navios ascendeu a 3.614 embarcacións, o que supón o 53,1% do total da frota, o 87,7% do arqueo e o 81,9% da potencia rexistrada.

No obstante, dadas as incertezas existentes no sector pesqueiro, a frota licenciada viu reducir, no 2024, o seu número de embarcacións nun 3,1% (ou sexa, 114 unidades); pero incrementando o seu tonelaxe (+1.4%) e mantendo case a mesma potencia (-0,1%). Siñifica, polo tanto, un incremento do tonelaxe medio; e dicir un aumento das súas capacidades de esforzo.

	Embarcacións	Arqueo bruto (GT)	Potencia (kw)
Flota total	6.811	84.045	341.944
% 2024/2023	-0,7%	-0,9%	-0,2%
Flota licenciada	3.614	73.748	280.178
% flota licenciada/flota total	53,1%	87,%	81,9%

Tabla 1.
Clasificación da frota pesqueira.
Fonte: INE. Estatísticas da Pesca.

Atendendo as categorías dos barcos segundo o seu tamaño temos que a frota portuguesa destaca polo predominio de barcos de pequenas dimensións (o 82,7% dos mesmos teñen menos de 5 GT) e con pequenas potencias (so representan o 35,3% do total). Pola contra, os navios cun arqueo superior os 100 GT suman escasamente o 10% do total, pero acaparan o 30% da potencia, representando únicamente o 2,4% das embarcacións totais.

Esta clasificación pon de manifesto dúas realidades ben diferentes. Dunha banda, o amplo conxunto de embarcacións de artes menores, que traballan e operan próximas a costa, que constitúen o sostén das economías familiares e costeiras; e doutra banda, o reducido número de barcos de tamaño medio e de grandes dimensións (os superiores a 50 GT) que so suman o 4,2% do total, para representar o 39% da potencia e que faenan en caladoiros xestionados pola Unión Europea ou baixo acordos con terceiros países ou Organizacións Rexionais ou Internacionais de Pesca.

	Embarcacións	Arqueo bruto	Potencia
Menos de 5 GT	82,7%	65,6%	35,3%
Entre 5-25 GT	11,3%	8,9%	18,4%
Entre 26-50 GT	2,0%	10,0%	7,2%
Entre 51-100 GT	1,8%	5,7%	9,3%
Mais de 100 GT	2,4%	9,9%	29,9%

Tabla 2.
Clasificación da frota pesqueira.
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

Asemade, a distribución territorial das frotas reflicte una composición peculiar. E dicir, as rexions do Algarve e do Norte acaparan a maior porcentaxe de buques; sobresaindo, polo tanto, as súa especialización sectorial. Nas rexions de Oeste e do Vale de Tejo xunto á da península de Setúbal amosan unha porcentaxe moi elevada no tocante as embarcacións sen motor (40,6% e 23,9% respectivamente). Pola contra, as embarcacións localizadas no Norte e no Algarve presentan a meirande porcentaxe de navios motorizados.

	Barcos con motor	Barcos sin motor	Total Barcos
Norte	993	83	1.076
Centro	860	83	943
Oeste e Vale do Tejo	445	304	749
Grande Lisboa	204	58	262
Península Setúbal	801	252	1.053
Alentejo	135	33	168
Algarve	1.352	124	1.476
Açores	677	8	685
Madeira	168	231	399
TOTAL	5.635	1.176	6.811

Tabla 3.
Clasificación da frota pesqueira segundo as rexions marítimas.
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

Finalmente, a frota pesqueira portuguesa caracterízase por unha especialización moi acusada no que atinxe a artes de pesca. Así, segundo os datos estatísticos, temos que: a) a maior parte das embarcacións licenciadas utilizan as artes con anzol (35,7%); b) lle siguen os navíos con redes (25%) e as armadilhas (18%); e c) os buques licenciados nas artes de arrastro e cerco son minoritarios, aunque se corresponden cos buques con maior tamaño e cunha maior capacidade e pesca.

Asemade, en comparación con 2023 o número de embarcacións licenciadas por tipo de artes diminuíu para as modalidades de anzol (-2,8%), armadilhas (-1,4%), arrastro (- 1.2%); e redes (-2,2%), manténdose tanto as embarcacións inscritas noutras artes como se contempla un alza mínimo no tocante as embarcacións con artes de cerco (+0.1%).

	Número 2024	%	Número 2023	Diferencia 2024/2023
Anzol	1.076	993	83	1.076
Armadilhas	943	860	83	943
Arrastro	749	445	304	749
Cerco	262	204	58	262
Redes	1.053	801	252	1.053
Outras artes	168	135	33	168

Tabla 4.
Distribución das embarcacións licenciadas segundo as artes de pesca. 2024.
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

4.2

DESEMBARCOS

As capturas efectuadas pola frota pesqueira portuguesa no 2024 rexistraron un total de 165.747 Tns. descargadas nos peiraos portugueses. Foi unha cantidade inferior nun 3,2% respecto o derradeiro ano 2023. Esta redución do montante final procede dun menor volumen das capturas efectuadas nas augas nacionais (-7,7%); posto que as capturas levadas a cabo nas augas externas aumentaron nun 15% respecto o 2023, contabilizando finalmente un total de 38.024 Tns.

Destas cantidades descargadas arredor de 122.039 Tns corresponden ó pescado fresco e refrixerado, cifra menor que as contabilizadas no ano 203, que sumaron 131.295 Tns. equivalentes en valor a 337.666 miles de euros.

E dicir, a evolución das capturas desembarcadas poñen de manifesto unha tendencia decrecente nos derradeiros anos (una perda arredor de 10%) que combina cun aumento do valor das descargas (tan so menos dun 1%).

	Cantidad (miles de Tns)	% variación anual	Valor (miles de euros)	% variación anual
2021	185.417	+13,2%	335.044	+27,8%
2022	165.801	-10,6%	335.542	+0,1%
2023	171.235	+3,3%	339.794	+1,3%
2024	165.747	-3,2%	337.696	-0,6%

Tabla 5.
Evolución das capturas de pescado fresco e refrixerado.
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

Analizando as descargas de peixe temos varias notas de interese:

- A maior redución das capturas ten lugar nos portos do continente; onde as descargas sumaron 108.682 Tns (-7,2% respecto o 2023) e aquelas contabilizadas na Illas Madeira onde o seu decrecemento foi mais elevado (-25%), sumando as descargas un total 3.517 Tns. Mentras tanto, nas Illas Acores as descargas aumentaron un 3,5% no derradeiro ano.
- Foi especialmente siñificativa a redución das capturas de pequenos peláxicos, especialmente a cavala (caballa) cun total de 18.305 Tns. (-43% respecto o ano 2023) e o carapau (jurel) con 14.228 Tns (-10,8% respecto o ano 2023).
- Tamén chama a atención o descenso dos desembarcos dos túnidos que, con 8.139 Tns, amosan un descenso do 12.5% respecto o derradeiro exercicio.
- Pola contra, aquelas especies que incrementan a súa participación nas capturas totais corresponden as sardinhas (sardiñas) con 31.922 Tns. (+27,2% respecto o ano 2023) e os biqueraos con 5.882 Tns (+28,8% con respecto o derradeiro ano).

	2023	2024
PEIXES MARIÑOS		
Sardinhas	22,5%	31,4%
Cavalas	29,0%	18,0%
Carapaus	14,4%	14,0%
Atún	8,4%	8,0%
Outros	25,7%	28,5%
MOLUSCOS		
Polvo	35,2%	27,1%
Berbigao	15,8%	26,5%
Outros	49,0%	46,4%
CRUSTÁCEOS		
Gambas	40,7%	32,0%
Caranguelos	23,9%	27,0%
Outros	35,4%	41,1%

Tabla 6.
Estrutura porcentual do volumen das capturas nominais de pescado fresco e refrixerado por especies.
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

O volumen dos moluscos capturados acadan un total de 18.305 Tns. (montante superior nun 3,1% respecto o 2023). As principais especies correspondellen ó berbigao (+72%), as ameijoas (+6,1%), os longueiros (+35%) e as potas (+59,6%). Pola contra, diminuen as capturas de polvos (-20,6%), de chocos (-8,9%) e de lulas (-29,9%).

No tocante os crustáceos o seu montante en 2024 acadou un total de 1.632 Tns, cunha diminución do 12% respecto o ano 2023. As principais especies de crustáceos amosaban comportamentos moi dispares: por una banda, as capturas descargadas de gambas caen arredor do 30%, o igual que os caares (-1,5%), os caranguejos (-0.9%) e as santolas (- 10,4); e pola outra, en contrapartida, os lagostim aumentaron un 13,7% e as lagostas e lavagantes un 14,7% co respecto o anos 2023.

Outra forma de enfocalo análise consiste en destacar as capturas en función das artes e técnicas de pesca. Neste caso, as artes de anzol manteñen un predominio maioritario cun 51,7% do total de capturas, aumentando lixeiramente a súa porcentaxe con respecto o 2023 (50,8%). A pesca polivalente ocupa a segunda posición cun peso do 38,3%; e a terceira posición correspóndelle o arrastre cun 9,9%, en 2024 (cando representou un 11,1%, en 2023).

A distribución rexional das cantidades capturadas de pescado fresco e refrixerado no 2024 amosa una particularidade sobresaínte. A península de Setúbal sobresaí en termos de volumen (cun 22,6% do total) seguida das área territorial do Norte de Portugal cun 19,1%. Esta última rexión é a que máis incrementa as súas capturas no derradeiro ano. O resto das rexións pesqueiras, tales como as do Oeste e Val de Tejo e do Centro ocupan a terceira e cuarta posición do ranking nacional.

En termos de valor destaca a rexión do Algarve (19,6% do total) seguida pola rexión Oeste e Val do Tejo (16,1%), península de Setúbal (16,0%); Norte (14,2%) e Centro (13,2%). Os archipiélagos de Acores e Madeira seguirían no ranking ás anteriormente citadas; e o Alentejo e Lisboa ocuparían os derradeiros lugares do ranking pesqueiro, expresados en valor das capturas.

	Cantidades		Valor	
	2023	2024	2023	2024
Norte	13,8%	19,1%	14,1%	14,2%
Centro	13,0%	15,0%	12,3%	13,2%
Oeste e Val do Tejo	18,5%	15,1%	17,6%	16,1%
Grade Lisboa	0,03%	0,04%	0,2%	0,2%
Península Setúbal	24,6%	22,6%	14,8%	16,0%
Alentejo	5,2%	3,9%	3,5%	3,3%
Algarve	14,1%	13,2%	20,8%	19,8%
Acores	7,2%	8,1%	11,5%	12,3%
Madeira	3,8%	2,9%	5,4%	5,0%

Tabla 7.
Porcentaxe das capturas anuais de pescado fresco e refrixerado atendendo as rexións pesqueiras.
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

4.3

COMERCIO INTERNACIONAL

As importacions de productos pesqueiros manteñen una senda ascendente o longo dos derradeiros anos. Suman no ano 2024 un total de 2.727,8 millóns de euros, un 5,9% mais que no ano precedente. A cifra é mais que siñificativa pois reflicte unha alza que é mais do dobre ca rexistrada polas importacions globais do país que acadou no derradeiro ano un incremento do 2,2%.

As exportacions, pola súa banda, presentan un crecemento menor en intensidade cas importaciones. Se pasa dunha cifra de 1.120 millóns de euros no 2021, ata os 1.453 millóns de euros no 2024. O resultado final subliña que o déficit comercial aumenta ata culminar no 2024 un saldo negativo de 1,274 millóns de euros; e que a taxa de cobertura mantén una ratio elevada, superior o 50%.

	Exportacions	Importacions	Déficit	Taxa de cobertura
2021	1.120,9	2.069,8	949,0	54,2
2022	1.315,7	2.596,3	1.280,6	50,5
2023	1.366,5	2.542,7	1.176,2	53,7
2024	1.453,3	2.727,8	1.274,5	53,3

Tabla 8.

Balanza comercial dos produtos pesqueiros e taxa de cobertura (expresado en termos económico, en millóns de euros).
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

En referencia os productos da pesca, salientamos que o grupo composto polos peixes secos, salgados e fumados encabezan as compras ó exterior cun total de 541 millóns de euros; seguidos de peixes frescos e refrixerados (472 millóns de euros) e dos peixes conxelados (460 millóns de euros). Menor relevancia acadan os moluscos (365 millóns de euros); os crustáceos (290 millóns de euros) e as conservas de peixe (260 millóns de euros).

	2024	2023	% 2024	% variación 2024/023	Principais países
Peixes frescos e refrixerados	472	442	17,3%	6,8%	España, Marruecos
Peixes conxelados	460	490	16,9%	-6,1%	Rusia, Países Baixos
Peixes secos, salgados e fumados	541	498	19,9%	8,7%	Noruega, Países Baixos
Preparación e conservas de peixes	260	246	9,5%	5,6%	
Moluscos	365	315	13,4%	15,8%	España
Crustáceos	290	288	10,6%	0,1%	
Filetes e outras carnes de peixe	218	178	7,9%	22,8%	China, Lituania, España, Ecuador
Outros	121	122	4,5%	-0,1%	
TOTAL	2.727	2.575	100,0	5,9%	

Tabla 9.
Valor das importacions por grupos de produtos pesqueiros (en millóns de euros).
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

A procedencia das compras no que concerne os peixes secos, salgados e fumados veñen da Noruega (principalmente) seguida de Países Baixos e Suecia. No que corresponde os peixes frescos, que son o segundo grupo mais relevantes nas importacions, os produtos pesqueiros veñen de España e de Marrocos. No que atinxe os peixes conxelados, que son a terceira rúbrica dos produtos importados, as compras para abastecer o mercado portugués proceden de Rusia e Países Baixos. Finalmente, os moluscos subliñan a maior variación positiva no que respecta as importacions o rexistrar un aumento total de 50 millóns de euros.

Respecto as exportacions dos produtos de pesca as vendas o exterior continúan a crecer (6,2%) co respecto os ano anterior, atinxindo un total de 1.455 millóns de euros. Este ritmo de crecemento é superior ó promedio das exportacions nacionais portuguesas (2,4%).

	2024	2023	% 2024	% variación 2024/023	Principais países
Peixes frescos e refrixerados	175	169	12,1%	+3,5%	
Peixes conxelados	286	288	19,7%	-0,1%	España, Brasil, Japón
Peixes secos, salgados e fumados	49	59	3,4%	-16,8%	Francia, Italia
Preparación e conservas de peixes	350	315	24,1%	11,1%	España
Moluscos	235	214	16,2%	9,8%	España, Italia
Crustáceos	124	124	8,7%	-	
Filetes e outras carnes de peixe	159	123	10,9%	29,2%	
Outros	72	77	4,9%	-6,5%	
TOTAL	1.450	1.370	100,0	5,8%	

Tabla 10.
Valor das exportacions dos produtos pesqueiros.
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

Dos datos subministrados polas estatísticas referidas as vendas os exterior subliñamos o seguinte:

- As conservas de peixe son a principal referencia das exportacions, cun total 350 millóns de euros, aumentando o seu peso no conxunto total das exportacions e chegar o 24,5% e mantendo unha tasa de crecemento anual do 12,9%, sendo España o destino prioritario cun 35,9% da cuota exportadora, equivalente a una venda de 36,1 millones de euros.
- Os peixes conxelados continúan a ser a segunda rúbrica do grupo de produtos máis exportados. Supón o 19,7% do total e rexistra un decrecemento do -0,7%. Están relacionadas ca diminución das transaccións con Brasil que continúa sendo o segundo principal cliente, tras o principal destinatario que é o mercado español, con 8,3 millóns de euros.
- Os moluscos son o terceiro grupo máis exportado. Supoñen o 16,1% do total e rexistran unha variación positiva do 9,7 % respecto o ano 2023; equivalente a un incremento de 20,8 millóns de euros, dirixíndose principalmente cara o mercado español (con 10,6 millóns de euros e cun peso do 66,9% do total dese grupo, e cun alza do 7,2% máis respecto o ano 2023). O segundo destinatario é o mercado italiano que representa o 9,2% do total dese grupo.
- No que concerne os filetes de peixes, estes rexistran a segunda maior variación positiva, especialmente con destino a España (46,3 millóns de euros e aumentos do 64%).

- Finalmente, no que respecta os peixes secos, salgados e fumados representan un total do 3,4% dos produtos da pesca exportados. Constitúen o grupo que máis descenden, e afecta os mercados de Francia e Italia que ven reducir as vendas.

En suma, as vendas dos produtos pesqueiros portugueses van, maioritariamente, o mercado español (54,7%), seguido de Francia (10,1%) e Italia (8,8%). A suma destes tres países acada o 73,7% do total, reforzando a concentración espacial no derradeiro ano (69%, no 2013).

España no só é o principal destinatario das vendas dos produtos pesqueiros portugueses sumando un total de 112 millóns de euros, cun aumento do 16,4%, senon que é o casi principal destinatario en todos os grupos de produtos pesqueiros, ca única excepción dos peixes secos salgados e fumados cuxo principal cliente é Francia (27,4%) seguida do Brasil (21,5%).

Francia continua sendo o segundo país cliente de Portugal, cun peso do 10,1% do total e cun crecemento das exportacións (+1,6%); seguido de Italia que supón o 8,3% do total exportado portugués e cun forte aumento no derradeiro ano (+5,5%). Chama a atención o papel de Brasil, cuarto cliente no que concerne as exportacións portuguesas, debido as vendas de peixes conxelados e de filetes de peixe.

Finalmente, subliñar que o crecemento das exportacións foi debido prioritariamente o comercio intra-UE (cunha cuota do 81,3%) que rexistrou un aumento de 119,3 millóns de euros (+11,2%) fronte a un descenso do comercio extra-UE, que se reduce en 34,3 millóns de euros (equivalentes a un descenso do -11,2%).

Tendo en conta as importacións e as exportacións, o saldo da balanza comercial se agrava en 67,3 millóns de euros, atinxindo un total 1.272,5 millóns de euros, coa resultante dun crecemento menor das exportacións co respecto as importacións. O resultado e unha lixeira alza da taxa de cobertura, que chega ata o 53,3%.

	2024	2023
Peixes frescos e refrixerados	-297,2	-272,4
Peixes conxelados	-173,4	-201,5
Peixes secos, salgados e fumados	-491,8	-438,8
Preparación e conservas de peixes	+95,8	+69,4
Moluscos	-130,5	-101,3
Crustáceos	-167,0	-161,5
Filetes e outras carnes de peixe	-59,1	-64,3
TOTAL	-1.272,5	-1.205

Tabla 11.
Saldo da balanza comercial dos produtos da pesca (millions de euros).
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

Desagregando a balanza comercial dos produtos pesqueiros temos o seguinte cadro de análise. En primeiro termo, os peixes secos, salgados e fumados manteñen o maior déficit no 2024 (-491 millóns de euros), aumentando o seu déficit respecto o ano anterior. Este grupo de produtos constitúen a cuota máis elevada dos produtos exportados contribuíndo a deteriorización da balanza comercial. En segundo lugar, no que fai referencia os aumentos dos déficits comerciais, están os moluscos que rexistran un agravamento de 29,2 millóns de euros, amosando un saldo negativo no 2024 de 130 millóns de euros. En terceiro lugar, son os grupos de peixes frescos e refrixerados que aumentan os saldos negativos en 24,9 millóns de euros respecto o 2023, quedando un saldo negativo da balanza comercial en 297 millóns de euros.

Cabe resaltar, en suma, que as transaccións intra-UE son responsables do 60,4% do déficit total de produtos pesqueiros; o subliñar una diminución de 67,1 millóns de euros respecto o ano anterior. O comercio exterior extra-UE tamén se agrava en 134 millóns de euros.

4.4

ABASTECEMENTO E CONSUMO DOS PRODUCTOS PESQUEIROS

Segundo a terminoloxía da FAO o consumo aparente dos produtos pesqueiros ven dado polo cocente entre o abastecemento dos produtos e as persoas radicadas nun país. O abastecemento é, polo tanto, a resultante de sumar os desembarcos e as importacións e, deseguido, restarlle á cifra resultante as exportacións e o destino non alimentario dos produtos pesqueiros.

Segundo os datos proporcionados polas estatísticas oficiais portuguesas o nivel de abastecemento de produtos pesqueiros veñen sendo a suma de descargas efectuadas polas Organizacións de Produtores (165.747 Tns) máis o saldo comercial e, posteriormente, dividido pola poboación residente (10.749.635 habitantes no 2014).

Segundo esta ecuación o resultado salienta tres conclusións:

- O consumo de produtos pesqueiros ascende no 2023 a 392.108 Tns.
- O consumo per capita, segundo EUMOFA descende o longo dos derradeiros anos. Así acadou unha ratio de 59,9 kg/habitante/ano no 2020; e, agora, é do 54,5 kg/habitante/ano. Aínda así, é superior a media comunitaria (23,5Kg/per capita).
- Os prezos dos produtos pesqueiros suben lixeiramente, o amosar unha cifra de 2,47 €/kg no 2023; e pasar a 2,61€/kg no 2024.

Estos datos poñen de manifesto que o sector pesqueiro portugués (integrado polas capturas, transformados e comercializados) reflicte unha actividade fundamental cúa relevancia trascende os aspectos aparentemente económicos, aportando unha inesgotable contribución social e territorial.

Portugal é un país importador neto e cunha taxa de autoabastecemento limitada (en torno o 41%). Máis esta circunstancia non abonda para dicir: a) o consumo de peixe é altamente diversificado, debido a tradición, as regras políticas e relixiosas, e a ampla dispoñibilidade dos recursos; b) cada portugués gasta de media anualmente un total de 456€ en produtos pesqueiros, tres veces máis ca media comunitaria (138€); e c) en Portugal se constata unha ampla preferencia polo peixe fresco e refrixerado máis que o conxelado.

En suma, Portugal é o maior consumidor per capita de produtos da pesca e acuicultura de UE, rexistrando un gasto per capita de 456€ no 2023, triplicando con creces a media da UE (estabilizada en 138 €); uns 200€ por riba do segundo país (Luxemburgo); e sobor de todo superior o gasto de España (239€). Asemade, tanto Portugal coma Luxemburgo foron os países que maiores aumentos rexistraron no que concerne os gastos per capita.

	Gasto nominal dos fogares (€)	% 2023 /2022		Gasto nominal per capita (€)	% 2023 /2022
Italia	12.875	6%	Portugal	456	7%
España	11.545	8%	Luxemburgo	265	6%
Francia	9.466	7%	España	239	5%
Alemania	7.567	6%	Italia	218	6%
Portugal	4.702	7%	Bélgica	172	6%
Polonia	2.617	13%	Lituania	162	6%
Bélgica	2.021	7%	Estonia	155	5%
Países Bajos	1.809	10%	Suecia	143	-3%
Suecia	1.521	-4%	Chipre	140	8%
Grecia	1.226	6%	Francia	138	7%
Grecia	1.085	13%	UE-27	138	6%

Tabla 12.

Gasto nominal dos fogares en produtos pesqueiros e acuicultura dos principais países comunitarios (se exclúe o gasto extradoméstico).
Fonte: EUMOFA (2025), El mercado pesquero en la UE.

Igoalmente, en todos los países da UE o gasto en produtos cárnicos resulta ser historicamente superior ó gasto en produtos pesqueiros e acuícolas. Esta tendencia repítese, asemade, no caso dos volúmenes de consumo. Así, os promedios dos fogares das UE amosan un reparto do gasto equivalente a unha cuarta parte en produtos pesqueros dos consumos en carne. Os datos reflicten que nos fogares da UE se gastaron un montante total de 247.000 millóns de euros en carne por uns 62.000 millóns de euros en produtos pesqueiros.

Portugal é, dentro dos Estados Membros da UE, quén amosa a proporción de gastos máis equilibrada entre as dúas categorías de alimentos. No 2023, os fogares portugueses gastaron un 43% en peixes e un 55% en carnes. Dentro dos países con maiores disparidades, entre uns consumos e os outros, destacan Hungría (so gasta un 5% en produtos pesqueiros) e Rumania Chequia o Eslovenia (con proporcións de 8%, 9% e 9%, respectivamente).

Neste apartado de análise, aparte do caso da excepción de Portugal, os outros países con maior consumo de produtos pesqueiros (Italia, España, Francia e Alemania) presentan distintos hábitos de gasto. Así, por exemplo, Italia gasta en produtos pesqueiros a cuarta parte do que gasta en carnes; en España o gasto en peixes supón o 31%; e dicir algo menos dun tercio do gasto en carnes. En Francia, os fogares gastan menos dunha quinta parte en pescado que en carne; e, finalmente, en Alemania a proporción é dun sétimo.

Avanzando un pouco mais no concernente os consumos de produtos pesqueiros e da acuicultura salientamos que na UE se anota un descenso do 5,5% entre o 2023 e 2022.

EUMOFA enfatiza en la existencia de dous patrons diferentes, e ben visibles, o longo dos derradeiros cinco anos. Dí que, entre 2019-2021, contabilizase un importante aumento do consumo atribuíble, fundamentalmente, a pandemia. A explicación provén de que as restriccións afectaron gravemente o sector HORECA, rasgo que provocou unha mudanza a favor do incremento do consumo nos fogares. No período posterior o COVID, o que comeza no 2022, apreciase a tendencia oposta; e dicir, descenso porcentualmente xeneralizado nos consumos atribuíbles os fogares e un ascenso do consumo extradoméstico.

	ESPAÑA		PORTUGAL		UNIÓN EUROPEA-27	
	Volumen	Valor	Volumen	Valor	Volumen	Valor
2019	590.559	4.696.180	71.773	462.169	1.402.388	13.467.004
2020	645.631	5.326.492	76.966	506.155	1.463.082	14.423.175
2021	590.616	5.156.691	73.639	504.384	1.438.731	14.822.575
2022	486.679	4.505.083	61.736	466.015	1.200.635	13.244.795
2023	477.317	4.698.834	58.906	456.157	1.136.239	13.253.328
%2023/2022	-1,9%	4,3%	-4,6%	-2,1%	-5,4%	0,1%

Tabla 13.

Consumo nos fogares dos produtos pesqueiros e da acuicultura frescos en volumen (toneladas) e valor (miles de euros).
Fonte: EUMOFA (2025), El mercado pesquero en la UE.

A vista dos datos, os consumos dos produtos pesqueiros frescos caeron o seu nivel mais reducido dos derradeiros anos, incluso moi por baixo dos niveis previos a pandemia. A tasa de descenso é considerable; e, a modo de exemplo, Portugal reduce o seu consumo de produtos frescos nun 4,6%; e España nun 1,9%; sendo a media comunitario un 5,4% menos que no ano 2022.

Fronte o descenso do volumen demandado atopamos que o valor total do seu consumo nos fogares de peixe fresco experimentou un aumento. Ou sexa, presenciámos un aumento dos valores unitarios, acadando un máximo para a maioría das especies. Este aumento dos prezos, probablemente, axudou a compensar o impacto da redución dos consumos, dado que os valores económicos non caeron tanto como os seus volúmenes.

Os prezos dos produtos da pesca e acuicultura mantiveron una tendencia alcista o longo dos derradeiros cinco anos. Correspondelle o período 2022-2023 a fase de maior crecemento. Curiosamente, os prezos dos peixes subieron menos que os dos produtos cárnicos e dos propios dos alimentos. Así, durante 2022-2023, os prezos dos alimentos ascenderon nun 12,5%; os das carnes, un 10%, por so un 9,6% os dos pesqueiros.

	Prezos medios dos produtos pesqueiros		Evolución dos prezos dos produtos alimentarios		
	Anual (€/kg)	% variación	Productos cárnicos	Productos pesqueiros	Produtos da alimentación
2019			+2,7%	+1,7%	+2,2%
2020			+4,5%	+2,1%	+2,7%
2021	2,28		+1,3%	+1,5%	+1,5%
2022	2,65	+11,6%	+11,6%	+10,1%	+12,2%
2023	2,47	-6,8%	+10,1%	+9,6%	12,7%
2024	2,62	+5,9%			
% 2024/2019			+31,9%	+27,6%	+33,9%

Tabla 14.
Evolución anual dos prezos o consumo na UE-27(2015=100).
Fonte: INE, Estatísticas da Pesca; EUMOFA (2025). El mercado pesquero de la UE.

Este ascenso dos prezos están en liña co aumento dos prezos dos produtos importados, dado que a UE depende en grande medida das importacions para poder satisfacer e garantir a demanda dos consumidores de produtos pesqueiros. Así, os prezos da carne aumentaron nun 31,9% e os pesqueiros nun 27,6%.

4.5

CONCLUSIÓN

En resumo, a tendencia á baixa do consumo no fogares pode atribuírse en grande medida a actual conxuntura económica e xeo-política que alentou un aumento da inflación e do aumento dos custos extruturais, pesando moito tanto no poder adquisitivo dos consumidores como nas modificacións dos hábitos de consumo.

Especificamente en Portugal o consumo descendeu un 5% en volumen e un 2% en valor, acadando un nivel inferior o prezo existente na pandemia.

No tocante o consumo nos fogares das principais especies aportan o seguinte cadro analítico:

- A sardiña experimenta un descenso do 22% en volumen, un 25% en valor, caendo o seu prezo medio un 4%, ata chegar a 5,09 €/kg.
- O consumo da cabala descendeu un 14% en volemén e un 1% en valor, sendo o valor unitario de 4,59€/kg, un 14% máis que no derradeiro ano 2022.
- Outras especies altamente demandadas como a dourada, por unha banda; e o camarón e langostín, pola outra, aumentaron lixeiramente o seu consumo no 2023, nun 1% e 7% respectivamente; sendo os seus valores unitarios un 6,61€/kg (+1%) para as douradas e 10,91 €/kg (+3%) para os camaroes e langostim.
- Finalmente, o consumo de salmón, menor demandado en Portugal que noutros países europeos coma España, se mantivo sen cambios entre 2022 e 2023 (so un alza do +0,2%), pero sigue sendo inferior nun 20% o consumo anterior da fase pandémica, acadando un valor unitario, en 2023, de 12,123€/Kg, cun aumento do 8% respecto o 2022.

Na medida que tanto España coma Portugal son países deficitarios en termos pesqueiros; ou sexa, os seus desembarcos non son suficientes para garantir una ampla e diversificada demanda polos consumidores nacionais. Eso significa que o nivel de autobastecemento non é suficiente e necesitan importar produtos pesqueiros non só dos restantes países europeos, senon de terceiros países. Compre, pois, dotar a política pesqueira comunitaria un maior pulo os acordos pesqueiros con terceiros países e cas organizacións rexionais de pesca de cara a manter en actividade os numerosos navios matriculados con bandeiras portuguesas e españolas.

A modo de exemplo exponemos na tabla adxunta as referencias sobre as importacións procedentes de terceiros países para subliñar a devandita dependencia.

	Comercio fora da UE-27		Comercio dentro da UE-27	
	Portugal	España	Portugal	España
IMPORTACIÓNS				
Volumen (miles Tns.)	154,12	1.129,13		
Valor (millions €)	680,00	5.370,00		
EXPORTACIÓNS				
Volumen (miles Tns.)	43,03	439,06	248	847
Valor (millions €)	289,69	1.436,81	1,10	4,38

Tabla 15.

Análise dos saldos comerciais de Portugal e España dentro e fora da UE- 27.
Fonte: EUMOFA (2025). El mercado pesquero de la UE.

Escudriñando un pouco mais no comportamento do mercado pesqueiro portugués subliñamos catro cousas relevantes:

- Os principais países fornecedores de produtos pesqueiros para o mercado portugués son por orden de importancia os seguintes: España (43,7%); Países Baixos (10,2%), Rusia (3,4%); China (3,4%); Suecia (3,1%); Dinamarca (2,8%); Ecuador (2,2%) e Vietnam (2%).
- Dentro das importacións portuguesas destacan pola súa relevancia os peixes conxelados (30,6%); peixes frescos e refrixerados (15,2%); peixes secos, salgados e fumados (12,6%); moluscos (12,4%) e preparados e conservas de peixe (10,5%).
- No que atinxe os principais destinos das exportacións portuguesas destacan España (60,2%); Francia (11,9%); Italia (5,8%); Brasil (5,1%); Estados Unidos (1,1%) e Canadá (0,9%).
- Da clasificación dos produtos pesqueros exportados sobresaen os peixes conxelados (35,1%); preparados e conservas de peixe (21,3%); moluscos (13,8%); peixes frescos e refrixerados (13,2%) e filetes de peixes e outras carnes de peixe (7,5%).

A pesca ten unha grande relevancia na súa influencia territorial. A actividades pesqueiras ampliadas (sumatorio e combinación do nivel extractivo; nivel industrializador e nivel comercializador) constitúen o soporte básico das meirande parte dos concellos e áreas costeiras. A distribución territorial das descargas de peixe ppor portos pesqueiros reflicte una compsoicon moi peculiar. Destacan certas áreas territoriais (Matosinhos, Peniche e Aveiro) polo norte; Sesimbra, no centro; e Olhao polo sul; amén da relevancia que posúen os archipiélagos das Acores e Madeira.

Porto pesqueiro	Porcentaxe (%)	Porto pesqueiro	Porcentaxe (%)
Viana de Castelo	2%	Setúbal	1%
Povoa de Varzim	1%	Sines	5%
Matosinhos	11%	Lagos	2%
Aveiro	7%	Portimao	3%
Figueira da Foz	6%	Olhao	8%
Nazaré	3%	Tavira	0%
Peniche	16%	Vila Real de Santo Antonio	1%
Cascais	0%	Açores	7%
Sesimbra	23%	Madeira	4%

Tabla 16.
Distribución das descargas de pescado en función dos portos pesqueiros.
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

Finalmente, os sector pesqueiro amosa unha alta especialización e diversificación das capturas descargadas. Se reflicten os dous fenómenos. A especialización ven dada polas especificación das artes de pesca utilizados e lugares de pesca onde pescar. As distintas modalidades e as áreas de pesca levan consigo unha serie concreta de capturas, ben sexa pola estacionalidade, ben sexa polas autorizacións ou cotas otorgadas. O segundo rasgo corresponde a divesificación das capturas, que veñen determinadas pola ampla biodiversidade e condicións dos hábitats que permiten a conciliación das distintas especies.

Deste xeito, exponemos as principais especies capturadas atendendo os diferentes grupos de especies. Sobresaen no grupo dos peixes as cavalas, sardinhas e carapaus; no campo dos crustáceos, as gambas, os caranguelos e os camaroes; e no eido dos moluscos, os polvos, os beringaos e as ameijoas.

PEIXES	Tns.	%	CRUSTÁCEOS	Tns.	%	MOLUSCOS	Tns.	%
Cavala	32.222	29%	Gambas	755	41%	Polvos	6.257	35%
Sardinha	25.092	23%	Caranguelos	443	24%	Beringaos	2.803	16%
Carapau	15.958	14%	Camaroes	165	10%	Ameijoas	2.192	12%
Túnidos	9.306	8%	Santolas	117	6%	Chocos	1.550	9%
Biqueirao	4.566	4%	Lagostim	98	5%	Potas	1.052	6%
Peixe espada	4.259	4%	Lagostas	41	2%	Lulas	1.024	6%

Tabla 17.
Principais especies descargadas atendendo os grupos de especies.
Fonte: INE. Estatística da Pesca.

05

**CONCLUSIÓNS FINAIS:
ANÁLISE DAS TENDENCIAS
DO CONSUMO DE
PRODUTOS PESQUEIROS
EN ESPAÑA E PORTUGAL**

05

05

CONCLUSIÓNS FINAIS: ANÁLISE DAS TENDENCIAS DO CONSUMO DE PRODUTOS PESQUEIROS EN ESPAÑA E PORTUGAL

Nos últimos anos as pautas de consumo da sociedade española mudaron notablemente. As devanditas transformacións veñen derivadas dos aumentos da renda dispoñible, un aumento do traballo das mulleres en actividades fóra do fogar e mais por un incremento da mobilidade por desprazamentos aos centros de traballo.

As primeiras manifestacións derivadas de tales dinámicas revelan grandes cambios no que atinxe aos niveis e pautas de consumo, reflectida a través dos descenso da porcentaxe de renda destinada á alimentación, a unha alza notable polo que fai á diversificación de produtos alimentarios demandados e consumidos por parte da poboación española, por unha desestacionalización da comida principal debido aos horarios de traballo, por unha diminución do tempo destinado a cociñar e, finalmente, polo crecente consumo de alimentos fóra de fogar, o denominado consumo extradoméstico.

A globalización supuxo unha dupla dinámica no campo da alimentación. Dunha banda, unha maior presenza de novos produtos nos mercados finais de produtos non tradicionais e, por tanto, máis exóticos ou non frecuentes, procedentes doutras latitudes. E, da outra, constátase un auxe das marcas e produtos con sabores máis estandarizados e homoxéneos. Iso significa que presenciamos unha oferta máis abundante e diversificada procedente tanto dunha progresiva globalización dos subministradores de materias primas e insumos como dunha estandarización das técnicas de elaboración e procesamento dos alimentos. Así mesmo, é salientable o incremento das mensaxes publicitarias e a conformación das grandes cadeas globais de subministracións.

Consecuencia destas dinámicas, as tendencias observadas relativas á reorganización e definición das estratexias das empresas relacionadas cos grandes distribuidores pasan a dominar o ámbito dos produtos marquistas, o cal provoca o auxe dos produtos de marca/distinción propia que se sitúan nas primeiras posicións canto ao consumo; e, en segundo lugar, asistindo a unha alza da cota de produtos frescos non marquistas (marca branca), ata daquela dominados polo comercio polo miúdo tradicional (Langreo, 2023).

Produto destas transformacións e cambios nas pautas do consumo son a entrada no mercado de novos produtos; a ampla diversificación de gamas e unha grande amplitude de prezos e calidades, o cal dá lugar a unha oferta moi diversificada capaz de captar e fidelizar un consumidor cada vez máis informado e exigente.

As industrias alimentarias fóronse adaptando non só ás específicas cadeas de produción, senón tamén a aquelas liñas de produción que incrementan o seu valor engadido (fileteados e preparados), así como nos produtos denominados de cuarta-quinta gama; é dicir, os elaborados externamente en pratos semipreparados para a súa posterior distribución aos centros de venda.

A forte segmentación do consumo ancheouse por mor dos prezos, que se van axustando ao redor das distintas gamas, calidades, denominacións de orixe, produción, formas de elaboración e niveis de proximidade. Deste xeito, a oferta multiplícase de maneira acelerada e a competencia vese máis acentuada, se cabe, pola entrada de capital financeiro nacional ou internacional nestas actividades que presumen de xerar moito valor engadido.

5.1

AS NOVAS APOSTAS

Os últimos anos foron pródigos no que ten a ver cos cambios nas pautas de consumo alimentario. Poderíamos explicitar cinco novas dinámicas polas que discorre a evolución do sector da alimentación:

- Un progresivo incremento dos valores ambientais no campo da alimentación. Constátase nas preferencias dos consumidores no referente tanto ás súas demandas polos produtos relacionados coa proximidade, a estacionalidade, a redución de pegada de carbono, como por esixencias naquilo que incumbe ás políticas de envases, o benestar animal etc., aspectos que son moi considerados e apreciados polos demandantes.
- Unha maior preocupación polos aspectos sanitarios e de salubridade dos alimentos e das técnicas de produción, especialmente no uso de insumos. Desdénase cada vez máis o concepto de “comida lixo”.

- Unha maior importancia á comunicación e información, ben sexa a través de redes sociais ben por outros sistemas de comunicación directa, en detrimento das grandes campañas de publicidade.
- Unha tendencia cara á apertura de gustos por medio dunha oferta que proporciona máis opcións e novas técnicas de elaboración, preparación e presentación.
- Un maior nivel de sensibilidade, e de posterior desconfianza, ante fallos de comunicación, intervención ou opacidade nos casos de situacións críticas e de esixencia de transparencia e publicidade.

5.2

ASPECTOS QUE AFECTAN O CONSUMO DE PRODUTOS PESQUEIROS

Un dos principais factores chave á hora de contextualizar e avaliar o consumo e o seu comportamento radica na análise da poboación. A poboación española experimentou un crecemento relevante nos últimos anos. En 2024 contabilizáronse 49.077.984 habitantes fronte aos 48.619.695 censados en 2023. Este incremento tamén se ve reflectido no número de fogares existentes, que pasan a anotar un total de 19.425.559; isto é, un 0,6 % de aumento respecto ao ano precedente, o que significa que existen 11.548 fogares máis que no ano anterior.

Outra característica é aquela que fai referencia ao número de persoas que conforman os fogares. Neste caso, apenas se observan cambios substanciais. Se en 2022 eran 2,50 persoas por fogar, dous anos máis tarde, en 2024, o cociente é de 2,47 persoas. A explicación vén dada polo aumento dos fogares unipersoais e os compostos de dúas persoas canda a un descenso notable nos fogares de tres ou máis persoas.

Composición do fogar	2019	2022	2023
1 persoa	4.889.900	5.056.940	5.154.328
2 persoas	5.703.680	5.727.888	5.812.222
3 persoas	3.845.780	3.834.147	3.854.651
4 persoas	3.219.760	3.176.268	3.178.379
5 ou máis persoas	1.095.700	1.110.875	1.117.749
Total fogares	18.754.800	18.916.118	19.117.329
Tamaño medio do fogar	2,50	2,48	2,47

Cadro 1.

Número de fogares españois atendendo ao número de persoas.
Fonte: elaboración propia a partir dos datos do Panel Alimentario.

5.3

CONSUMO DE PRODUCTOS ALIMENTARIOS EN ESPAÑA

O consumo de alimentos e bebidas dentro e fóra dos fogares evidencia unha estabilidade respecto ao ano precedente, a pesar da súa lixeira variación negativa (- 0,2 %). En 2024, o consumo ascendeu a 30.668,65 millóns de quilos/litros, o que significa unha inxesta *per cápita* de 680,34 kg/litro, cantidade inferior nun 1,5 % respecto de 2023; aínda que supuxo un gasto total de 119.667,59 millóns de euros, un 2,4 % máis que en 2023; debido ao aumento dos prezos medios pagos tanto dentro como fóra dos fogares. En suma, os gastos medios *per cápita* ascenderon a 2.797,48 €, que representan un 1,0 % máis que en 2023; é dicir, equivalente a pagar 26,96 € máis por persoa e ano.

Atendendo á distribución, o volume consumido dentro dos fogares representa o 87,5 % e o efectuado fóra dos fogares, o denominado extra-doméstico, un 12,5 %.

O consumo levado a cabo dentro dos fogares mantense lixeiramente estable con tendencia decrecente (-0,2 %), en tanto que o gasto total medra un 2,6 %. Este movemento de menor demanda e maior facturación é debido, principalmente, á suba dos prezos medios dos alimentos que se elevan un 2,8 % e pechan o exercicio en 3,13 €/kg-litro. Ou sexa, cada persoa realiza unha inxesta de 572,02 kg/litro dentro dos fogares, que comparados co ano anterior supón unha diminución de 8,5 kg/litro.

En comparación coa época anterior á pandemia o consumo en 2024 é significativamente menor que en 2019, ao reflectir unha diminución do 6,4 %. No entanto, os aumentos dos prezos medios (por volta do 28,9 %) fan que a industria alimentaria xere un 20,6 % máis de ingresos que en 2019. A nivel individual, o consumo *per cápita* en 2024 diminuíu 49,55 kg/litro/persoa respecto de 2019, aínda que o gasto persoal se incrementou en preto de 280 €.

Comparados cos anos precedentes, os parámetros de compra de alimentos en España, por parte dos fogares, cambiou de maneira moi notable. A progresiva recuperación da normalidade tras a pandemia influíu tanto nos niveis de consumo dentro e fóra do fogar.

A participación dos produtos pesqueiros nos niveis de compra dos fogares españois é moi similar ao resto dos principais produtos alimentarios, aínda que recollen especificidades moi singulares. Así, por exemplo, os seus prezos medios son máis elevados que os produtos cárnicos e os seus consumos inferiores, o que significa que a demanda dos produtos pesqueiros é máis reducida e as súas compras máis espazadas no tempo. Unha segunda nota relevante é a crecente demanda de produtos relacionados coa froita, hortalizas e pastas, cuxos consumos *per cápita* son elevados e os gastos efectuados por estes, crecentes.

	Carnes	Peixes	Froita fresca	Hortalizas	Legumes	Pastas
Volume	1.952.433	843.502	3.722.243	2.323.463	157.661	200.766
Valor	16.518.418	9.381.290	7.948.819	5.509.776	337.036	525.049
Consumo <i>per cápita</i>	41,64	17,99	79,38	49,55	3,36	4,28
Gasto <i>per cápita</i>	352,26	200,06	169,51	117,50	7,19	11,20
Prezo medio	8,46	11,12	2,14	2,37	2,14	2,62
Lugar de compra do produto						
Hipermercado	10,2	13,0	8,4	8,1	15,8	16,7
Supermercado	54,1	51,9	39,1	37,9	55,3	59,5
Tenda desconto	13,2	10,0	12,2	11,5	16,4	19,1
Tenda tradicional	17,6	20,7	26,9	24,1	5,5	0,5
Resto de canles	4,8	4,4	13,4	18,3	7,1	4,1
E-commerce	1,5	1,5	1,0	1,3	2,8	2,9

Cadro 2.

Distribución do consumo de produtos alimentarios nos fogares (2024).
Fonte: elaboración propia a partir dos datos do Panel Alimentario.

No que fai referencia aos lugares de compra, tamén se observa unha peculiaridade significativa. Na medida en que os produtos pesqueiros son adquiridos nos supermercados (51,9 %) e en tendas tradicionais (20,7 %), outros produtos alimenticios, tales como as pastas, lévanse a cabo, preferentemente, nos supermercados e tendas de desconto; ou como os propios produtos cárnicos que tamén se concentran nos propios supermercados (54 %) e reducen as súas vendas nas tendas tradicionais. Non obstante, tanto os produtos pesqueiros como os cárnicos non utilizan o comercio dixital para as súas vendas ao estimar que só o 1,5 % das adquisicións se efectúan pola devandita canle.

No que atinxe aos consumos nos fogares o gasto en alimentación e bebidas situouse, en 2024, en 2.123,9 millóns de euros (lixeiro aumento do 2,6 % respecto de 2023). Equivale a un gasto medio por persoa de 1.786 euros. Este aumento é debido á elevación dos prezos medios. En 2024 contabilizáronse un total de 26.823 millóns de kg/litros, inferior aos 26.987 millóns de quilos/litros de 2022. Tal descenso no consumo débese, entre outros motivos, ás distintas distorsións nas cadeas de subministracións, aos problemas relativos aos abastecementos derivados da guerra en Ucraína, ás diversas condicións cambiantes derivadas da climatoloxía e, sobre todo, ao aumento dos prezos medios, o que sitúa a media dos gastos en 1.786 euros.

En suma, cada persoa realizou unha inxesta de 572 kg/litro dentro do fogar (en 2022 foi de 583 quilos/litros), o que significa que houbo un descenso de 11 quilos/litros respecto ao ano 2022. Mais esta distribución é asimétrica se facemos referencia ás distintas circunstancias como as derivadas da composición dos fogares, niveis de ingresos e idades das persoas.

Así, por exemplo, as pastas son consumidas, preferentemente, polos mozos e mozas independentes e parellas sen fillos, as carnes tanto por esta mocidade independente e parellas con fillos pequenos como polos fogares de parellas adultas, maiores e persoas xubiladas. A froita fresca e o peixe son demandados, maiormente, polas persoas maiores e xubilados moito máis que polas persoas novas e parellas con fillos pequenos. E, os legumes e as hortalizas posúen dous grandes consumidores: os mozos e as parellas sen fillos e as parellas con fillos maiores, monoparentais e persoas xubiladas.

Atendendo aos niveis de ingresos os peixes son consumidos, maioritariamente, por aqueles de nivel baixo, aínda que os consumos *per cápita* denotan unha maior preferencia por parte dos niveis altos. O mesmo sucede cos produtos cárnicos. Con todo, os consumidores de pasta están relacionados con niveis de ingresos baixos.

	Carnes	Peixes	Froita fresca	Hortalizas	Legumes	Pastas
Consumo per cápita atendendo á situación familiar dos fogares						
Mozos independentes	37,52	15,22	69,36	51,54	3,63	6,48
Parellas novas sen fillos	31,14	11,23	45,69	36,95	2,51	4,76
Parellas novas con fillos pequenos	25,23	7,65	39,00	23,48	2,01	3,38
Parellas con nenos pequenos	35,32	10,91	42,35	30,48	2,38	4,23
Parellas con nenos mediana idade	43,12	17,09	62,72	44,94	3,26	4,29
Parellas monoparentais	34,95	12,93	52,10	34,61	2,76	4,58
Parellas adultas sen fillos	53,45	27,46	111,12	70,54	4,29	3,96
Adultos independentes	56,22	26,39	142,03	84,20	5,02	5,08
Retirados/xubilados	60,52	34,83	160,95	93,63	5,60	4,75
TOTAL	41,64	17,99	79,95	49,55	3,36	4,28
Consumo per cápita atendendo a estrutura económica dos fogares						
Nivel alto	34,45	15,00	62,86	39,34	2,77	3,98
Nivel medio-alto	37,16	15,66	71,43	44,92	3,12	4,23
Nivel medio	42,18	18,20	80,16	50,89	3,22	4,19
Nivel medio-baixo	44,34	17,96	79,26	49,92	3,47	4,48
Nivel baixo	57,17	25,97	119,13	71,99	4,92	4,88
TOTAL	41,64	17,99	79,38	49,55	3,36	4,28
Consumo per cápita atendendo á idade dos compoñentes dos fogares						
<35 anos	25,77	7,19	34,85	26,54	2,30	4,44
35-49 anos	32,34	10,55	47,89	30,62	2,33	3,91
50-64 anos	46,22	19,82	81,57	52,55	3,59	4,48
>65 anos	56,81	32,07	147,37	86,34	5,20	4,59

Cadro 3.

Trazos dos consumos per cápita dos produtos alimenticios.
Fonte: elaboración propia a partir dos datos do Panel Alimentario.

Se comparamos a composición da cesta de alimentos para o consumo dos fogares mantéñense as prevalencias das compras de alimentos frescos (representan o 37,9 % do volume total fronte ao 37,6 % rexistrado en 2022). Os alimentos non frescos representan o 62,1 % do volume restante, con leve diminución respecto ao 62,3 % do ano 2023. Se efectuamos a análise en termos de valor, a alimentación fresca representa unha proporción superior á que representa en volume (40 %) debido a que estes produtos manteñen un prezo superior ao resto da alimentación (3,31 por 3,00€/kg/litro).

Escudriñando un pouco máis a análise referida ao consumo alimentario de produtos pesqueiros nos fogares, teríamos que a demanda se centra no peixe máis que nos mariscos/moluscos e crustáceos (9,31 kg/persoas nos primeiros e 4,55 kg/persoas, nos segundos). As conservas de peixe, pola súa banda, rexistran un consumo de 4,13 kg/ano.

Aprécianse catro dinámicas sobresaíntes. A primeira, as preferencias polo peixe fresco vai en diminución no último exercicio; é dicir, descende un 6,7 % o consumo *per cápita*, debido tanto ao cambio de pautas como á suba dos seus prezos medios (4,9 %). A segunda dinámica fai referencia aos consumos de peixe conxelado que tamén experimentan unha caída singular (-6,6 %). A terceira, concernente aos mariscos e moluscos, presenta dous trazos: os conxelados e frescos diminúen os seus consumos (6,2 % e 8,5 %, respectivamente) a pesar de que no primeiro caso os seus prezos medios se manteñen estables.

O relevante é o crecemento do consumo dos mariscos cocidos que experimentan un aumento do 4,4 %, a pesar da suba dos seus prezos medios. Finalmente, a cuarta dinámica fai mención ao consumo de conservas de peixe e mariscos que continúan a súa tendencia crecente, chegando a supor un consumo de 193 millóns de Tns., cun aumento próximo ao 1 % no último exercicio, a pesar do incremento dos seus prezos medios nun 2,4 % aproximadamente.

	Consumo (kg)		Valor (miles €)		Prezo medio (€)		Consumo per cápita (kg/ano)	
	2023	2024	2023	2024	2024	% 2024 /2023	2024	% 2024 /2023
PEIXE	461	436	4.586	4.538	10,40	4,7	9,31	-6,7
Peixe fresco	362	342	3.597	3.564	10,40	4,9	7,31	-6,8
Peixe conxelado	98	93	989	974	10,41	4,0	2,00	-6,6
MARISCO/MOLUSCOS/ CRUSTÁCEOS	224	213	2.375	2.337	10,96	3,3	4,55	-6,0
Mariscos conxelados	77	73	897	853	11,61	0,2	1,56	-6,2
Mariscos frescos	117	108	1.144	1.126	10,36	6,2	2,32	-8,5
Mariscos cocidos	29	31	334	356	11,43	0,9	0,67	4,4
CONSERVAS DE PEIXE	189	193	2.399	2.505	12,93	2,4	4,13	0,8
TOTAL	875	843	9.361	8.381	11,12	4,0	17,99	-4,9

Cadro 4.

Consumo alimentario dos produtos pesqueiros nos fogares 2024.
Fonte: elaboración propia a partir dos datos do Panel Alimentario.

Os consumos de produtos pesqueiros revelan unha clara especialización ou unha preferencia singular. Non todos son demandados nas mesmas proporcións. Os consumidores españois son exixentes e selectivos. As principais orientacións de consumo diríxense cara a especies determinadas. Deste xeito, os maiores consumos fan referencia ás especies pescada/carioca; sardiña/bocarte; salmón e bacallau, con consumos *per cápita* superior ao kg/persoa/ano. Esta polarización dos consumos fai que os gastos *per cápita* tamén se orienten cara ás devanditas especies. Pola contra, outras especies, típicas da dieta española, rexistran consumos *per cápita* máis reducidos (como son o linguado, rodaballo ou rape).

	Consumo (miles kg)	Valor (miles €)	Consumo per cápita (kg)	Gasto per cápita (€)	Prezo medio (€/kg)
Pescada/carioca	76.698	768.613	1,6	16,4	10,02
Sardiña/bocarte	48.951	298.832	1,0	6,4	6,23
Atún/bonito	17.987	229.651	0,4	4,9	12,77
Troita fresca	7.882	77.027	0,2	1,6	9,77
Linguado	6.207	87.164	0,1	1,9	14,04
Bacallau	44.950	419.939	1,0	9,0	9,34
Cabala	8.777	49.861	0,2	1,1	5,68
Salmón	61.232	906.360	1,3	19,3	14,80
Robaliza	28.768	312.472	0,6	6,7	10,86
Dourada	24.944	252.267	0,5	5,4	10,11
Rodaballo	3.070	44.964	0,1	1,0	14,64
Rape	12.274	165.261	0,3	3,5	13,46

Cadro 5.

Principais especies pesqueiras consumidas nos fogares 2024.
Fonte: elaboración propia a partir dos datos do Panel Alimentario.

Finalmente, os lugares de adquisición dos produtos pesqueiros distribúense en función da regularidade, cantidade e calidade das presentacións da oferta. Sobre eles sobresaen as compras de produtos frescos nos supermercados e autoservizos, seguidas das tendas tradicionais. Por contra, as compras de peixe conxelado efectúanse preferentemente nos supermercados, que aglutinan máis da metade das vendas totais deste tipo de produtos. Engadido a esta circunstancia debemos resaltar que os prezos oscilan segundo o lugar de venda. A modo de exemplo, o peixe fresco adquire maior valor nas tendas de desconto e tendas tradicionais; e o peixe conxelado nas tendas tradicionais. O relevante é o prezo elevado que adquire o peixe nas canles específicas, de modo que os máis baixos corresponden a aquel que se adquire nos supermercados e autoservizos.

	TOTAL PESCADOS		PEIXE FRESCO		PEIXE CONXELADO	
	Miles kg	Prezo	Miles kg	Prezo	Miles kg	Prezo
Hipermercado	109.727	10,88	42.662	9,69	7.540	10,81
Súper-autoservizo	437.396	10,92	172.379	10,09	53.948	9,84
Tenda de desconto	84.326	10,48	17.028	11,37	12.989	9,31
Tenda tradicional	174.771	11,90	98.568	11,05	14.448	12,99
Outras canles	37.280	12,00	12.258	10,50	4.631	11,53
TOTAL	843.502	11,12	342.898	10,40	93.558	10,41

Cadro 6.

Lugar de venda dos produtos pesqueiros para os fogares.
Fonte: elaboración propia a partir dos datos do Panel Alimentario.

Finalmente, os consumos alimentarios españois diferéncianse en función das CC. AA. Loxicamente, pola tradición, histórica e proximidade ao mar, as CC. AA. costeiras posúen unha maior inclinación pola demanda de produtos pesqueiros. Pero, esta regra nin é universal nin se cumpre con exactitude. Por unha banda, é ben certo que CC. AA. como o País Vasco, Asturias e Galicia, emerxen con cocientes elevados de consumo *per cápita* de produtos pesqueiros (28,8, 28,7 e 26,5 kg/persoa/ano, respectivamente), mais, pola outra, tamén se observa que noutras comunidades costeiras e insulares, os consumos *per cápita* de produtos pesqueiros sitúanse por baixo da media española (casos de Andalucía, Murcia, Canarias e Baleares). Unha segunda nota significativa é que algunhas CC. AA. do interior son altamente consumidoras de produtos pesqueiros: referímonos a Castela e León, Navarra e Aragón con cifras que oscilan sobre os 25 kg/ano. Finalmente, hai un grupo numeroso en poboación cuxos consumos de produtos pesqueiros son inferiores ás medias nacionais: son os casos de Castela-A Mancha, Madrid e Extremadura.

Así mesmo, non existe unha elevada correlación entre os consumos de produtos pesqueiros cos cárnicos. As CC. AA. máis consumidoras de carne son Castela e León, Navarra, Aragón e País Vasco. Galicia, pola súa banda, sitúase ao redor das medias españolas, con 44,5kg/persoa. En cambio, non existe unha clara inclinación polas pastas naquelas CC. AA. con maiores niveis de ingresos, como o demostra o feito de quen máis consomen o devandito produto alimentario son Murcia, Navarra e Aragón.

	Carne	Peixe	Froita fresca	Hortalizas
País Vasco	50,4	28,8	109,2	67,7
Asturias	44,2	28,7	103,2	45,5
Castela e León	52,2	27,0	104,3	55,1
Galicia	44,5	26,5	102,1	54,6
Navarra	51,4	25,6	119,1	76,4
Aragón	50,5	24,3	100,7	76,3
Cantabria	40,7	24,1	85,7	48,3
Cataluña	47,0	23,8	100,8	70,8
Rioxa	46,6	23,6	83,5	42,9
Castela-A Mancha	48,4	22,3	84,7	48,7
Madrid	43,2	21,7	91,1	54,1
Murcia	43,9	21,5	107,6	86,9
Andalucía	40,0	21,3	77,4	50,2
Baleares	47,1	20,4	94,8	67,0
Estremadura	38,0	18,7	76,9	51,4
Canarias	42,3	16,7	87,9	53,5
Media España	44,7	22,7	91,8	57,9

Cadro 7.

Niveis de consumo *per cápita* de distintos alimentos atendendo ás CC. AA. 2024.
Fonte: elaboración propia a partir dos datos do Panel Alimentario.

BIBLIOGRAFÍA

- Beck, U. (1986). *La sociedad del riesgo*. Ed. Paidós. Barcelona.
- Belivet, L. (2011). Médicalisation. *Genèses*. 82. 2-6
- BLEZAT Consulting (2017). *Étude prospective sur les comportements alimentaires de demain et élaboration d'un dispositif de suivi des principales tendances de consommation à destination des entreprises de la filière alimentaire*.
- Bouchoucha, D. (2003). *L'attractivité du territoire pour les sièges sociaux des grands groupes internationaux*. Rapport au Premier Ministre.
- Boude, J.P., Charles, E. (2000). *Improving the quality of fishing products and fishermen's income. Economic Incentives and Fishing Strategies*. X IIFET Conference Corvallis.
- Brundtland, M.G. (1987). *Nuestro futuro común. Desarrollo Sostenible*. NNUU.
- Cusset, P.Y. (2006). Les évolutions de lieu, un état de lieux. *Horizons Stratégiques*. n° 2.
- González-Laxe, F. (2006), Diferenciación y valorización de los productos pesqueros. Retos ante las nuevas estrategias alimentarias. *Distribución y Consumo*. Set-oct. 24-43.
- Gouin, S., Fady, A. (2000). *Seafood products enhancement: the case of artisanal fishing in France*. IIFET-2000. Proceedings.
- Green, R., de Noronia-Vaz, T., Schaller, B. (1999). Supermarkets and co-ordination forms in the Food Sector. In G. Galizzi & L. Venturini (Eds.) *Vertical relationships and coordination the Food Sector*. Physica-Verlag-Springer. 331-335.
- Hardin, G. (1968). The tragedy of commons. *Science*. 162. 1243-1248.
- Lacombe, S., Lesueur, M., Marchand, M., Malarte, J.J., Gouin, S. (2016). *Analyse des habitudes et attentes des acheteurs de produits de la mer frais*. Rapport d'étude. Phase 1 du Projet VALOCEAN. Pole Halieutique AGROCAMPUS OUEST. n° 44.
- Mareï, N., Aguilera, A., Chevallier, L., Blanquart, C., Seidel, S. (2016). Pratiques et lieux du e-commerce alimentaire. Nouvelles logistiques, nouvelles mobilités?. *Netcom, Réseaux, communications et territoires*. 30. 1-2. 119-138.

- Martin-Palmero, F., González-Laxe, F. (2021). The financialisation of the fishing industry: Galicia as a case study. *European Journal of Government and Economics*. 10-1. 65-79.
- Meadows, L. (1972). *Los límites del crecimiento. Informe al Club de Roma*. FCE. México.
- Monfort, M.C. (1998). Le marché européenne des produits de la mer. Changement structurel et réponse de l'industrie. *La Pêche Maritime*. Janvier-fevrier. 264-270.
- Moussuz-Lavau, J, Sénac, R. (2015). *L'égalité sous conditions: genre, parité, diversité*. Presses de Science-Po. Paris.
- Pierret, J. (2008). Entre santé et expérience de la maladie. *Psychotropes*. Vol. 14(2).
- Rosa, H. (2010). *Aléniation et accélération*. La Découverte. Paris.
- Sineiro, F., Santiso, J., González-Laxe, F. (2004). *La industria alimentaria en Galicia*. Fundacion Barrié. A Coruña
- Roussel, D., Lesueur, M., Gouin, S. (2018). *Le marché du e-commerce: du secteur alimentaire aux produits aquatiques*. Projet VALOCEAN. Pole Halieutique AGROCAMPUS OUEST. n° 51.
- Zaidman, C (2007). La notion de féminisation. *Les Cahiers du CEDREF*. n° 15.
- Zuinen, N. (2002). Essai sur le rôle des femmes et des valeurs féminines. *Réflexes et perspectives de la vie économique*. Tome XLI, n° 14. 109-114.
- Worm et al. (2009). Rebuilding global fisheries. *Science*. 325. 578-585.

Código de descarga da publicação:

